

2025

Relatório de Avaliação Institucional

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Luis Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação

Marcus Vinicius David
Secretário de Educação Superior

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Reitor

Aniton Bezerra Maia
Pró-Reitor da Agência de Tecnologia da Informação

Prof. Dr. Pablo Ricardo Monteiro Dias
Superintendente de Comunicação Social

Leonardo Sarmento Travincas de Castro
Superintendente de Infraestrutura

Prof. Dra. Joyce Santos Lages
Superintendente do Hospital Universitário Presidente Dutra

Prof. Dra, Patrícia Maria Abreu Machado
Superintendente de Tecnologias na Educação

Prof. Dr. Romildo Martins Sampaio
Pró-Reitor de Ensino

Prof. Dra. Flávia Raquel Fernandes do Nascimento
Pró-Reitora da Agência de Inovação, Empreenderorismo, Pesquisa e Internacionalização

Prof. Dra. Josefa Melo e Sousa Bentivi
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Prof. Dr. Marcos Moura Silva
Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Transparência

Prof. Dr. Danilo Francisco Correa Lopes
Pró-Reitor de Assistência Estudantil

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Prof. Dr. Saulo Pinto Silva
Presidente da CPA
Representante da Pró-Reitoria de Ensino

Francisca Maria Lopes Menezes Nascimento
Vice-Presidente da CPA
Representante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Profa. Dra. Alana Gandra Lima de Moura
Representante da Pró-Reitoria da Agência de Inovação, Empreenderorismo, Pesquisa e Internacionalização

Eldon Kern Neta Pacheco
Representante da Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Transparência

Rychard Pereira Bezerra
Representante Discente da Graduação/PROAES

Ariana Romão dos Reis
Representante Discente da Pós-Graduação/AGEUFMA

Eulália das Neves Ferreira
Representante da Sociedade Comercial do Estado do Maranhão

Daniel Blume Pereira de Almeida
Representante da Sociedade Civil (Academia Maranhense de Letras)

Sumário

1 — INTRODUÇÃO 09

1.1 — PERFIL DA INSTITUIÇÃO 11

1.1.1 — IDENTIFICAÇÃO 11

1.1.2 — BASE LEGAL DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO 11

1.1.3 — HISTÓRICO 12

1.1.4 — MISSÃO 15

1.1.5 — OBJETIVOS INSTITUCIONAIS 16

1.2 — UFMA EM NÚMEROS: PERFIL INSTITUCIONAL E INDICADORES ATUAIS 16

1.2.1 — CAMPI 16

1.2.2 — RECURSOS HUMANOS 17

1.2.3 — GRADUAÇÃO 18

1.2.4 — PÓS-GRADUAÇÃO 18

1.2.5 — PESQUISA 19

1.2.6 — EXTENSÃO 19

2 — METODOLOGIA 20

2.1 — ESTRUTURA DO INSTRUMENTO ÚNICO 21

2.2 — PÚBLICO-ALVO E PARTICIPAÇÃO 21

2.3 — INTEGRAÇÃO E FINALIDADE DOS DADOS 25

3 — ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS 25
3.1 — PLANEAMENTO E ESTRUTURA CURRICULAR (PPC) 25
3.2 — METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO 26
3.3 — PROGRAMAS DE APOIO AO DISCENTE E POLÍTICAS ACADÊMICAS 26
3.4 — EXTENSÃO E GESTÃO ACADÊMICA 27

4 — RECOMENDAÇÕES 28

4.1 — INFRAESTRUTURA E APOIO À PESQUISA 28
4.2 — POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E SUCESSO DISCENTE 29
4.3 — FLEXIBILIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CURRICULAR 30

4.4 — COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO 30
4.5 — FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO (PRESENCIAL E EaD) 31
5 — QUADRO DE PROVIDÊNCIAS 31
6 — CONCLUSÃO 32
ANEXO - RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2025 35

LISTA DE SIGLAS

AGEUFMA - AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDERORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

CCBA - CENTRO DE CIÊNCIAS DE BACABAL

CCBI - CENTRO DE CIÊNCIAS DE BALSAS

CCBS - CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CCCH - CENTRO DE CIÊNCIAS DE CHAPADINHA

CCCO - CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ

CCET - CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIAS

CCGR - CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ

CCH - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CCLM - CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ

CCPI - CENTRO DE CIÊNCIAS DE PINHEIRO

CCSB - CENTRO DE CIÊNCIAS DE SÃO BERNARDO

COLUN - COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

CONAES - COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

CONSEPE - CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CPA - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

DAES - DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

LISTA DE SIGLAS

FUMA - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

HUUFMA - HOSPITAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

IES - INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

IFE - INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PDI - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PROAES - PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

PROGEP - PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PPGT - PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSPARÊNCIA

REUNI - RESTRUTURAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

SINFRA - SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

SINAES - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

SQGRAD - SUPERINTENDÊNCIA DE QUALIDADE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

AGETIC - AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

UFMA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

1 INTRODUÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Maranhão, constituída por meio da Resolução Nº 122 - CONSUN, de 18 de janeiro de 2010, reestruturada ad referendum pela Resolução Nº 321 – CONSUN de 28 de fevereiro de 2020 e referendada pela Resolução Nº 383 – CONSUN de 21 de janeiro de 2022, atendendo ao disposto na Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), apresenta, por meio do presente relatório, os resultados da avaliação institucional relativa ao ano de 2024.

A CPA da UFMA, conforme o Artigo 10 da Resolução Nº 321/2020 – CONSUN, é assessorada por 15 Comissões Executivas de Avaliação – CEA que estão discriminadas no quadro 1.

Quadro 1 – Composição da Comissão Executiva de Avaliação – CEA

CEA	DOCENTE	TÉCNICO-ADMINSTRATIVO	DISCENTE
CCBA	Ariel Nonato A. de Abreu Silva	Jhonantan da Costa Pereira	João Victor Carvalho Brasil
CCBI	Regina Maria Mendes Oliveira	Raíssa de Oliveira Silva Mendes	Ravilla Victoria da Conceição Macedo
CCBS	Mayara Cristina Pinto da Silva	Lucas Martins França	Danielle Cristine Gomes Franco
CCCH	Telmo José Mendes	Paulo Sérgio Alves Cardoso	Max Willian Almeida da Silva
CCCO	Severina Coelho da S. Cantanhede	Tonhetina Costa de Almeida	Shirlen Antonia Sousa da Silva
CCET	Edilson Dantas Nóbrega	Leidiane de Jesus Melo Lima	John Ytalo Vieira Damasceno
CCGR	Luís Félix de B. Vieira Rocha	Roney Correia da Silva	Ráyka Mendes de Mesquita
CCH	Julia Katia Borgneth Petrus	Maria do Rosário de F. Fortes Braga	Carlene da Conceição
CCLM	Júlio César Freitas Rosa	Francisco Alex N. da Silva	Gustavo Soares dos Santos
CCPI	Carlos César Costa	Washington Mateus Santos da Silva	Igor Roberlando Alves dos Santos
CCSB	Thiago Pereira Lima	Vanessa de Sousa do Vale	Isaias Augusto Pereira dos Santos
CCSO	Raimunda Ramos Marinho	Fábio Braga Campos	Pablo Rafael de Sousa Mendes
COLUN	José Carlos de Melo	Andrea Prazeres Moreira de Lima	Fabrícia da Silva Barros
STED	Nilson Santos Costa	Alessandra Viana Natividade Oliveira	Jonatas Silva Abreu

Conforme a referida Lei, a avaliação institucional tem como principais objetivos: construir um aparato de informações sobre seus instrumentos e procedimentos de autoavaliação, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

Nesta perspectiva, a Comissão Própria de Avaliação da UFMA elaborou uma reformulação do seu Plano de Ação 2025, com o objetivo de:

- Criar o **PROGRAMA UFMA 360°**, que é um programa institucional estratégico e inovador que busca elaborar uma **visão integral** e **panorâmica** da UFMA. O objetivo central foi coletar informações de forma unificada e eficiente, atendendo simultaneamente a três grandes frentes de Planejamento e Avaliação Institucional;

- **CENSO Institucional –** pela primeira vez na história da UFMA, realizamos um censo completo para ter um retrato fidedigno de toda a nossa Comunidade Acadêmica (docentes, técnicos-administrativos e discentes);

- **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2027-2031) –** os dados coletados serão a base para a **elaboração coletiva** e **participativa** do nosso novo PDI, definindo a **nova missão, visão e valores** que guiarão a UFMA pelos próximos cinco anos;

- **Autoavaliação Institucional/SINAES –** as informações subsidiarão o processo contínuo de autoavaliação, essencial para o aprimoramento da qualidade de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O presente relatório parcial compreenderá os **RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2025**. Visando à realização da avaliação

institucional, referente ao ano de 2025, a Comissão Própria de Avaliação da UFMA, conforme Nota Técnica INEP/ DAES/CONAES nº 65/2014, optou por uma versão parcial no ciclo avaliativo 2024 – 2026, sendo o presente relatório o segundo relatório parcial que contemplou o EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS.

O eixo 3 foca nos seguintes aspectos:

- **Ensino:** Políticas para graduação, avaliação da aprendizagem, monitoria e tutoria;
- **Pesquisa:** Políticas de iniciação científica e produção acadêmica;
- **Extensão:** Ações de interação com a comunidade e extensão universitária.

O segundo relatório parcial referente ao ano de 2025 irá contemplar o EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS e no ano de 2026 fará um relatório integral contemplando o EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO, além de uma abordagem dos demais relatórios parciais.

Desta maneira, a Comissão Própria de Avaliação da UFMA traduz seu compromisso com a promoção da melhoria da qualidade da educação superior do Estado do Maranhão e do País, por meio das contribuições advindas deste relatório, a serem incorporadas no planejamento da gestão acadêmico-administrativa desta IFES.

1.1 PERFIL DA INSTITUIÇÃO

1.1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome da Mantida: Universidade Federal do Maranhão

Nome da Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.1.2 BASE LEGAL DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO

1.1.2.1 Criação: Lei Nº 5152 de 21/10/1966

1.1.2.2 Decreto-Lei Nº 921 de 10/10/1969

1.1.2.3 Lei Nº 5928 de 29/10/1973

1.1.2.4 Estatuto Resolução Nº 361/2021 – CONSUN DE 08/11/2021

1.1.2.5 Parecer 472/94 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação

1.1.2.6 Portaria Ministerial Nº 1216 – MEC de 30/07/1999, DOU de 27/10/1999

1.1.3 HISTÓRICO

A Universidade Federal do Maranhão tem sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís. Embora inicialmente sua mantenedora fosse aquela Fundação, por força da Lei Estadual n.º 1.976 de 31/12/1959 dela se desligou e, posteriormente, passou a integrar a Sociedade Maranhense de Cultura Superior- SOMACS, que fora criada em 29/01/1956 com a finalidade de promover o desenvolvimento da cultura do Estado, inclusive criar uma Universidade Católica.

A Universidade então criada, fundada pela SOMACS em 18/01/1958 e reconhecida como Universidade livre pela União em 22/06/1961, através do Decreto n.º 50.832, denominou-se Universidade do Maranhão, sem a especificação de católica no seu nome, congregando a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem 'São Francisco de Assis' (1948), a Escola de Serviço Social (1953) e a Faculdade de Ciências Médicas (1958).

Posteriormente, o então Arcebispo de São Luís e Chanceler da Universidade, acolhendo sugestão do Ministério da Educação e Cultura, propõe ao Governo Federal a criação de uma Fundação oficial que passasse a manter a Universidade do Maranhão, agregando ainda a Faculdade de Direito (1945), a Escola de Farmácia e Odontologia (1945) - instituições isoladas federais e a Faculdade de Ciências Econômicas (1965) - instituição isolada particular.

Assim foi instituída, pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 5.152, de 21/10/1966 (alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10/10/1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29/10/1973), a Fundação Universidade do Maranhão – FUM, com a finalidade de implantar progressivamente a Universidade do Maranhão.

A administração da Fundação Universidade do Maranhão ficou a cargo de um Conselho Diretor, composto de seis membros titulares e dois suplentes, nomeados pelo Presidente da República, que entre si elegeram seu primeiro Presidente e Vice-Presidente.

O primeiro Conselho Diretor, a quem coube as providências preliminares da implantação da Universidade, foi assim constituído: Prof. Clodoaldo Cardoso, Presidente; Prof. Raymundo de Mattos Serrão, Vice-Presidente; Cônego José de Ribamar Carvalho, Prof. José Maria Cabral Marques, Dr. José Antonio Martins de Oliveira Itapary e Sr. Francisco Guimarães e Souza (substituído, por renúncia, pelo Prof. Orlando Lopes Medeiros) e suplentes Cônego Benedito Ewerton Costa e Prof. Joaquim Serra Costa.

O Decreto n.º 59.941, de 06/01/1967, aprovou o Estatuto da Fundação, cuja criação se formalizou com a escritura pública de 27/01/1967, registrada no cartório de notas do 1º Ofício de São Luís. Por fim, em lista tríplice votada pelo Conselho Universitário, foram eleitos, pelo Conselho Diretor, os primeiros dirigentes da nova Universidade, cuja posse se realizou no dia 01/05/1967. Foram eles o Prof. Pedro Neiva de Santana, Reitor; o Prof. Mário Martins Meireles, Vice-Reitor Administrativo e o Cônego José de Ribamar Carvalho, Vice-Reitor Pedagógico, isso de conformidade com o projeto do Estatuto da Universidade, já aprovado pelo Conselho Diretor e posto em execução, como norma provisória, até sua homologação e aprovação pelas autoridades competentes, o que só ocorreu em 13/08/1970 pelo Decreto Lei n.º 67.047 e Decreto n.º 67.048.

Em 14 de novembro de 1972, na gestão do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho, foi inaugurada a primeira unidade do Campus do

Bacanga, que atualmente passou a denominar Campus Dom Delgado, o prédio 'Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco'; a partir daí, a mudança da Universidade para o seu campus tornou-se irreversível.

A história da Universidade Federal do Maranhão, suas relíquias e seus tesouros patrimoniais e arquitetônicos, estão devidamente catalogados e em exposição permanente no Memorial Cristo Rei, térreo da Reitoria, na Praça Gonçalves Dias.

O Palácio Cristo Rei, sede da Reitoria da UFMA, um marco da arquitetura colonial de São Luís, foi construído em 1877. Seus primeiros proprietários pertenciam a uma tradicional família maranhense que, mais tarde, o doaram para o Clero, transformando-se na primeira sede da Diocese da capital maranhense, abrigando mais tarde a antiga Faculdade de Filosofia. Apesar de ter parte de sua estrutura destruída por um incêndio, em 1991, o Palácio Cristo Rei foi totalmente recuperado, sendo hoje um símbolo da antiga arquitetura maranhense.

Em seu processo de expansão, a UFMA passou a se fazer presente em diversos municípios maranhenses: por meio da criação dos Campi em Bacabal e Pinheiro, conforme a Resolução Nº 08/81 - CONSUN, de 7 de outubro de 1981; em Codó, com a criação do Campus, em 24 de setembro de 1987, por meio da Resolução Nº 16/87 - CONSUN; e em Chapadinha (Centro de Ciências Agrárias e Ambientais – CCAA) e Imperatriz (Centro de Ciências da Saúde, Sociais e Tecnológicas – CCSST), a partir de 2 de dezembro de 2005, mediante as Resoluções Nº 82/05 - CONSUN e Nº 83/05 - CONSUN, respectivamente.

A partir de 2010, decorrente da adesão ao Programa de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI em 2007, a UFMA se faz presente nos municípios de São Bernardo e Grajaú, mediante a oferta dos Cursos de Licenciatura Interdisciplinares em Ciências Naturais, Humanas e Linguagens e Códigos**,** esse último, somente para o Campus de São Bernardo.

Em 2013 foi criado o Campus de Balsas que oferece o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia e está em fase de implantação de outros cursos.

Com pouco mais de cinco décadas, a UFMA tem contribuído para o desenvolvimento do Estado do Maranhão, formando profissionais nas várias áreas de conhecimento, em nível de graduação e pós-graduação, realizando pesquisas voltadas aos principais problemas do Estado e da Região, e desenvolvendo atividades de extensão, que abrangem ações de organização social, de produção, de inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura.

E em seu processo de expansão da educação superior, a UFMA passou a ter espaço no Continente com Campi em diversos municípios, tais como em Bacabal (1981), em Pinheiro (1981), em Codó (1987), em Chapadinha (2005), em Imperatriz (2005), e após a adesão ao Programa de Reestruturação das Universidades - REUNI, no ano de 2007, também está presente atuando no município de São Bernardo (2010), em Grajaú (2010), e em Balsas (2013).

Com seus diversos Centros instalados nestes campi, a Fundação Universidade do Maranhão tem se consolidado como uma instituição que fomenta uma educação de nível superior com qualidade e com uma estrutura organizacional que atende à tais demandas em prol do desenvolvimento do Estado, promovendo a inclusão de inclusão de todos os cidadãos que buscam uma capacitação e qualificação profissional.

No que se refere à organização institucional, o documento aprovado pelo Conselho Universitário para ser referência da prática universitária é o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMA (2022-2026), instituído pela Resolução nº 421/CONSUN, de 19 de janeiro de 2022.

1.1.4 MISSÃO

> Gerar e difundir conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão a fim de contribuir para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental (PDI, 2022-2026, p. 174).

1.1.5 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

- Disseminar o conhecimento no meio acadêmico e sociedade, melhorando a qualidade do ensino;
- Ampliar os projetos de pesquisa e extensão fomentados para o desenvolvimento científico acadêmico;
- Instituir parcerias com instituições, empresas e órgãos públicos para disseminação dos conhecimentos e pesquisa;
- Identificar e defender novas propostas administrativas que contribuíam para o melhoramento dos processos internos;
- Elevar a qualidade do atendimento aos clientes internos e externos da Universidade;
- Melhorar a segurança pública e patrimonial;
- Atualizar e aprimorar a base tecnológica no campus da UFMA;
- Ampliar os benefícios instituídos de capacitação e desenvolvimento pessoal dos servidores. (PDI, 2022-2026, p. 174).

1.2 UFMA EM NÚMEROS: PERFIL INSTITUCIONAL E INDICADORES ATUAIS

A UFMA reafirma seu papel estratégico na produção de conhecimento e no desenvolvimento humano. Ao longo de 50 anos, transformamos o talento de nossa comunidade em impacto social e acadêmico. Confira os números que traduzem nossa força e maturidade institucional:

1.2.1 CAMPI

Quadro 2 – Número de Campi

	2024	2025
CAMPI	09	09

1.2.2 RECURSOS HUMANOS

Quadro 3 – Quantitativo de Servidores

	2024	2025
DOCENTES	1811	1953
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	1609	1613

FONTE: UFMA EM NÚMEROS

1.2.3 GRADUAÇÃO

Quadro 4 – Total de Cursos de Graduação

	2024	2025
PRESENCIAL	97	98
EaD	13	13
PROGRAMAS ESPECIAIS	6	6

FONTE: UFMA EM NÚMEROS

Quadro 5 – Total de Discentes Matriculados

	2024	2025
PRESENCIAL	29.903	18.070
EaD	4.158	3.184
PROGRAMAS ESPECIAIS	3.585	1.120

FONTE: UFMA EM NÚMEROS

1.2.4 PÓS-GRADUAÇÃO

Quadro 6 – Total de Cursos de Pós-Graduação

	2024	2025
ESPECIALIZAÇÃO	19	24
MESTRADO	51	60
DOUTORADO	22	22

FONTE: UFMA EM NÚMEROS

Quadro 7 – Total de Discentes Matriculados

	2024	2025
DISCENTES	4.148	5.352

FONTE: UFMA EM NÚMEROS

1.2.5 PESQUISA

Quadro 8 – Total de Projetos de Pesquisa

	2024	2025
PROJETOS	1.202	1.295

FONTE: UFMA EM NÚMEROS

Quadro 9 – Total de Grupos de Pesquisa

	2024	2025
GRUPOS	541	556

FONTE: UFMA EM NÚMEROS

Quadro 10 – Total de Pesquisadores e Financiamento

	2024	2025

NÚMERO DE PESQUISADORES	_	1.032
FINANCIAMENTO PÚBLICO	_	206
FINANCIAMENTO PRIVADO	_	13
FINANCIAMENTO UFMA	-	1.076

FONTE: UFMA EM NÚMEROS

1.2.6 EXTENSÃO

Quadro 11 – Total de Atividades de Extensão

	2024	**2025**
PROGRAMAS	7	8
PROJETOS	492	474
CURSOS E EVENTOS	51	153
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	_	4

FONTE: UFMA EM NÚMEROS

Quadro 12 – Total de Público Beneficiado com Extensão Universitária

	2024	**2025**
PÚBLICO BENEFICIADO	2.793.674	2.351.000,00

FONTE: UFMA EM NÚMEROS

2 METODOLOGIA

2.1 ESTRUTURA DO INSTRUMENTO ÚNICO

A metodologia da Autoavaliação Institucional da UFMA em 2025 representa um marco histórico para a instituição. Sob o guarda-chuva do programa UFMA 360º, a universidade implementou uma estratégia de coleta de dados sem precedentes, integrando processos que antes ocorriam de forma isolada.

A principal inovação consiste na unificação de instrumentos de coleta em uma única plataforma digital (sistemas SIG), otimizando o tempo da comunidade acadêmica e gerando dados mais robustos para o planejamento estratégico.

Diferente dos anos anteriores, o questionário de 2025 foi estruturado em três partes sequenciais e interdependentes, permitindo uma visão holística e integrada da instituição:

- **Parte I –** Censo Institucional
    - Pela primeira vez, a UFMA aplica um Censo próprio dentro da autoavaliação. O objetivo é criar um banco de dados unificado sobre o perfil socioeconômico, estado de saúde, bem-estar e condições de trabalho/estudo de discentes, docentes e técnicos.
- **Parte II –** PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2027–2031)
    - Nesta etapa, a metodologia foca no diagnóstico para o novo ciclo do PDI. São avaliadas as percepções da comunidade sobre a missão, visão e valores da universidade, servindo como base para a construção das metas estratégicas dos próximos cinco anos.
- **Parte III –** Autoavaliação Anual (Eixo 3 – SINAES)
    - Focada no cumprimento das exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Em 2025, o foco metodológico recaiu sobre o Eixo 3: Políticas Acadêmicas, examinando como a UFMA implementa suas diretrizes de ensino, pesquisa e extensão.

2.2 PÚBLICO-ALVO E PARTICIPAÇÃO

A metodologia é de caráter participativo e censitário, abrangendo os três segmentos da comunidade universitária:

1. Discentes (Graduação e Pós-Graduação);
2. Docentes (Efetivos e Substitutos);
3. Técnicos-Administrativos.

A coleta ocorreu de forma 100% digital através dos portais SIGAA, SIPAC e SIGRH, garantindo a integridade, a segurança dos dados e a facilidade de acesso.

Como se tratava de aplicação de instrumento único para os três requisitos de interesse (Censo, PDI e Avaliação Institucional), os instrumentos focalizados foram compreendidos entre os segmentos que respoderiam SINAES e os que não responderiam (como no caso dos discentes da pós-graduação), já que Censo e PDI foram aplicados em todos os segmentos.

Além disso, excluímos a repetição de resposta do Censo (como no caso dos docentes e técnicos da modalidade EaD), a fim de evitar duplicidade de respostas. Diante da complexidade da aplicação da pesquisa, buscou-se ao máximo evitar vieses e imprecisões na geração dos dados institucionais.

Quadro 13 – Distribuição de Questões por Segmento

SEGMENTO	QUESTÕES OBJETIVAS	QUESTÕES SUBJETIVAS	TOTAL
DISCENTES GRADUAÇÃO	84	2	86
DISCENTES GRADUAÇÃO EaD	59	3	62
DISCENTES PÓS-GRADUAÇÃO	67	2	69
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	78	2	80

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EaD	21	1	22
DOCENTES	78	2	80
DOCENTES EaD	24	1	25

Quando observamos os indicadores de participação – através do acesso aos SIGs –, podemos observar um crescimento significativo do envolvimento e participação da comunidade no processo de consulta.

Tal participação é resultado do acerto na integração dos processos institucionais, ao mesmo tempo que significa uma inovação relevante aceita pela comunidade universitária. Sem a compreensão da comunidade da importância deste processo, provavelmente não teríamos alcançado um resultado tão expressivo.

A aplicação dos instrumentos foi precedida de uma forte política de sensibilização – através dos canais oficiais da UFMA, como Instagram e Portal –, marcada pela publicação de materiais conceituais explicativos (textos, entrevistas e vídeos curtos para as redes sociais) e a propaganda do Programa UFMA 360º.

Podemos verificar o Relatório Quantitativo de Usuários por Questionário aplicado:

Quadro 14 – Total de Acessos ao sistema de avaliação

	2024	**2025**
DISCENTES	7.384	15.722
DOCENTES	1.014	1.608
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	565	827

A validade de qualquer processo de autoavaliação institucional reside na representatividade de seus dados. No ciclo de 2025, a implementação da metodologia **UFMA 360º** — que integrou o Censo Institucional, o PDI e as dimensões do SINAES — resultou em índices de adesão que consolidam a maturidade da cultura avaliativa na Universidade Federal do Maranhão.

A adesão da comunidade universitária apresentou números robustos, permitindo uma análise com alta margem de confiança para o planejamento estratégico da UFMA:

- **Corpo Docente (82,3%):** A expressiva participação de mais de quatro quintos dos docentes demonstra um alinhamento crítico com o **Programa de Modernização**. Este percentual confere segurança estatística total para a atualização dos **Planos de Qualidade de Curso (PQC)** e para as metas do **PDI 2027-2031**, refletindo o compromisso do corpo docente com os indicadores de excelência (IGC e RUF).
- **Corpo Técnico-Administrativo (51,3%):** A participação de mais da metade dos servidores técnicos oferece um diagnóstico consistente sobre a gestão e o suporte acadêmico. Estes dados são vitais para o **Censo Institucional**, permitindo à administração superior mapear fluxos de trabalho e bem-estar organizacional.
- **Corpo Discente (45,4%):** Embora represente o segmento de maior complexidade para mobilização, o índice de quase 50% de participação discente fornece uma base amostral significativa. Os dados coletados no **Eixo 3 (Políticas Acadêmicas)** do SINAES servirão de base para as intervenções pedagógicas e melhorias de infraestrutura coordenadas pela Superintendência de Qualidade.

Os indicadores de participação de 2025 confirmam que a estratégia de unificação dos instrumentos de coleta (UFMA 360º) reduziu a "fadiga de pesquisa" e aumentou a assertividade das respostas. Este cenário posiciona a UFMA em um patamar de destaque nacional na gestão por indicadores,

refletindo diretamente na manutenção e elevação de sua reputação em rankings como o **RUF**.

2.3 INTEGRAÇÃO E FINALIDADE DOS DADOS

A grande vantagem metodológica do **Programa UFMA 360º** é o diálogo entre indicadores. Ao cruzar os dados do Censo e PDI com os resultados da autoavaliação do SINAES, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Transparência (PPGT) conseguem identificar, por exemplo, como as condições de saúde ou infraestrutura (Censo/PDI) impactam diretamente a percepção das políticas acadêmicas (SINAES).

Nesse sentido, os resultados dessa metodologia subsidiam não apenas os relatórios obrigatórios junto ao MEC, mas também programas internos de melhoria, como o PROQUALIGRAD – Programa de Qualidade dos Cursos de Graduação –, orientando investimentos em infraestrutura e apoio pedagógico.

A UFMA está consolidando uma cultura de **gestão baseada em dados**. A integração entre a **SQGRAD (Superintendência de Qualidade dos Cursos de Graduação)** e a metodologia **UFMA 360º** cria um ciclo de feedback contínuo: enquanto a autoavaliação coleta a percepção da comunidade, a SQGRAD transforma esses números em ações práticas de modernização.

A metodologia aplicada em 2025 deixou de ser uma mera "pesquisa de satisfação" para se tornar uma ferramenta de inteligência institucional. Através do programa UFMA 360º, a UFMA garante que a voz da comunidade seja o alicerce técnico para o PDI 2027-2031, assegurando uma gestão baseada em evidências reais.

3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Com base nos resultados da Autoavaliação Institucional 2025, apresentamos uma análise estruturada dos resultados encontrados. A análise foca em indicadores-chave (Likert e Top Box) e na percepção das diferentes modalidades (Presencial e EaD).

3.1 PLANEAMENTO E ESTRUTURA CURRICULAR (PPC)

Este bloco apresenta percepções distintas entre as modalidades, com uma avaliação superior no ensino a distância.

- Ensino Presencial: A "Clareza dos objetivos e do perfil do profissional" obteve um Indicador Likert de 3,8 e 21,0% no Top Box. Já a "Oferta de disciplinas optativas e flexibilidade curricular" é um ponto de atenção, com o menor indicador do bloco (3,2 Likert e 10,5% Top Box).
- Ensino EaD: Os indicadores são significativamente mais altos. A "Clareza dos objetivos do curso" atingiu 4,1 no Likert e 29,3% no Top Box. A "Atualização do currículo frente às tecnologias digitais" também se destaca com 3,9 no Likert.

3.2 METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO

A qualidade das aulas e do suporte pedagógico é bem avaliada, mas o incentivo à inovação ainda pode evoluir no presencial.

- Qualidade Didática: No presencial, a qualidade das aulas tem um indicador de 3,7. No EaD, a qualidade do apoio dos tutores a distância destaca-se com 4,0 no Likert e um expressivo 35,8% no Top Box.
- Inovação e Atividade: O "Incentivo ao uso de tecnologias e métodos inovadores" no presencial registra 3,3 no Likert. Em contrapartida, o "Incentivo ao fortalecimento de uma mentalidade de aprendizagem ativa" apresenta um desempenho melhor, com 3,6 no Likert.
- Recursos EaD: O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e as videoaulas são pontos fortes, ambos com Indicador Likert de 3,9 a 4,0.

3.3 PROGRAMAS DE APOIO AO DISCENTE E POLÍTICAS ACADÊMICAS

Este eixo revela áreas críticas que demandam ações institucionais para o próximo ciclo.

- Pontos Críticos (Presencial): As "Ações de combate à evasão e retenção" e os "Programas de nivelamento" possuem os indicadores mais baixos, com 3,0 e 3,1 no Likert, respectivamente.

- Infraestrutura de Pesquisa: A "Qualidade da infraestrutura (laboratórios e equipamentos) para pesquisa" recebeu a menor nota geral do segmento, com 2,9 no Likert e apenas 7,9% no Top Box.
- Apoio ao Discente EaD: Os programas de nivelamento no EaD performam melhor que no presencial, atingindo 3,7 no Likert.

3.4 EXTENSÃO E GESTÃO ACADÊMICA

A integração e a transparência são os pilares analisados neste segmento.

- Extensão: A "Curricularização da extensão" apresenta um indicador de 3,3 no Likert no presencial. No entanto, a "Transparência na divulgação de ações administrativas para o público interno" é um ponto de melhoria, com 3,2 no Likert e o baixo Top Box de 7,4%.
- Gestão: A "Eficiência dos serviços da secretaria do curso" possui avaliação satisfatória (3,4 Likert). No EaD, o "Impacto do HU na comunidade" é muito bem percebido, com 3,6 no Likert.

Quadro 15 – Quadro-síntese dos pontos fracos e fortes

ÁREA	**PONTOS FORTES** (DESTAQUES)	**ÁREAS DE ATENÇÃO** (MELHORIA)
PPC/Ensino	Clareza de objetivos no EaD (4,1)	Flexibilidade curricular no presencial (3,2)
Apoio Discente	Qualidade da tutoria EaD (4,0)	Combate à evasão (3,0) e nivelamento (3,1)
Infraestrutura	Ambiente Virtual de	Laboratórios e equipamentos

	Aprendizagem (3,9)	de pesquisa (2,9)
Gestão	Impacto social do HU (3,6)	Transparência administrativa interna (3,2)

4 RECOMENDAÇÕES

A partir da sistematização e análise dos dados coletados na Autoavaliação Institucional 2025, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) identificou dimensões que apresentam desempenho de excelência e áreas que demandam intervenções estratégicas. O diagnóstico reflete a percepção da comunidade acadêmica sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como sobre a eficácia da gestão administrativa.

As recomendações apresentadas a seguir não se limitam a correções pontuais, mas constituem um plano de diretrizes para o próximo ciclo de gestão. Elas visam consolidar os avanços observados nas tecnologias de suporte ao aprendizado e enfrentar os desafios apontados na infraestrutura física e nas políticas de apoio ao discente, assegurando a evolução constante da qualidade acadêmica e o cumprimento da missão institucional perante o MEC e a sociedade.

4.1 INFRAESTRUTURA E APOIO À PESQUISA

Quadro 16 – Recomendações para Infraestrutura e Pesquisa

EVIDÊNCIA	O indicador de "Infraestrutura para pesquisa" foi o mais crítico do relatório (2,9 Likert / 7,9% Top Box).
RECOMENDAÇÃO	

	Implementar um Plano de Revitalização de Laboratórios e infraestrutura tecnológica.
AÇÃO PRÁTICA	Criar um fundo de reserva específico para atualização de equipamentos e softwares de pesquisa, além de ampliar o horário de funcionamento dos laboratórios para atender alunos do período noturno.

- Diante da percepção discente sobre a insuficiência de recursos para investigação científica (2,9), recomenda-se a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para priorizar investimentos em infraestrutura laboratorial e ampliar o suporte tecnológico aos grupos de pesquisa e programas de Iniciação Científica.

4.2 POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E SUCESSO DISCENTE

Quadro 17 – Recomendações para Permanência e Sucesso discente

EVIDÊNCIA	Baixos índices em "Ações de combate à evasão" (3,0) e "Programas de nivelamento" (3,1) no ensino presencial.
RECOMENDAÇÃO	Estruturar um Programa Integrado de Acompanhamento Acadêmico.
AÇÃO PRÁTICA	Institucionalizar o nivelamento (Matemática, Escrita e Leitura) logo no primeiro semestre e criar um sistema de "alerta precoce" baseado na frequência e notas para intervenção pedagógica imediata.

- Considerando os indicadores limítrofes em relação à evasão e retenção (3,0), recomenda-se a formalização de programas de nivelamento obrigatórios para ingressantes e a criação de um núcleo de apoio

psicopedagógico mais atuante no campus presencial, visando mitigar o abandono escolar e elevar o desempenho acadêmico.

4.3 FLEXIBILIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO CURRICULAR

Quadro 18 – Recomendações sobre Flexibilização e Atualização curricular

EVIDÊNCIA	A "oferta de disciplinas optativas" obteve apenas 3,2 no Likert.
RECOMENDAÇÃO	Promover a Flexibilização dos Percursos Formativos.
AÇÃO PRÁTICA	Revisar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) para aumentar o rol de disciplinas optativas e permitir a troca de créditos entre cursos correlatos (Matrícula em Disciplinas Isoladas).

- Os resultados apontam uma demanda discente por maior autonomia na construção da grade curricular (3,2). Recomenda-se que os Núcleos Estruturantes Docentes (NDEs) avaliem a ampliação da oferta de eletivas e a inclusão de trilhas de aprendizagem flexíveis, atendendo às necessidades de personalização da formação profissional.

4.4 COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO

Quadro 19 – Recomendações para Comunicação e Transparência

EVIDÊNCIA	Transparência na divulgação de ações administrativas" com 3,2 no Likert e o baixíssimo Top Box de 7,4%.
RECOMENDAÇÃO	Reformular a Política de Comunicação Interna.
AÇÃO PRÁTICA	Criar um portal de transparência ou dashboard acessível via portal do aluno/AVA onde as atas de colegiado e

	decisões administrativas sejam publicadas de forma simplificada.

- Observou-se um distanciamento entre a gestão institucional e o corpo discente no que tange à transparência administrativa (7,4% Top Box). Recomenda-se o estabelecimento de canais diretos de comunicação e a publicação sistemática dos investimentos e melhorias realizadas, fechando o ciclo de feedback da própria Autoavaliação.

4.5 FORTALECIMENTO DA EXTENSÃO (PRESENCIAL E EaD)

Quadro 20 – Recomendações o Fortalecimento da Extensão

EVIDÊNCIA	O indicador de "Curricularização da extensão" (3,3) mostra que o processo ainda é percebido como burocrático ou pouco claro.
RECOMENDAÇÃO	Fomentar a Extensão com Impacto Social Mensurável.
AÇÃO PRÁTICA	Criar editais de fomento para projetos de extensão que integrem alunos do presencial e do EaD, aproveitando o bom desempenho do Hospital Universitário (HU) para servir de campo de prática, por exemplo.

- Para consolidar a curricularização da extensão (3,3), recomenda-se a criação de um catálogo institucional de projetos que facilite a inserção dos discentes em atividades extensionistas, garantindo que a carga horária de extensão seja efetivamente vivenciada como prática social integradora.

5 QUADRO DE PROVIDÊNCIAS

Quadro 21 – Resumo do Quadro de Providências

PROBLEMA IDENTIFICADO	RECOMENDAÇÃO PRINCIPAL	PRAZO ESPERADO
Infraestrutura de Pesquisa (2,9)	Plano de Investimento em Equipamentos	Curto/Médio Prazo
Evasão e Nivelamento (3,0)	Institucionalização do Apoio Pedagógico	Imediato
Flexibilidade Curricular (3,2)	Revisão de PPCs pelos NDEs	Médio Prazo (Ciclo 2026)
Transparência Gestão (3,2)	Lançamento do Portal de Transparência Acadêmica	Curto Prazo

6 CONCLUSÃO

A Autoavaliação Institucional de 2025 consolidou-se como um diagnóstico fundamental para a aferição da qualidade acadêmica e administrativa desta Instituição. A análise dos indicadores, cujos dados pormenorizados encontram-se no **Apêndice/Anexo** deste relatório, revela um cenário de amadurecimento, especialmente na modalidade de Educação a Distância, que apresenta índices de satisfação acima da meta em suporte e tutorial.

Não obstante os avanços, o processo avaliativo cumpriu sua função primordial ao dar visibilidade a pontos críticos, como a necessidade de modernização da infraestrutura de pesquisa e o fortalecimento das políticas de permanência no ensino presencial. Tais evidências já foram internalizadas pelas instâncias de gestão e servirão de base para a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos Planos de Ação das Coordenações.

Nesse sentido, a Instituição reafirma seu compromisso com o regime de transparência e com a busca pela excelência, utilizando os resultados aqui

expostos não apenas como um cumprimento de rito normativo perante o MEC, mas como um balizador ético e técnico para a promoção da melhoria contínua de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

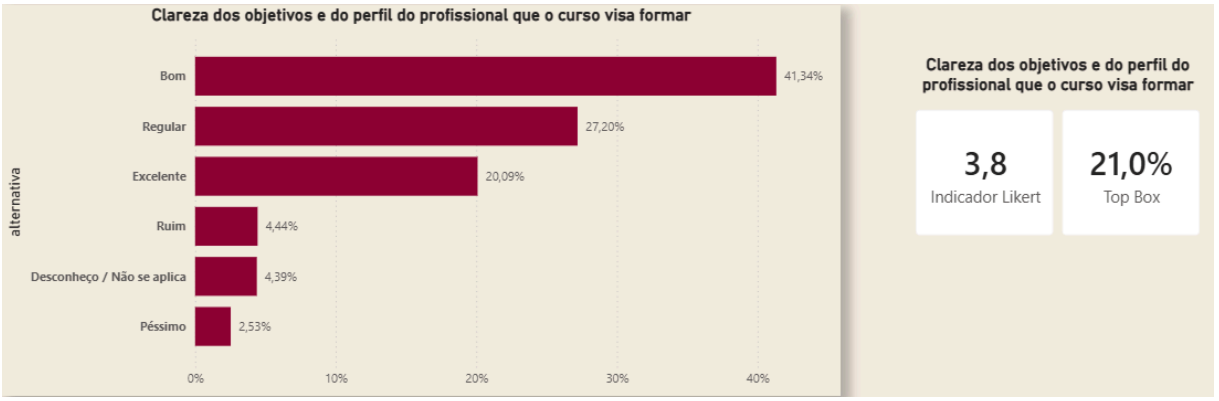
Em suma, a instituição reafirma o seu compromisso de transformar os dados apresentados em anexo em ações concretas, garantindo que o feedback da comunidade acadêmica seja o motor da evolução institucional. Este relatório constitui-se como o documento base para o planeamento estratégico do próximo ano letivo – aliado ao PROGRAMA UFMA 360º, será peça decisiva para a confecção coletiva do PDI 2027-2031 –, assegurando a transparência e a responsabilidade social desta instituição perante o Ministério da Educação e a sociedade.

ANEXO - RESULTADO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL SINAES 2025

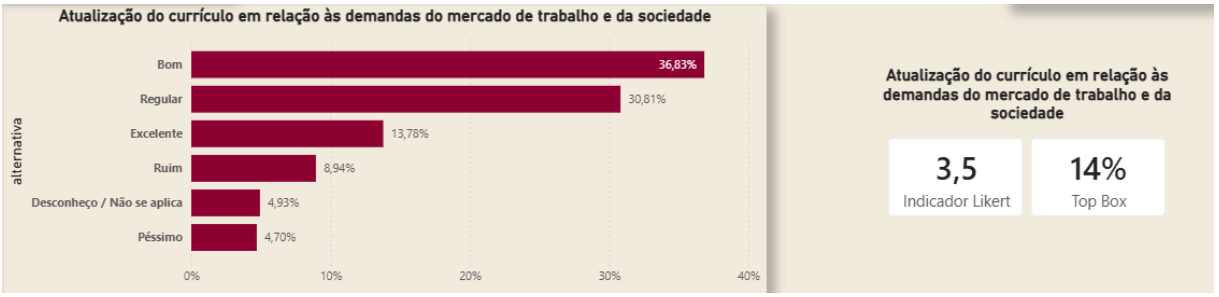
DISCENTES PRESENCIAL -

Bloco - PPC e Estrutura Curricular

51. Clareza dos objetivos e do perfil do profissional que o curso visa formar:



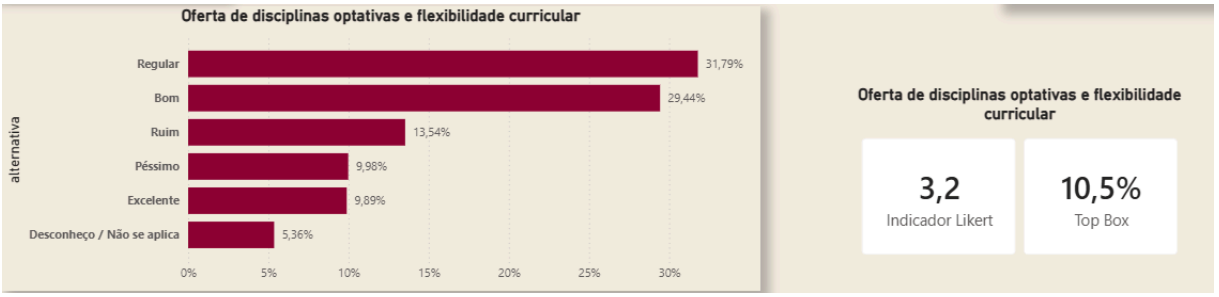
52. Atualização do currículo em relação às demandas do mercado de trabalho e da sociedade:



53. Articulação entre as disciplinas teóricas e as atividades práticas (estágios, laboratórios):



54. Oferta de disciplinas optativas e flexibilidade curricular:

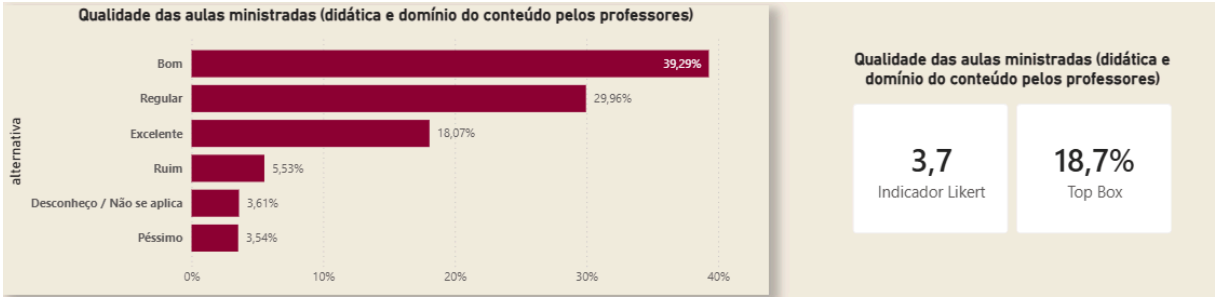


55. Articulação entre a formação científica e a inovação tecnológica e/ou inovação social:

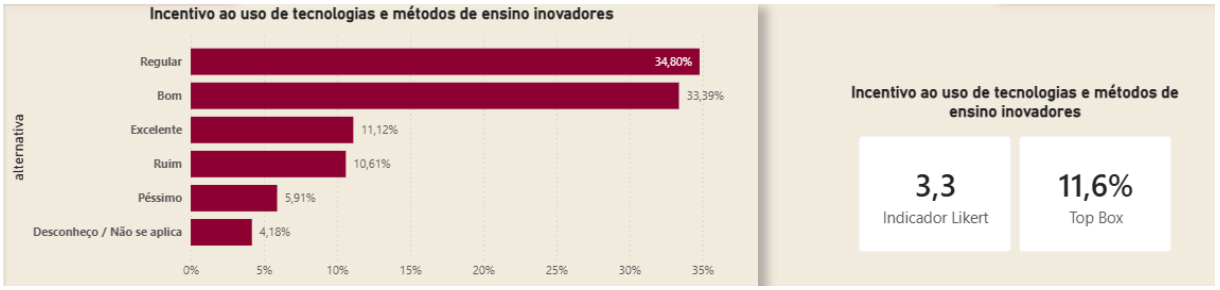


Bloco - Metodologias de Ensino e Avaliação

56. Qualidade das aulas ministradas (didática e domínio do conteúdo pelos professores):



57. Incentivo ao uso de tecnologias e métodos de ensino inovadores:



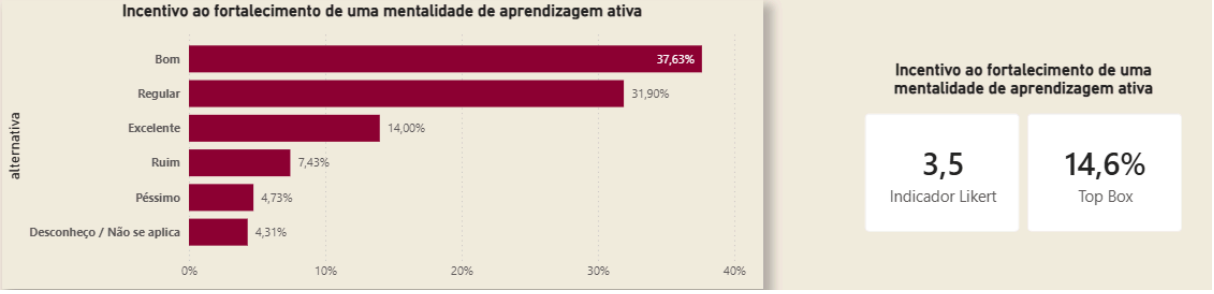
58. Clareza dos critérios de avaliação utilizados nas disciplinas:



59. Adequação da bibliografia (básica e complementar) indicada nas disciplinas:

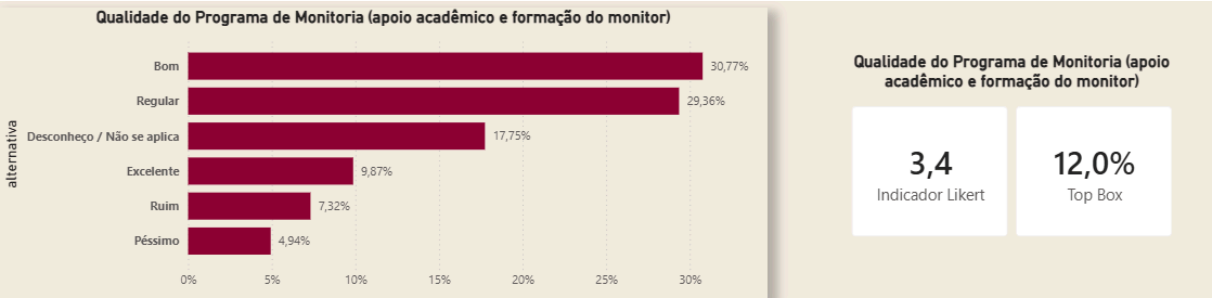


60. Incentivo ao fortalecimento de uma mentalidade de aprendizagem ativa:

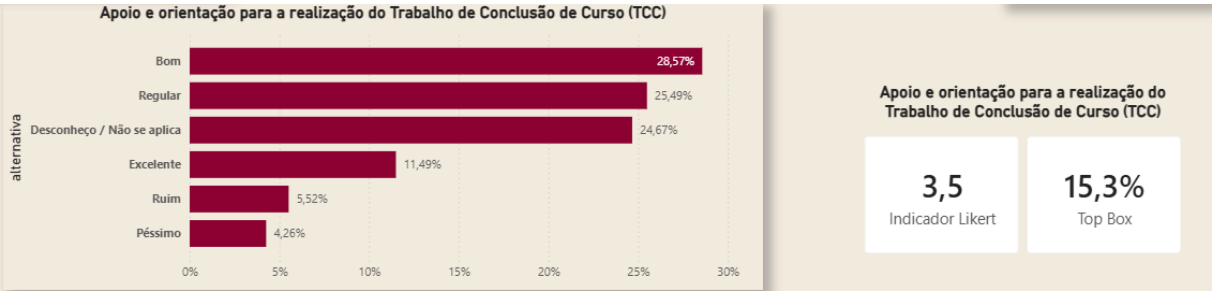


Bloco - Programas e Apoio ao Discente de Graduação

61. Qualidade do Programa de Monitoria (apoio acadêmico e formação do monitor):



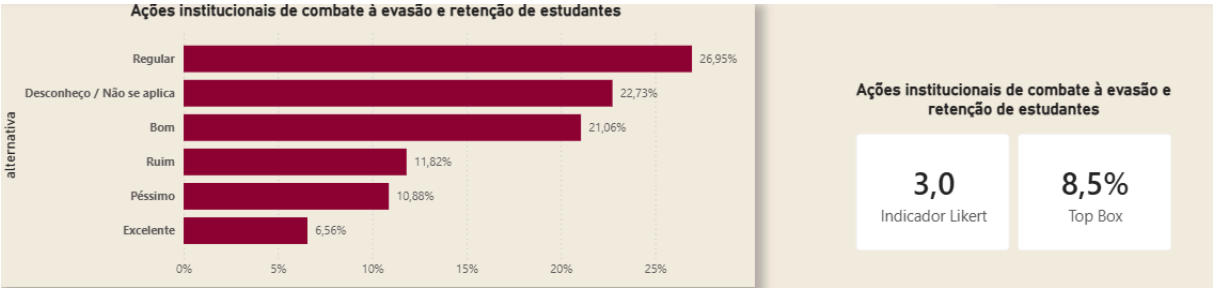
62. Apoio e orientação para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):



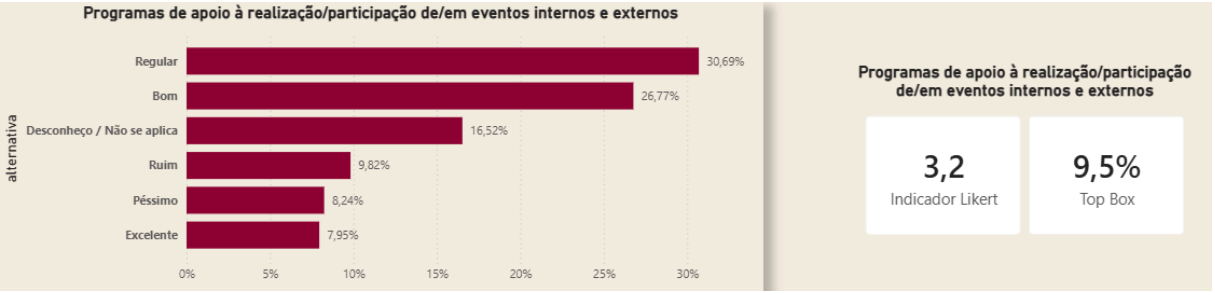
63. Programas de nivelamento e apoio psicopedagógico para estudantes com dificuldades de aprendizagem:



64. Ações institucionais de combate à evasão e retenção de estudantes:

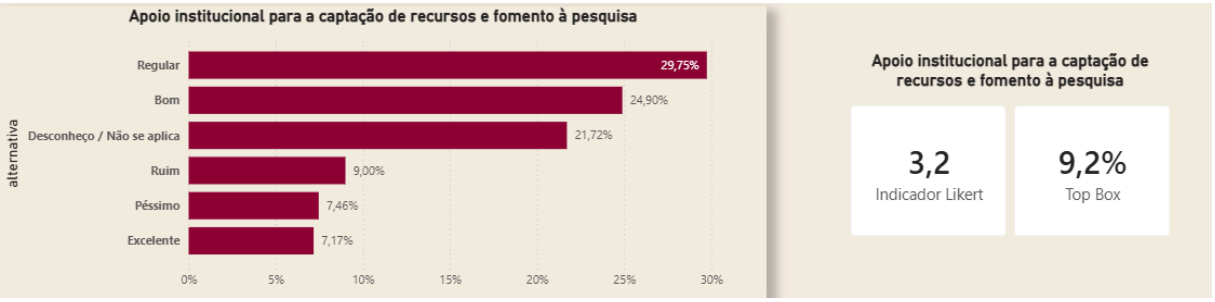


65. Programas de apoio à realização/participação de/em eventos internos e externos:



Bloco - Pesquisa e Pós-Graduação

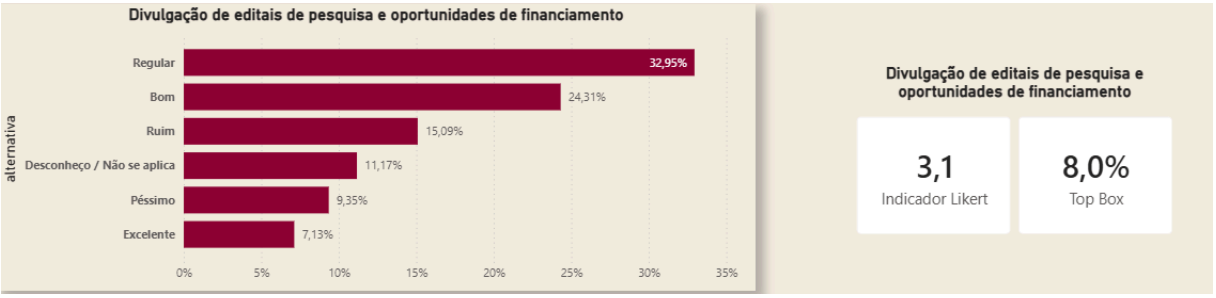
66. Apoio institucional para a captação de recursos e fomento à pesquisa:



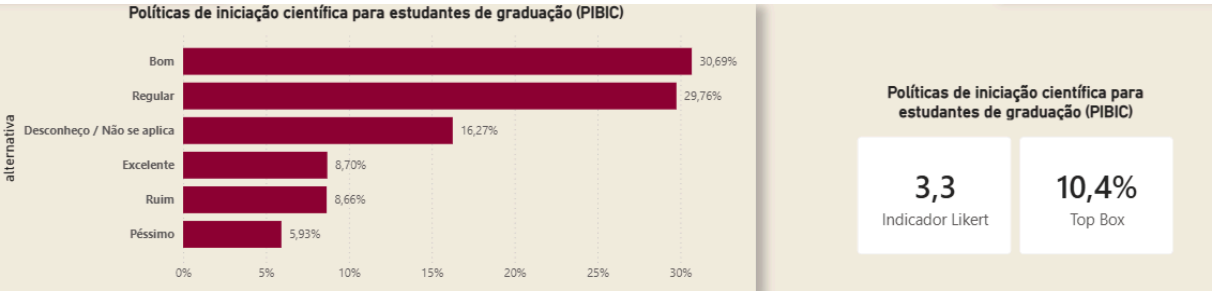
67. Qualidade da infraestrutura (laboratórios e equipamentos) para o desenvolvimento de pesquisas:



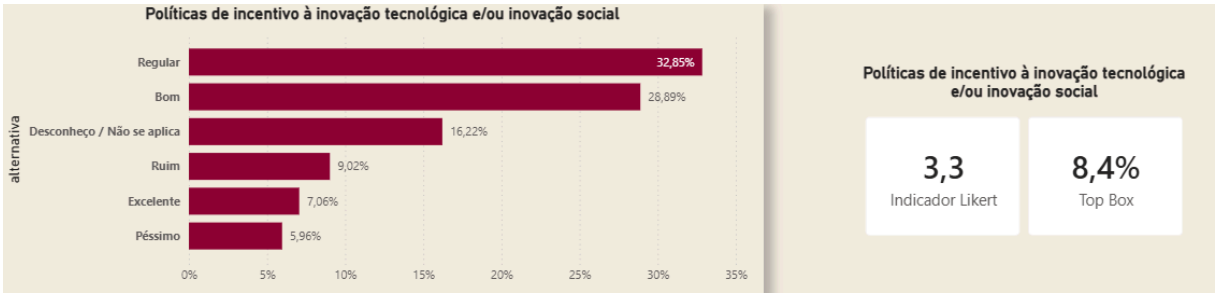
68. Divulgação de editais de pesquisa e oportunidades de financiamento:



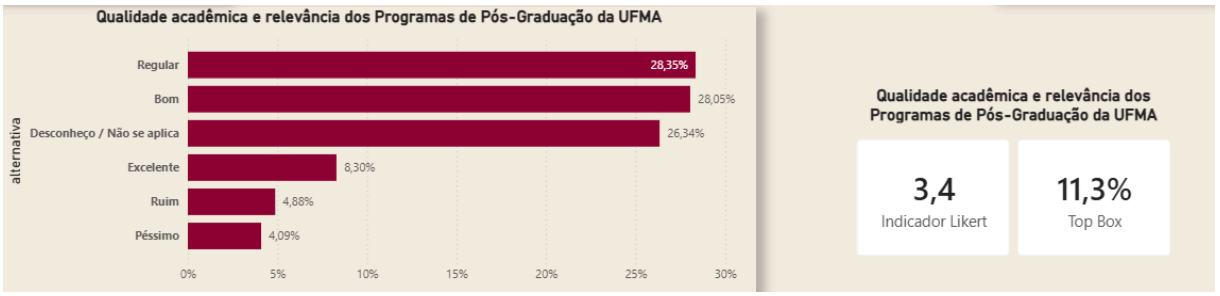
69. Políticas de iniciação científica para estudantes de graduação (PIBIC):



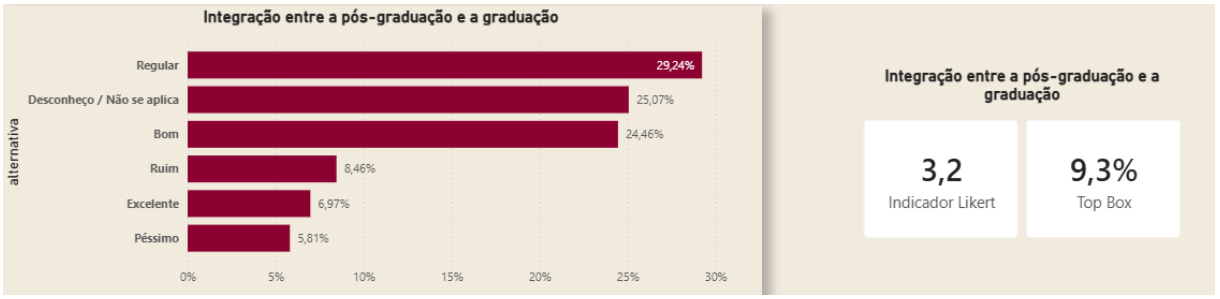
70. Políticas de incentivo à inovação tecnológica e/ou inovação social:



71. Qualidade acadêmica e relevância dos Programas de Pós-Graduação da UFMA:



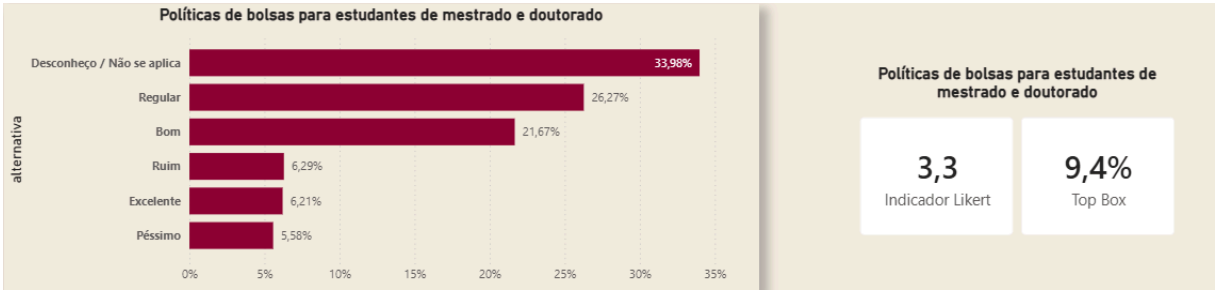
72. Integração entre a pós-graduação e a graduação:



73. Apoio institucional para a publicação científica e participação em eventos acadêmicos:

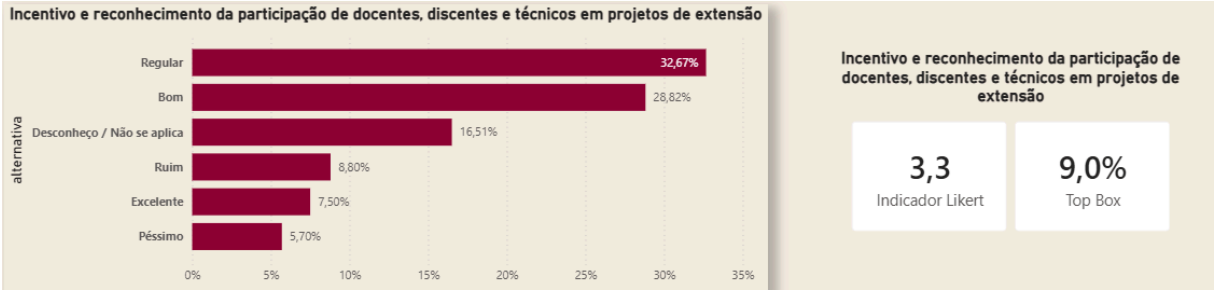


74. Políticas de bolsas para estudantes de mestrado e doutorado:

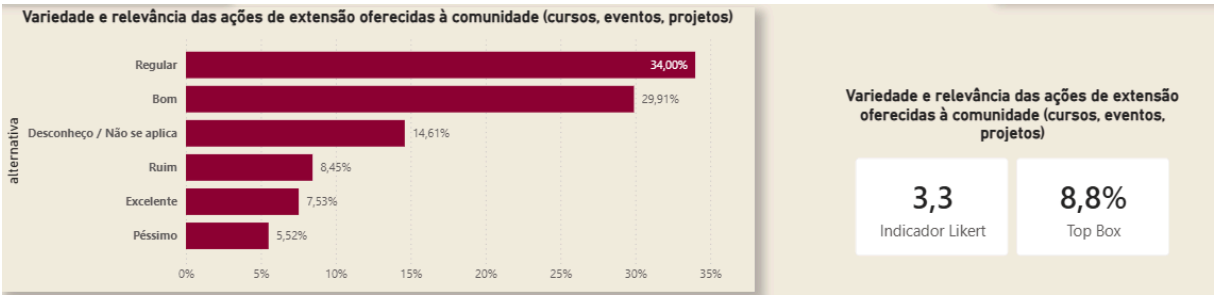


Bloco - Políticas de Extensão, Cultura e Comunicação

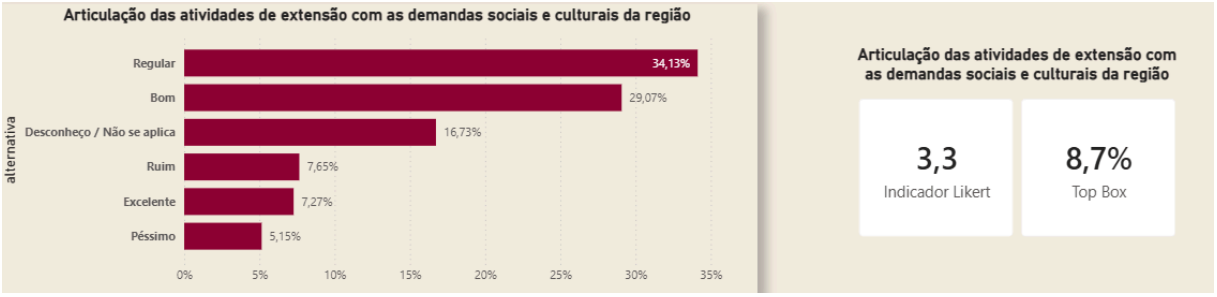
75. Incentivo e reconhecimento da participação de docentes, discentes e técnicos em projetos de extensão:



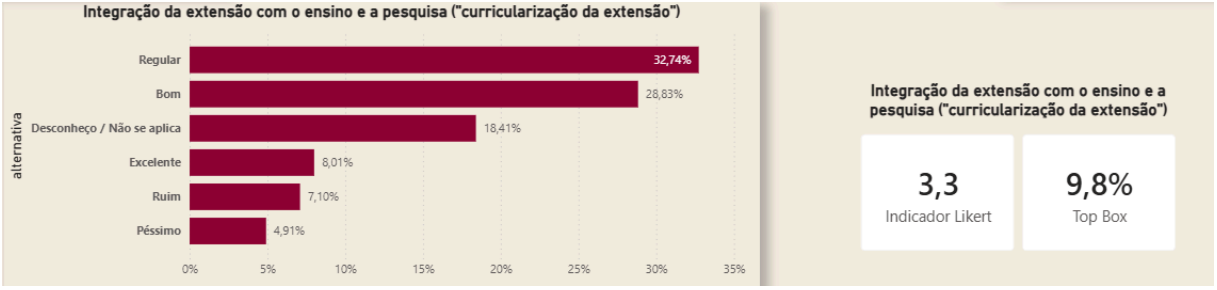
76. Variedade e relevância das ações de extensão oferecidas à comunidade (cursos, eventos, projetos):



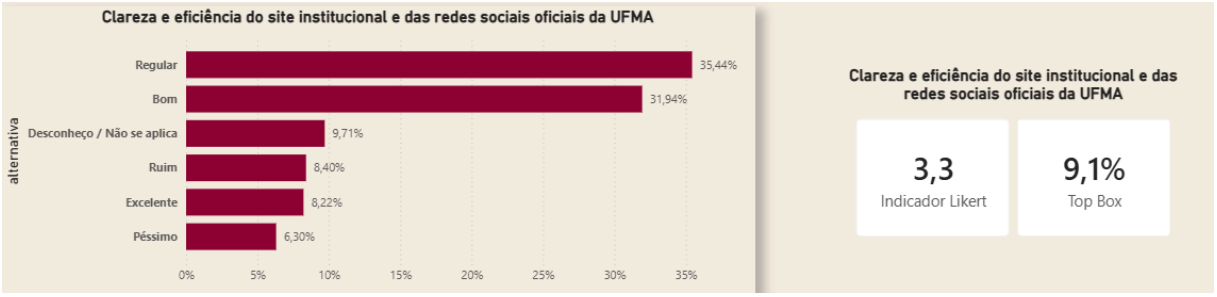
77. Articulação das atividades de extensão com as demandas sociais e culturais da região:



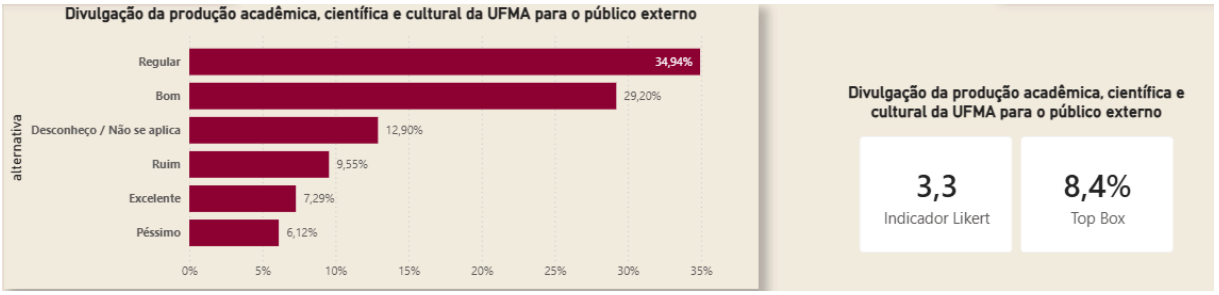
78. Integração da extensão com o ensino e a pesquisa ("curricularização da extensão"):



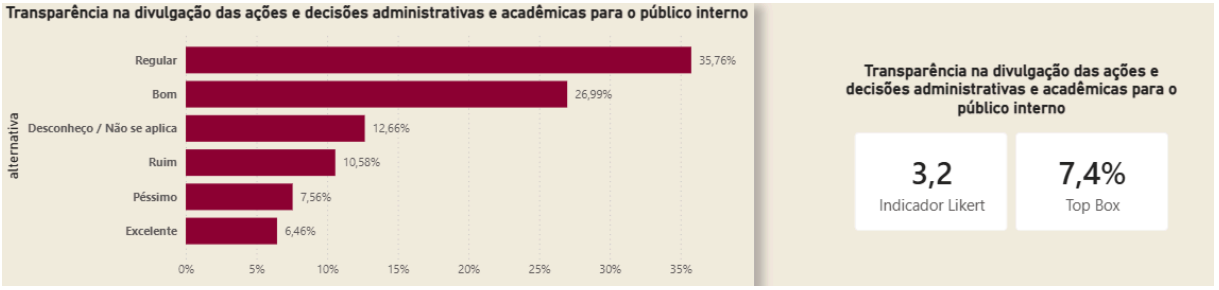
79. Clareza e eficiência do site institucional e das redes sociais oficiais da UFMA:



80. Divulgação da produção acadêmica, científica e cultural da UFMA para o público externo:

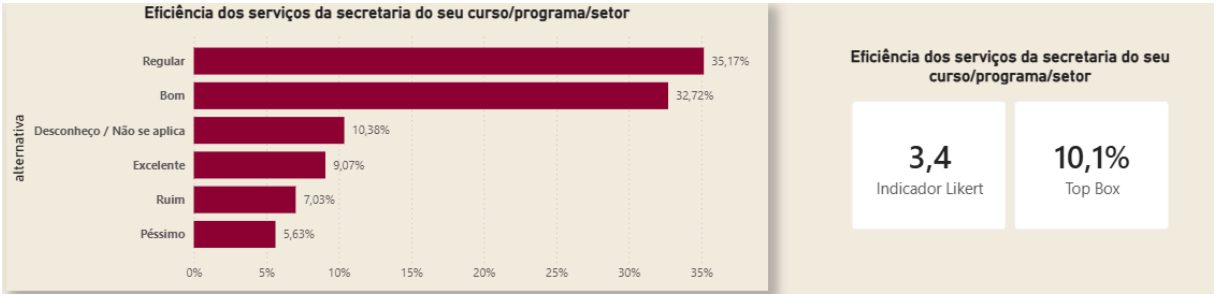


81. Transparência na divulgação das ações e decisões administrativas e acadêmicas para o público interno:

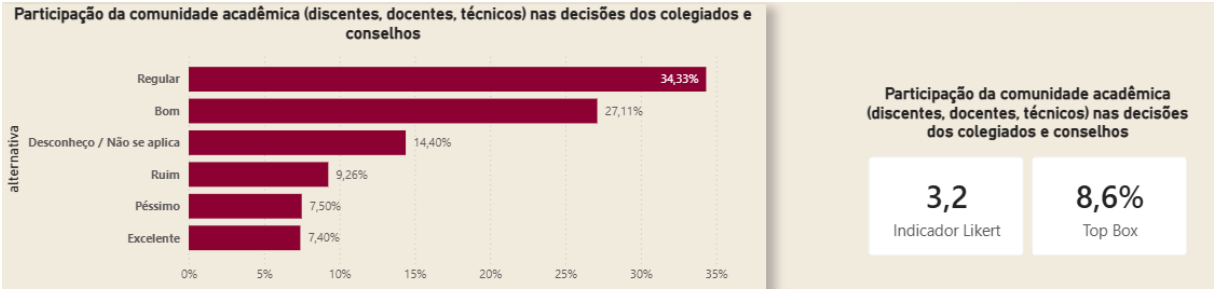


Bloco - Gestão Acadêmica

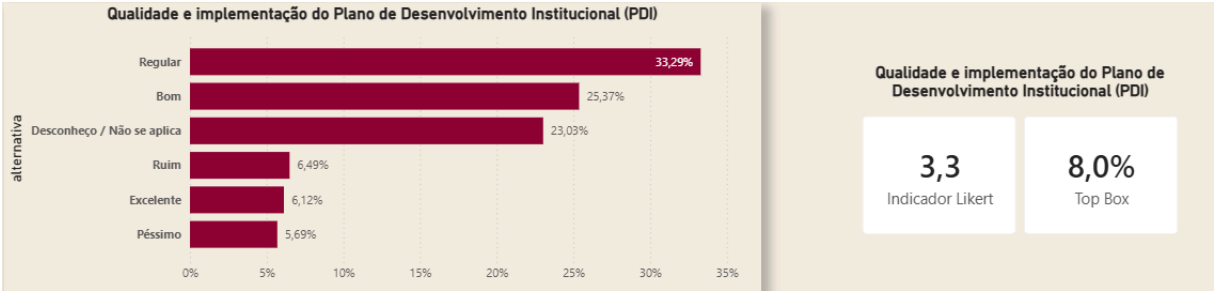
82. Eficiência dos serviços da secretaria do seu curso/programa/setor:



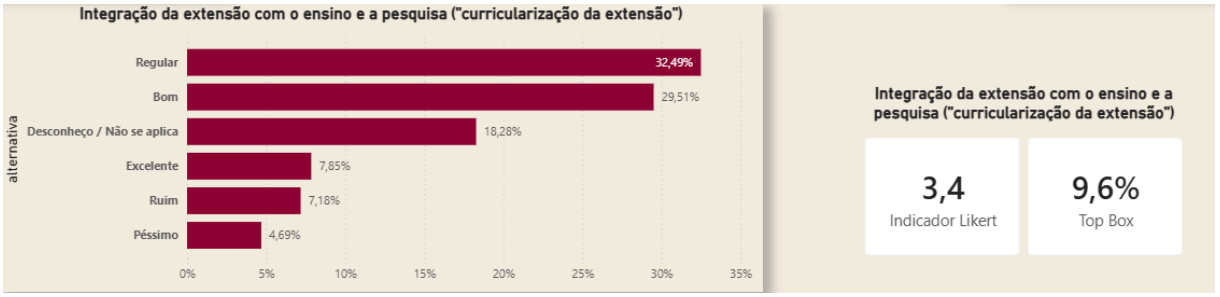
83. Participação da comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos) nas decisões dos colegiados e conselhos:



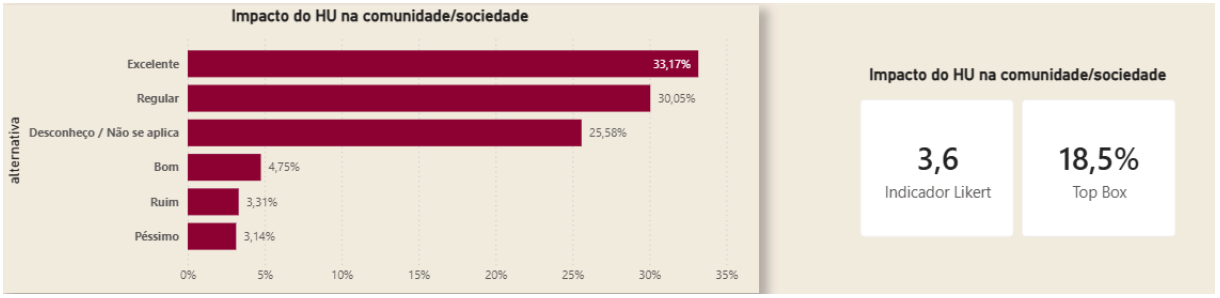
84. Qualidade e implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):



85. Integração da extensão com o ensino e a pesquisa ("curricularização da extensão"):

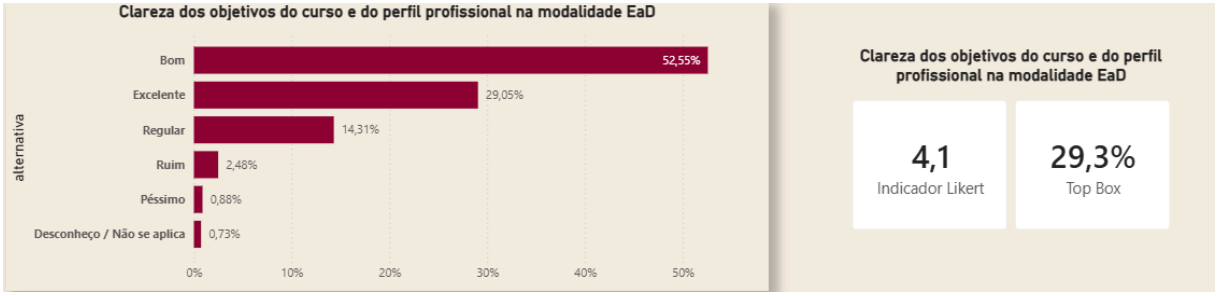


86. Impacto do HU na comunidade/sociedade

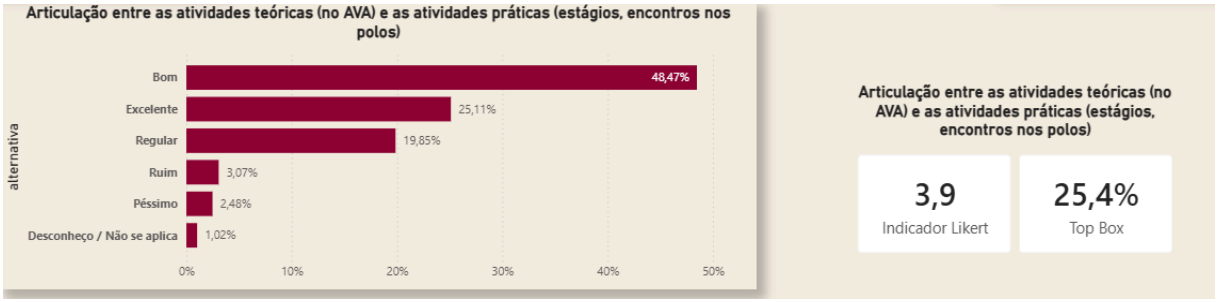


DISCENTES EAD:
Bloco - Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e Estrutura Curricular (EaD)

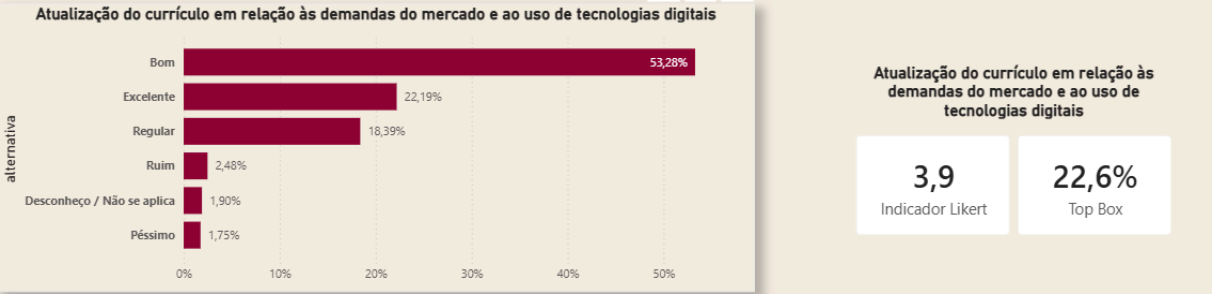
38. Clareza dos objetivos do curso e do perfil profissional na modalidade EaD:



39. Articulação entre as atividades teóricas (no AVA) e as atividades práticas (estágios, encontros nos polos):



40. Atualização do currículo em relação às demandas do mercado e ao uso de tecnologias digitais:

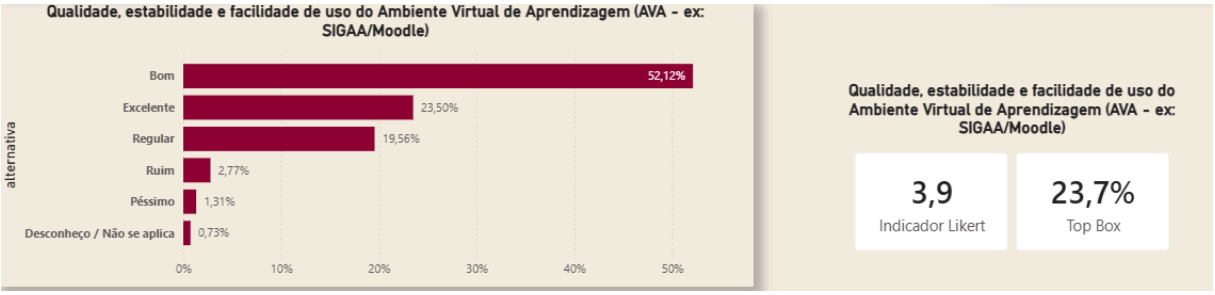


Bloco - Metodologias, Materiais Didáticos e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

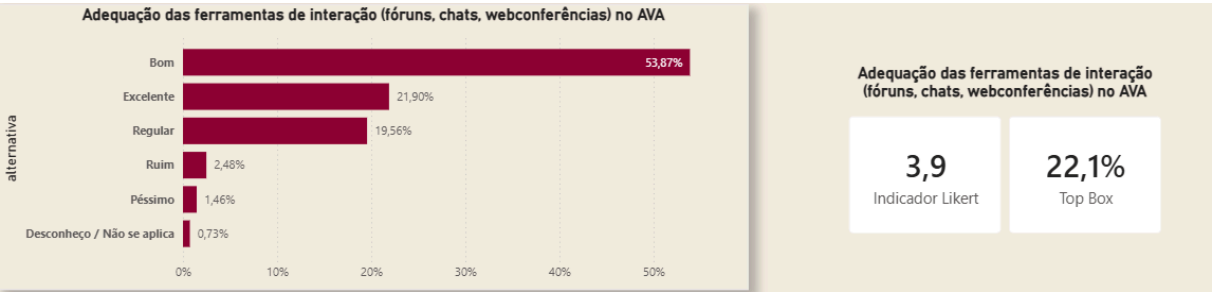
41. Qualidade das videoaulas e dos materiais didáticos (e-books, apostilas) disponibilizados no AVA:



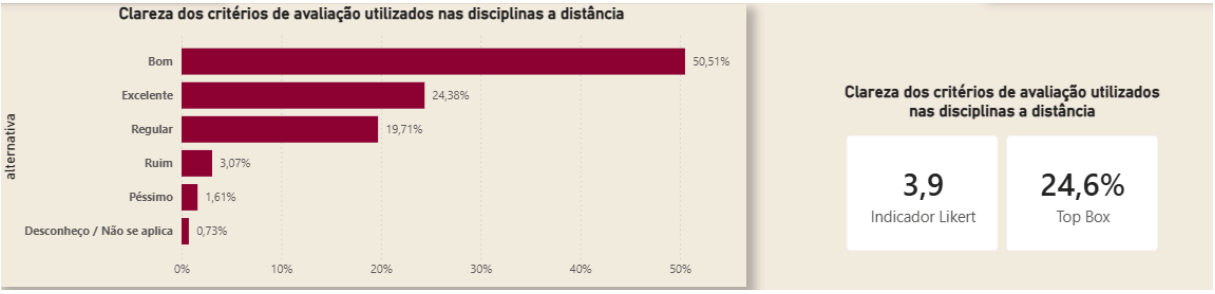
42. Qualidade, estabilidade e facilidade de uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA - ex: SIGAA/Moodle):



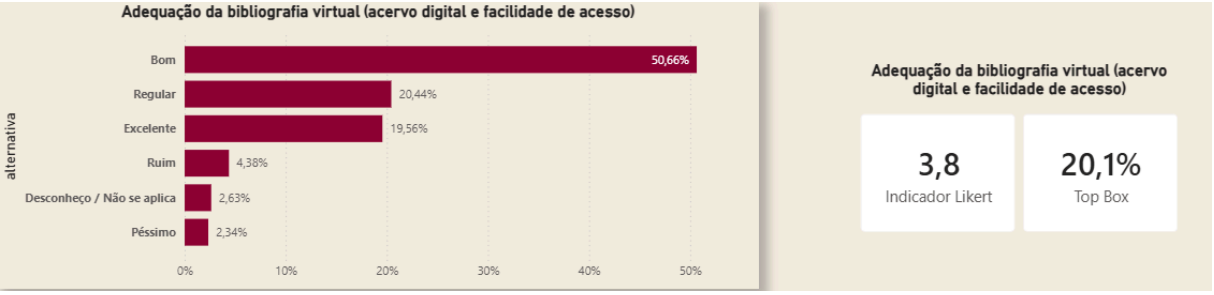
43. Adequação das ferramentas de interação (fóruns, chats, webconferências) no AVA:



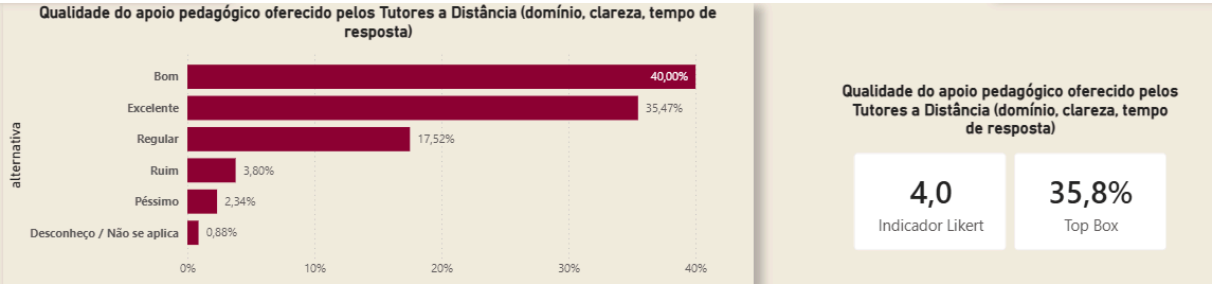
44. Clareza dos critérios de avaliação utilizados nas disciplinas a distância:



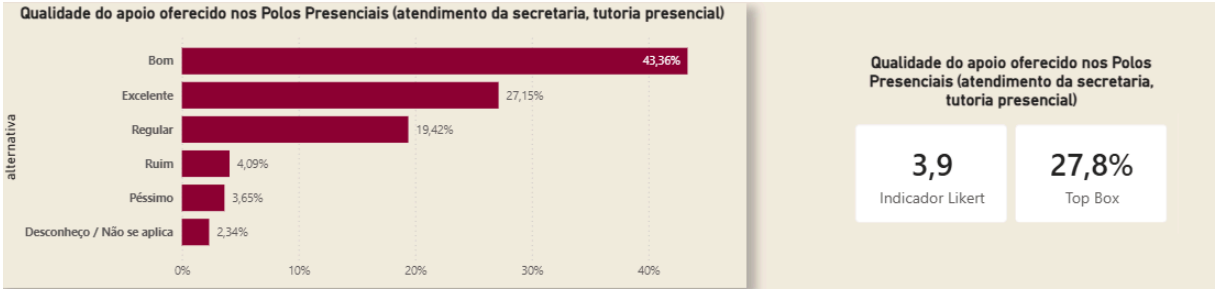
45. Adequação da bibliografia virtual (acervo digital e facilidade de acesso):



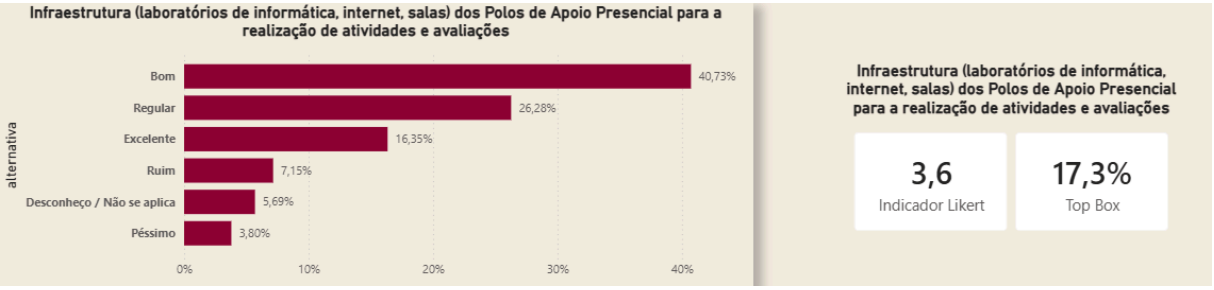
46. Qualidade do apoio pedagógico oferecido pelos Tutores a Distância (domínio, clareza, tempo de resposta):



47. Qualidade do apoio oferecido nos Polos Presenciais (atendimento da secretaria, tutoria presencial):



48. Infraestrutura (laboratórios de informática, internet, salas) dos Polos de Apoio Presencial para a realização de atividades e avaliações:

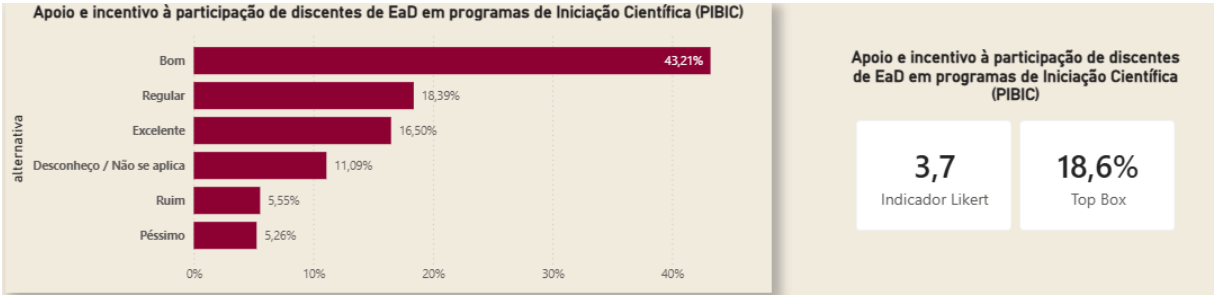


49. Qualidade dos programas de nivelamento e apoio psicopedagógico adaptados à realidade do EaD:

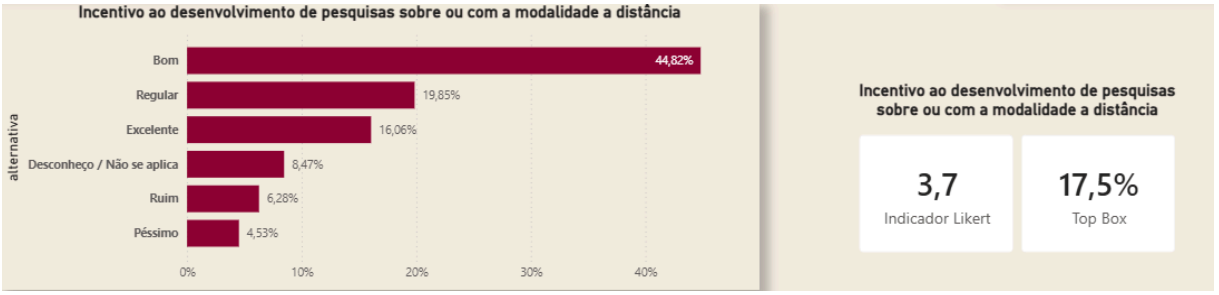


Bloco - Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação (EaD)

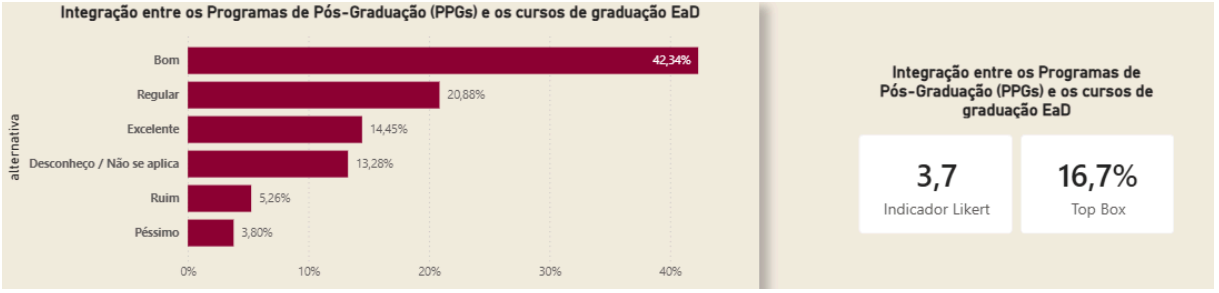
50. Apoio e incentivo à participação de discentes de EaD em programas de Iniciação Científica (PIBIC):



51. Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas sobre ou com a modalidade a distância:

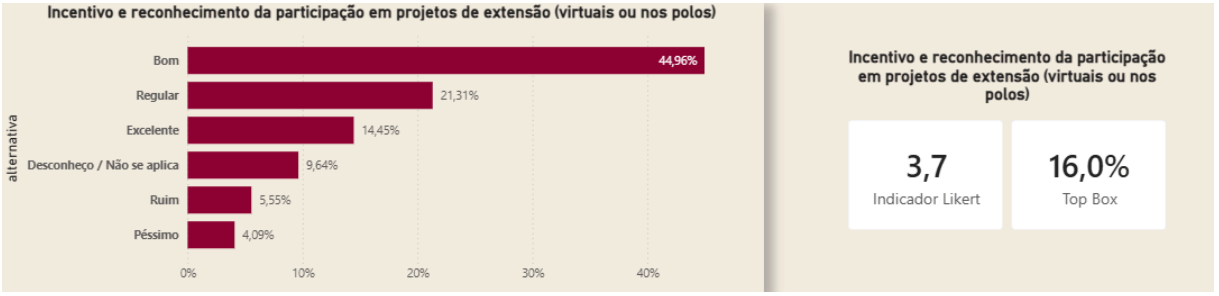


52. Integração entre os Programas de Pós-Graduação (PPGs) e os cursos de graduação EaD:

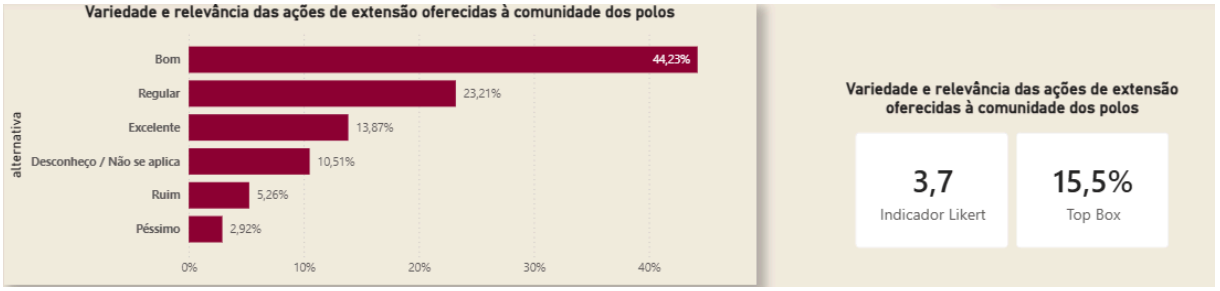


Bloco - Políticas de Extensão (EaD)

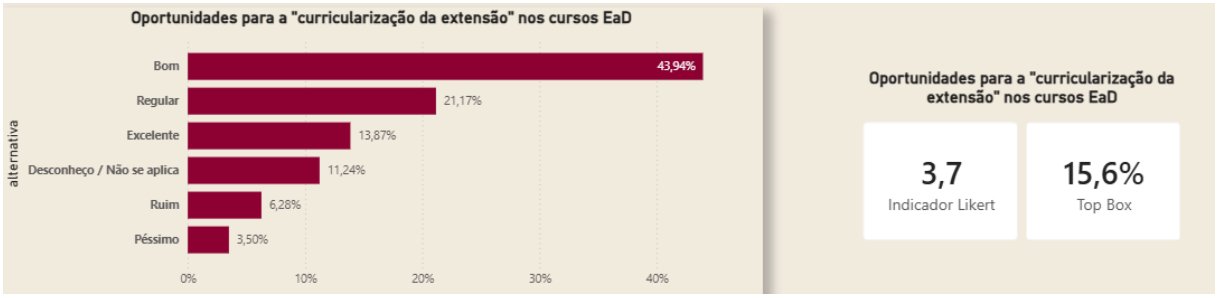
53. Incentivo e reconhecimento da participação em projetos de extensão (virtuais ou nos polos):



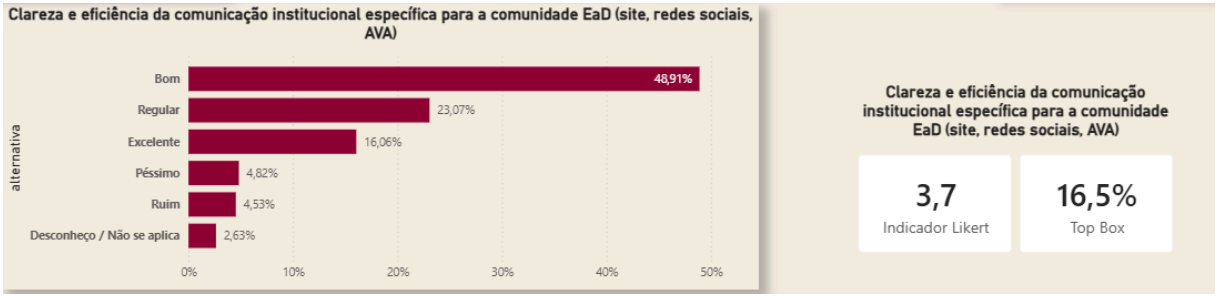
54. Variedade e relevância das ações de extensão oferecidas à comunidade dos polos:



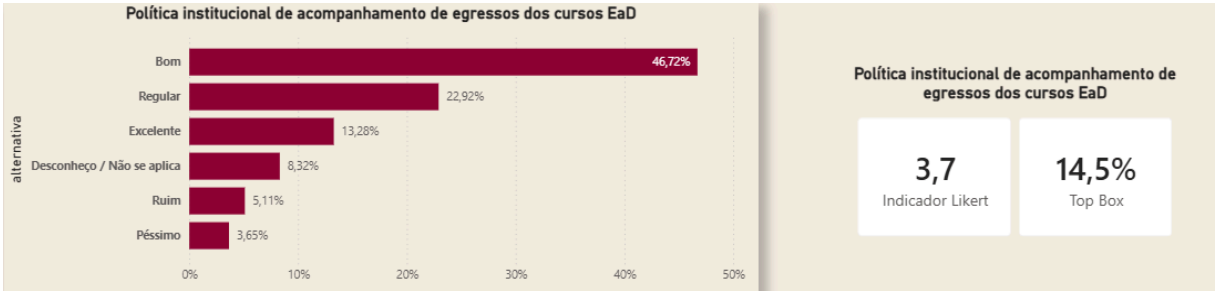
55. Oportunidades para a "curricularização da extensão" nos cursos EaD:



56. Clareza e eficiência da comunicação institucional específica para a comunidade EaD (site, redes sociais, AVA):

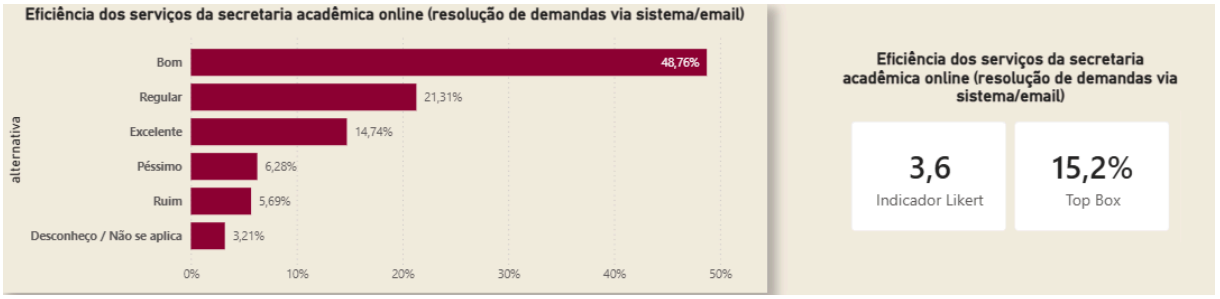


57. Política institucional de acompanhamento de egressos dos cursos EaD:

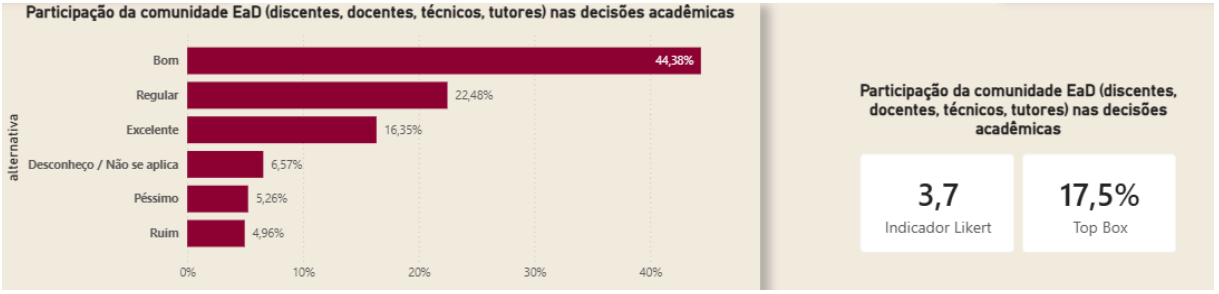


Bloco - Políticas de Gestão e Corpo Profissional (EaD)

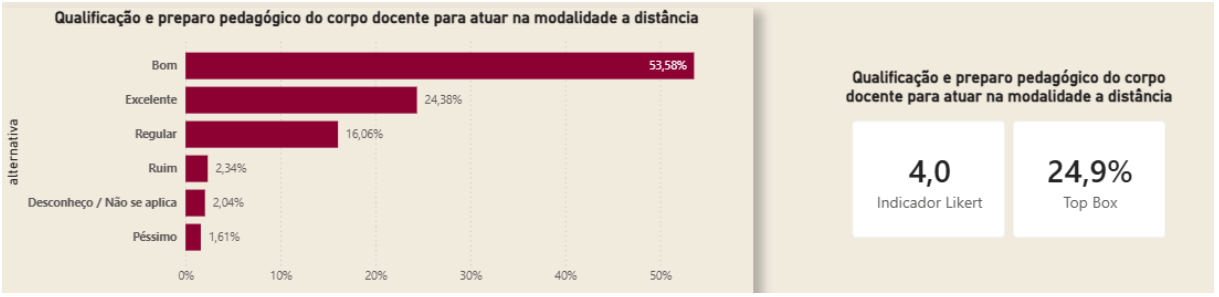
58. Eficiência dos serviços da secretaria acadêmica online (resolução de demandas via sistema/email):



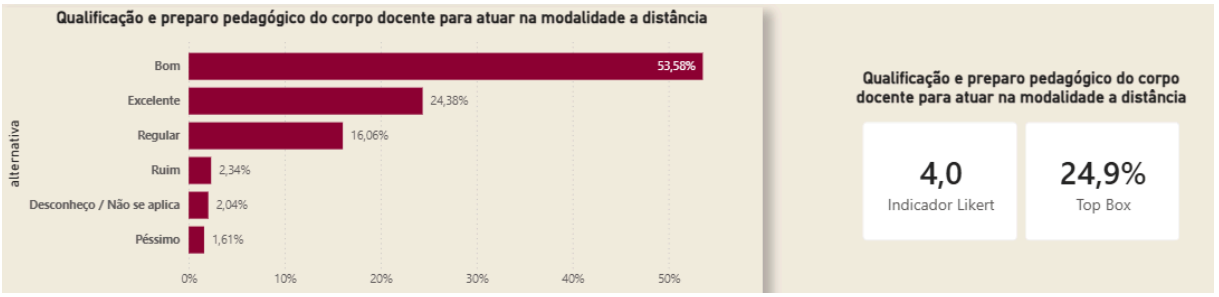
59. Participação da comunidade EaD (discentes, docentes, técnicos, tutores) nas decisões acadêmicas:



60. Qualificação e preparo pedagógico do corpo docente para atuar na modalidade a distância:



61. Qualificação e preparo técnico do corpo de tutores (presenciais e a distância):

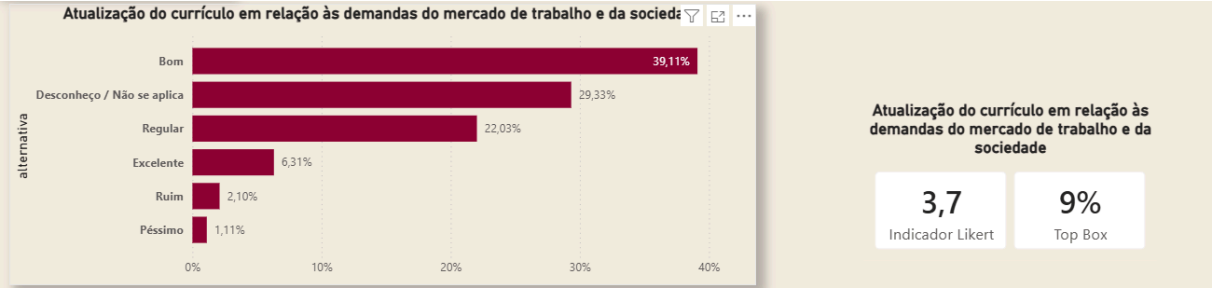


TAES - A PARTIR DA PERGUNTA
Bloco - PPC e Estrutura Curricular

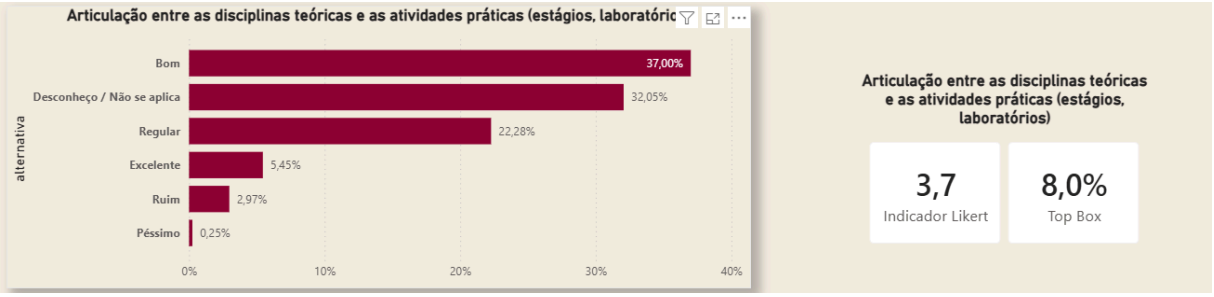
46. Clareza dos objetivos e do perfil do profissional que o curso visa formar:



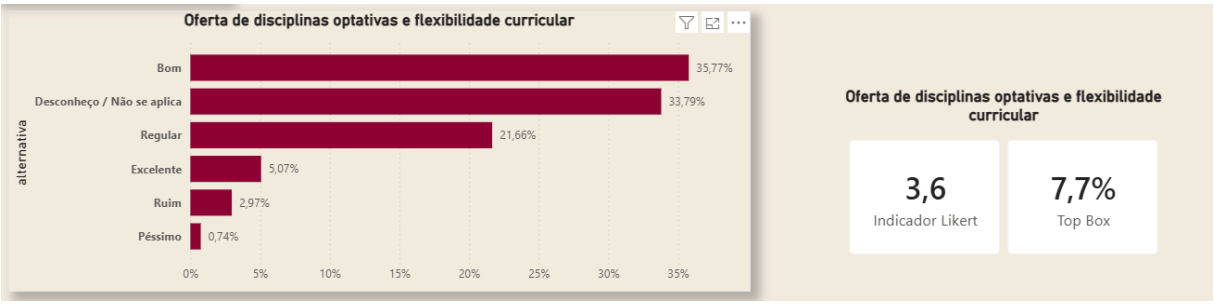
47. Atualização do currículo em relação às demandas do mercado de trabalho e da sociedade:



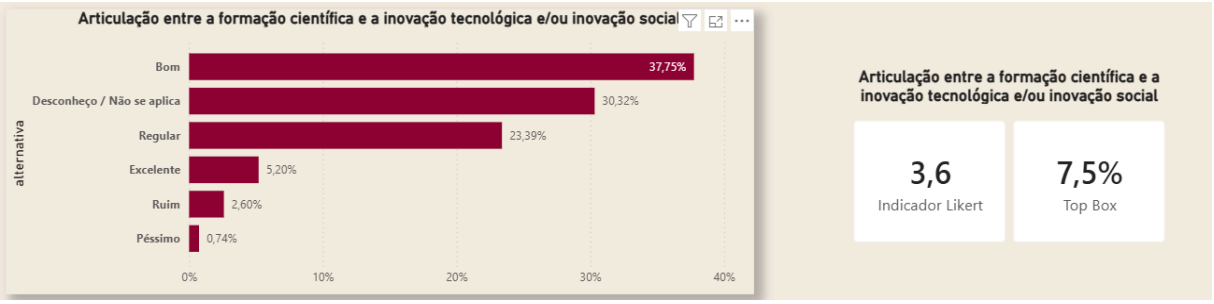
48. Articulação entre as disciplinas teóricas e as atividades práticas (estágios, laboratórios):



49. Oferta de disciplinas optativas e flexibilidade curricular:

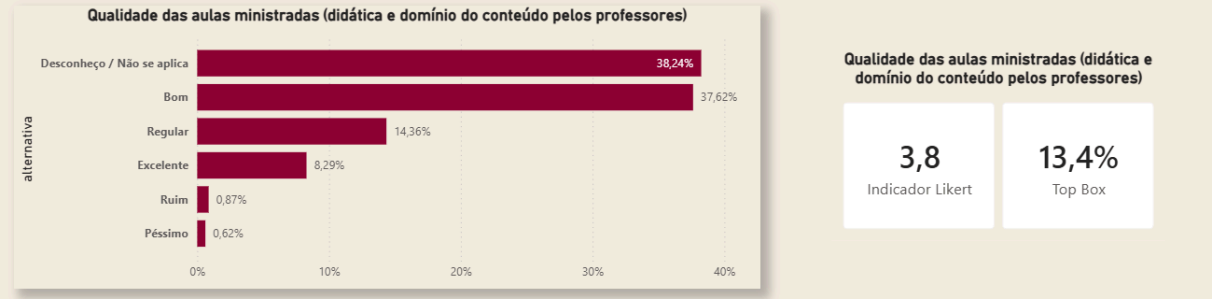


50. Articulação entre a formação científica e a inovação tecnológica e/ou inovação social:

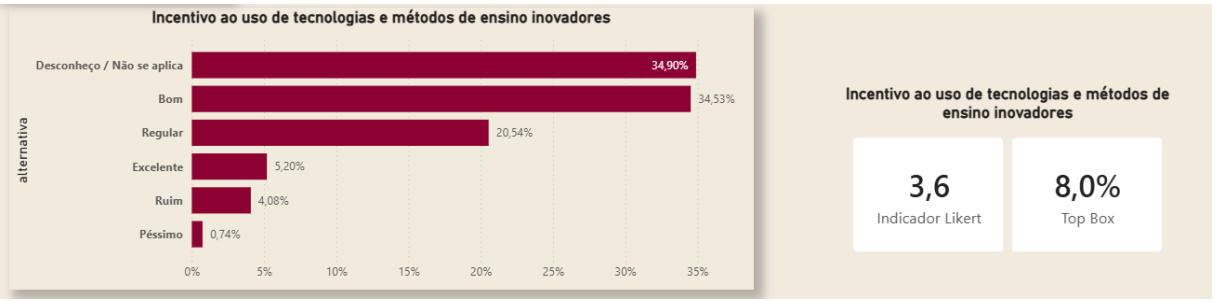


Bloco - Metodologias de Ensino e Avaliação

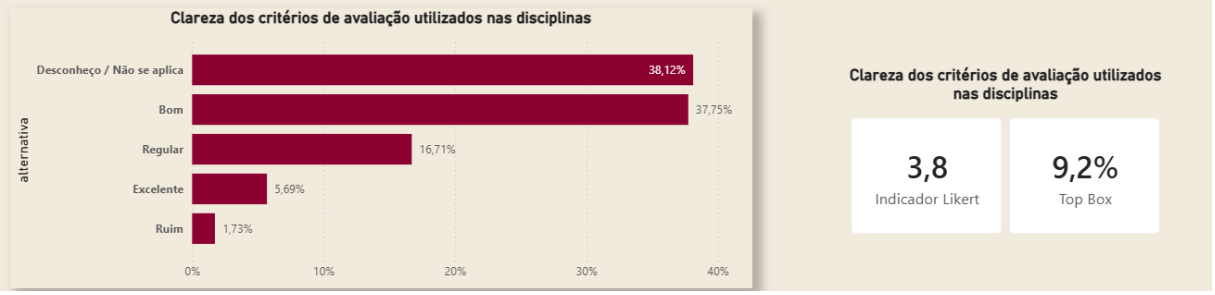
51. Qualidade das aulas ministradas (didática e domínio do conteúdo pelos professores):



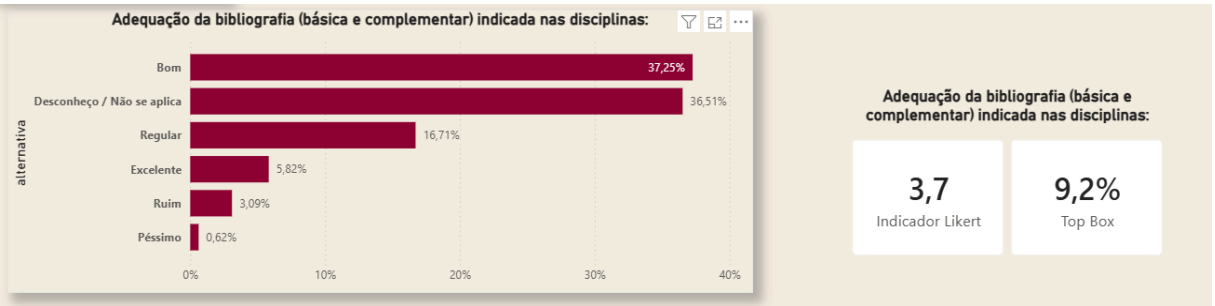
52. Incentivo ao uso de tecnologias e métodos de ensino inovadores:



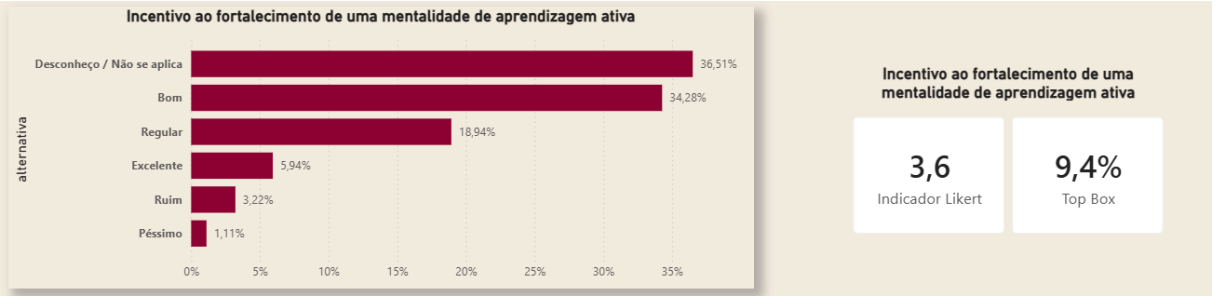
53. Clareza dos critérios de avaliação utilizados nas disciplinas:



54. Adequação da bibliografia (básica e complementar) indicada nas disciplinas:

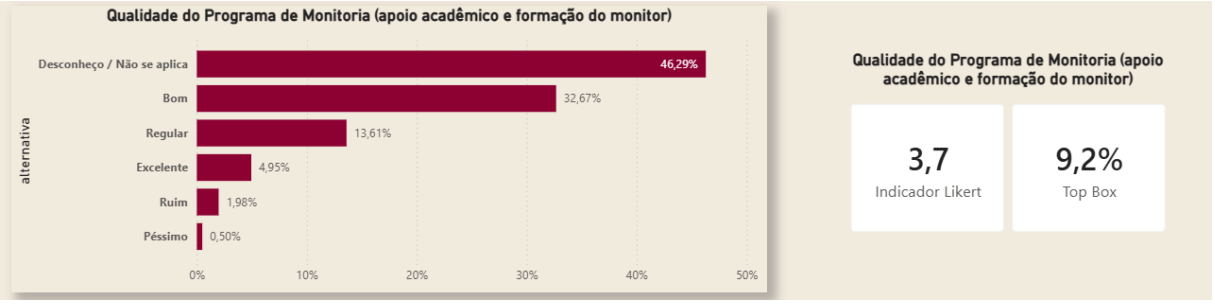


55. Incentivo ao fortalecimento de uma mentalidade de aprendizagem ativa:

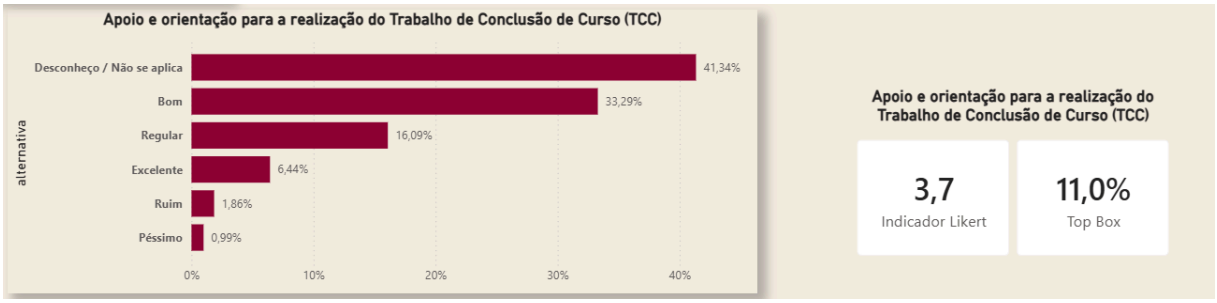


Bloco - Programas e Apoio ao Discente de Graduação

56. Qualidade do Programa de Monitoria (apoio acadêmico e formação do monitor):



57. Apoio e orientação para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):



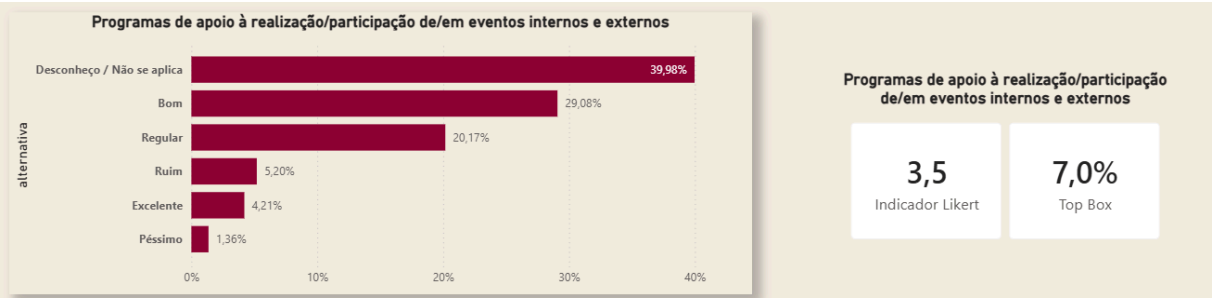
58. Programas de nivelamento e apoio psicopedagógico para estudantes com dificuldades de aprendizagem:



59. Ações institucionais de combate à evasão e retenção de estudantes:

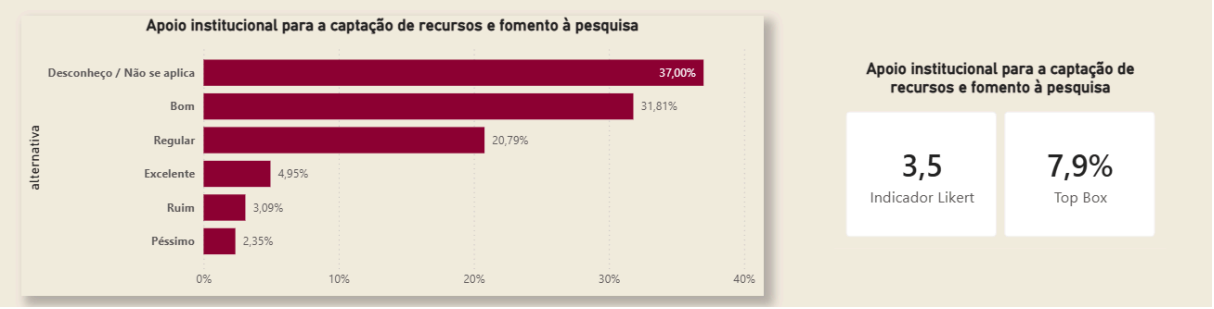


60. Programas de apoio à realização/participação de/em eventos internos e externos:



Bloco - Pesquisa e Pós-Graduação

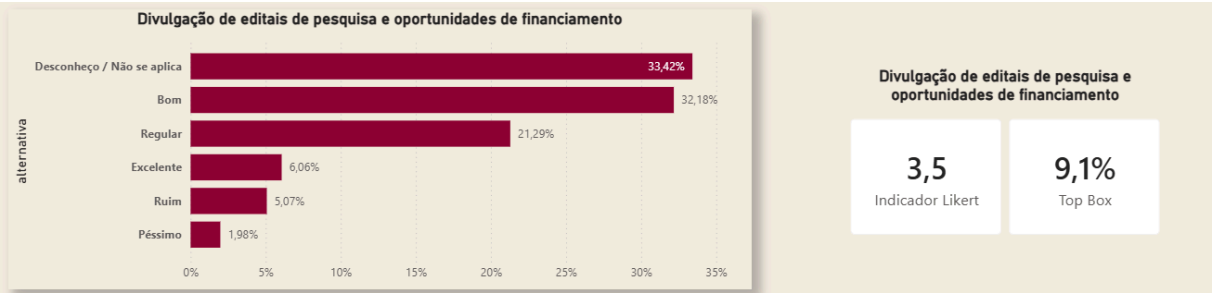
61. Apoio institucional para a captação de recursos e fomento à pesquisa:



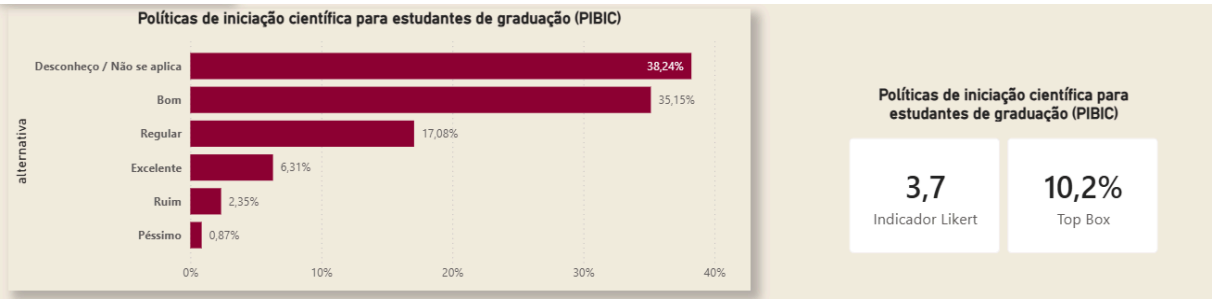
62. Qualidade da infraestrutura (laboratórios e equipamentos) para o desenvolvimento de pesquisas:



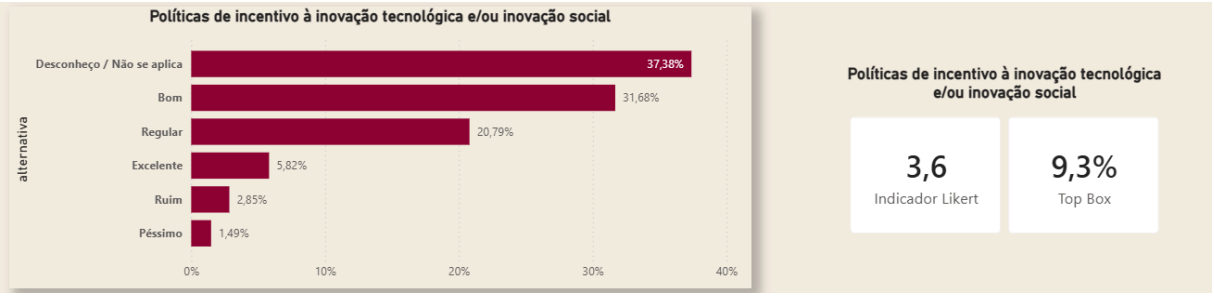
63. Divulgação de editais de pesquisa e oportunidades de financiamento:



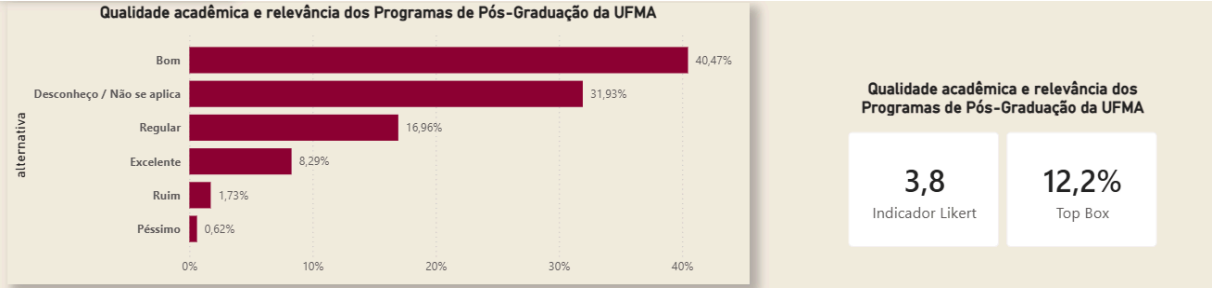
64. Políticas de iniciação científica para estudantes de graduação (PIBIC):



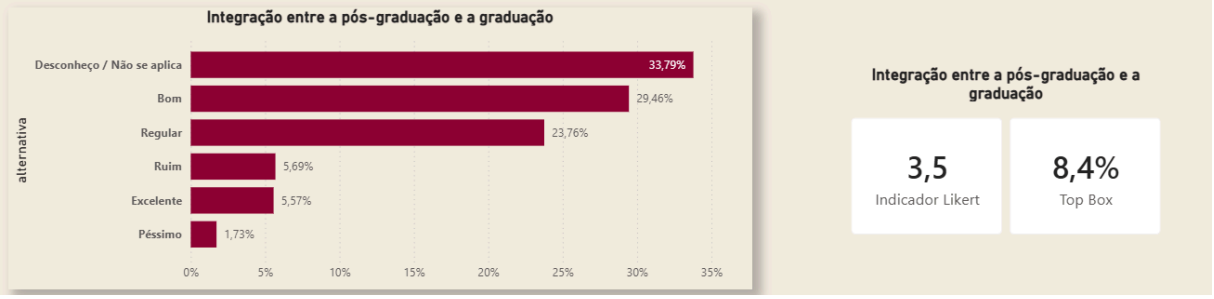
65. Políticas de incentivo à inovação tecnológica e/ou inovação social:



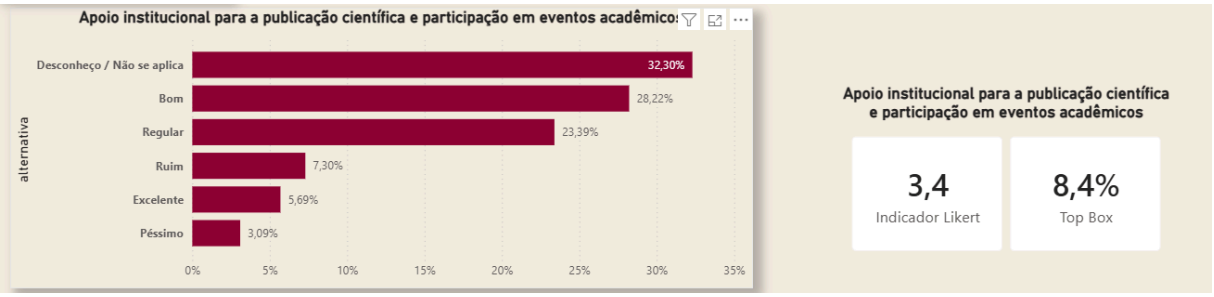
66. Qualidade acadêmica e relevância dos Programas de Pós-Graduação da UFMA:



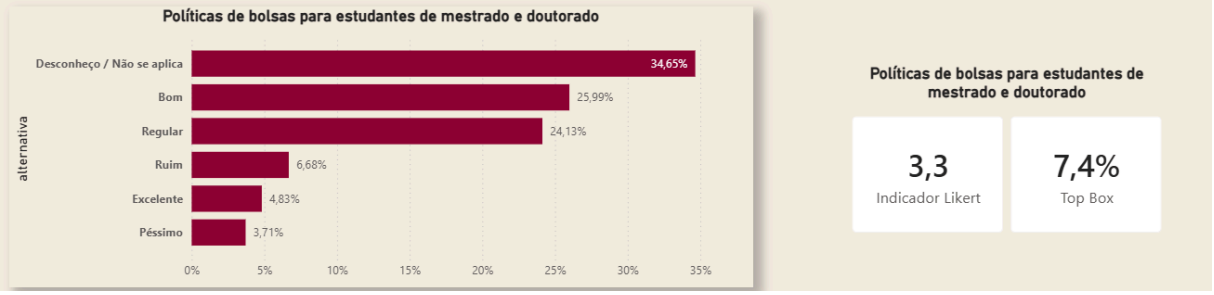
67. Integração entre a pós-graduação e a graduação:



68. Apoio institucional para a publicação científica e participação em eventos acadêmicos:

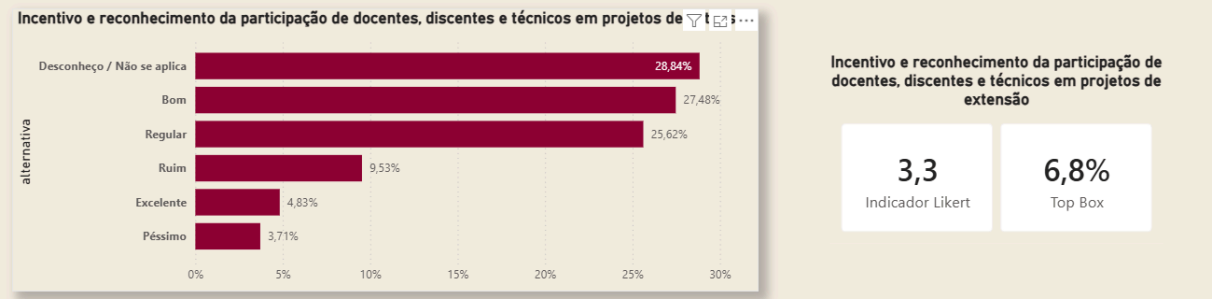


69. Políticas de bolsas para estudantes de mestrado e doutorado:

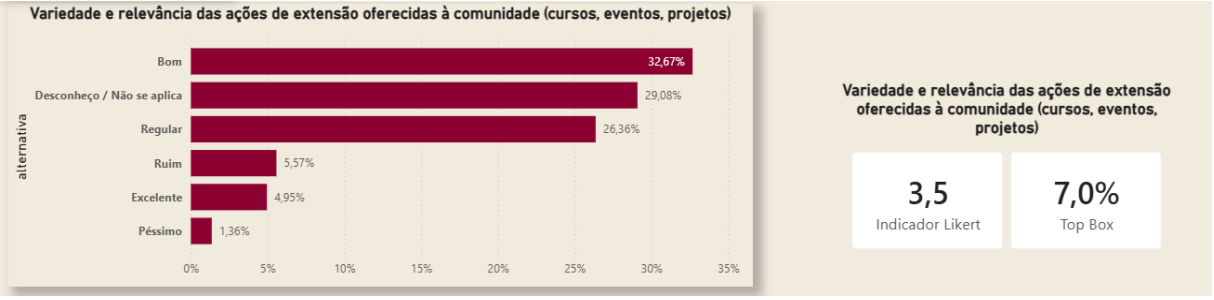


Bloco - Políticas de Extensão, Cultura e Comunicação

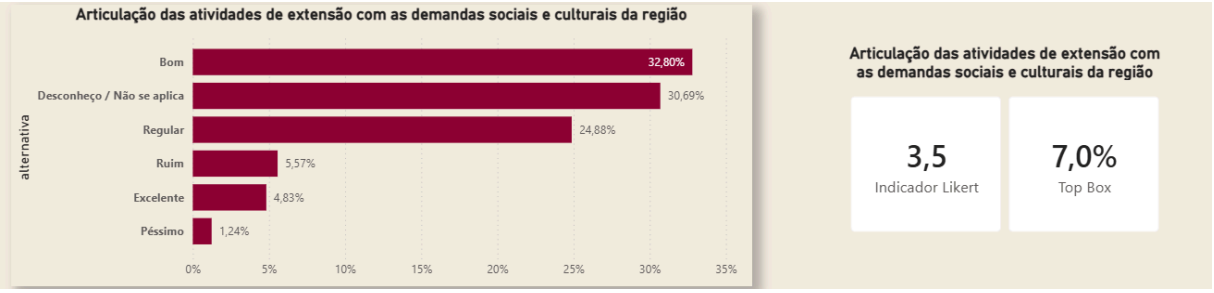
70. Incentivo e reconhecimento da participação de docentes, discentes e técnicos em projetos de extensão:



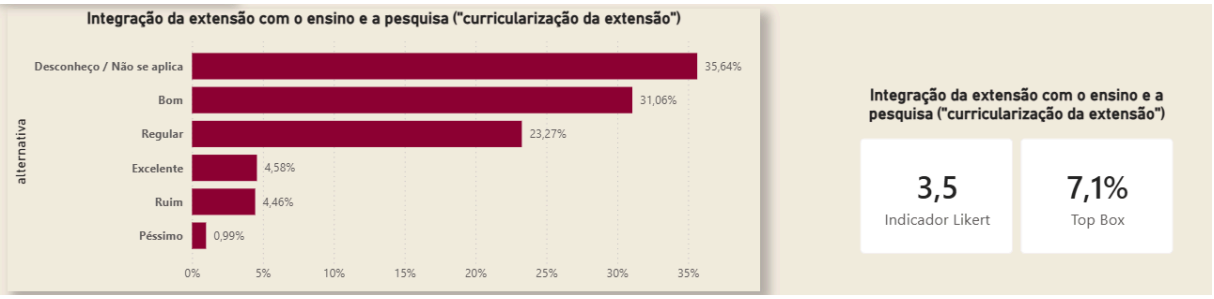
71. Variedade e relevância das ações de extensão oferecidas à comunidade (cursos, eventos, projetos):



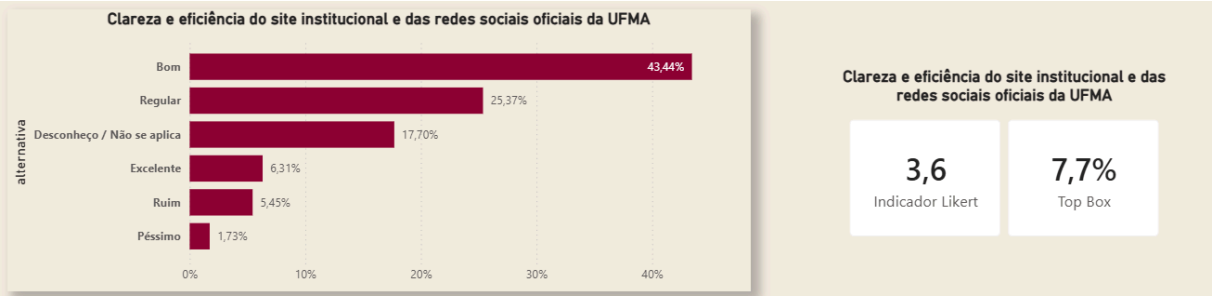
72. Articulação das atividades de extensão com as demandas sociais e culturais da região:



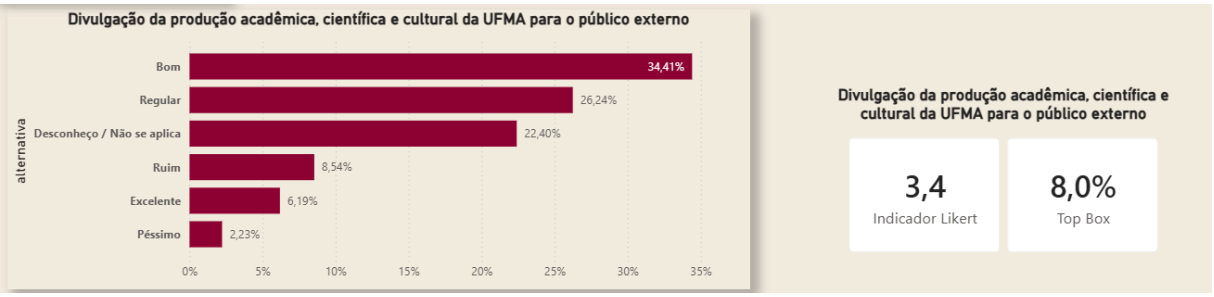
73. Integração da extensão com o ensino e a pesquisa ("curricularização da extensão"):



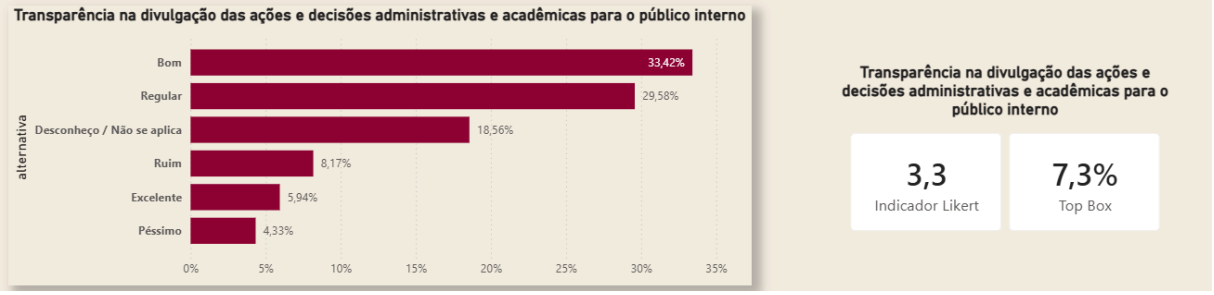
74. Clareza e eficiência do site institucional e das redes sociais oficiais da UFMA:



75. Divulgação da produção acadêmica, científica e cultural da UFMA para o público externo:

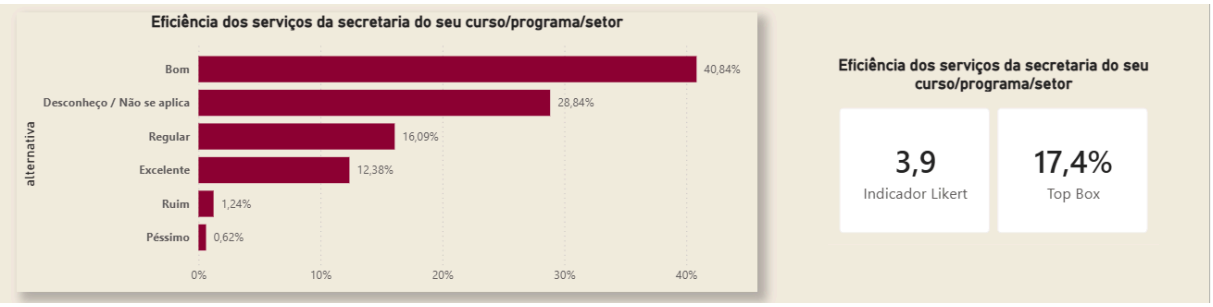


76. Transparência na divulgação das ações e decisões administrativas e acadêmicas para o público interno:

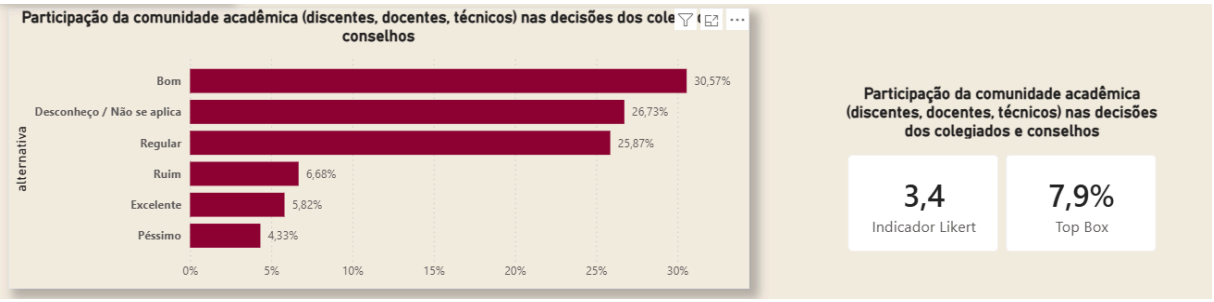


Bloco - Gestão Acadêmica

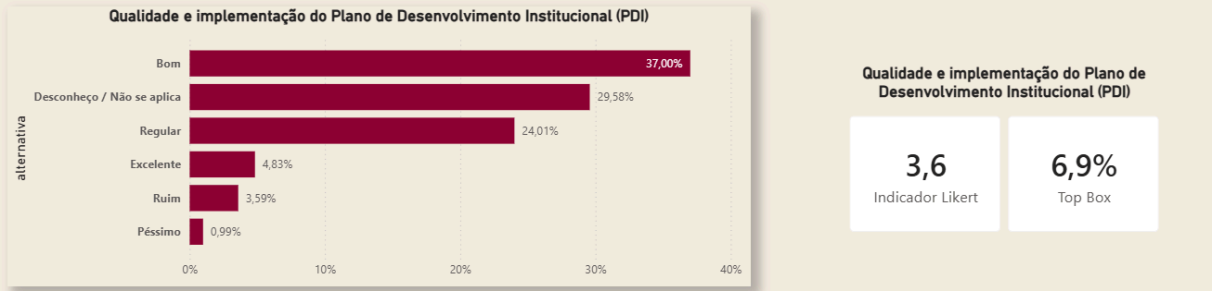
77. Eficiência dos serviços da secretaria do seu curso/programa/setor:



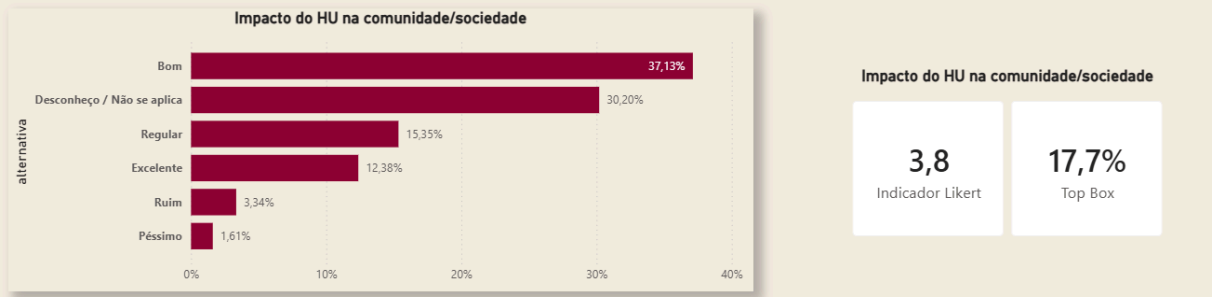
78. Participação da comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos) nas decisões dos colegiados e conselhos:



79. Qualidade e implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

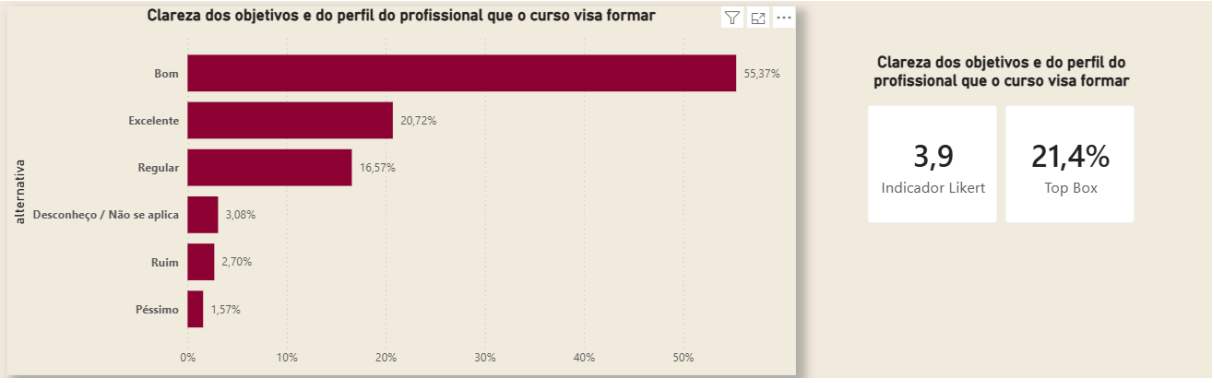


80. Impacto do HU na comunidade/sociedade:

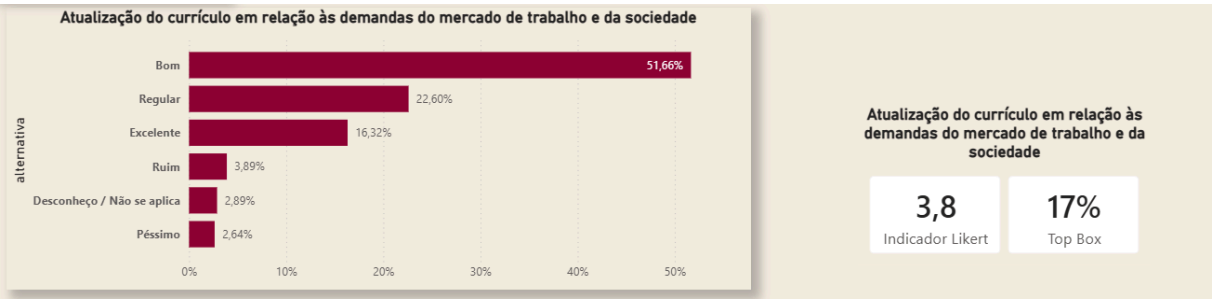


DOCENTES PRESENCIAL: A PARTIR DA PERGUNTA
Bloco - PPC e Estrutura Curricular

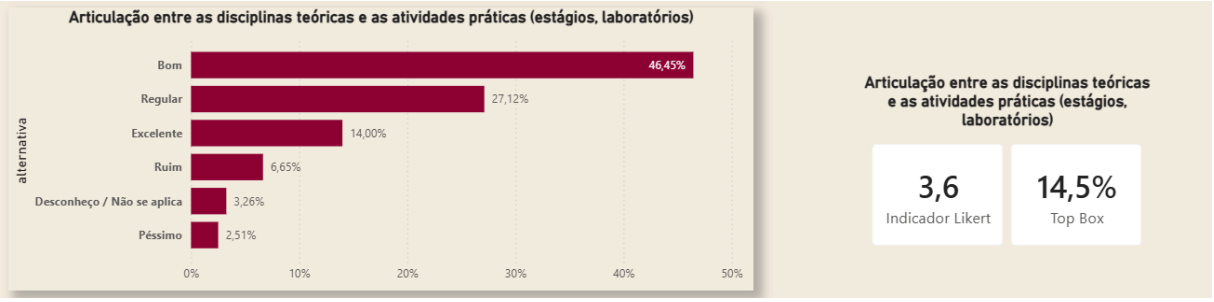
46. Clareza dos objetivos e do perfil do profissional que o curso visa formar:



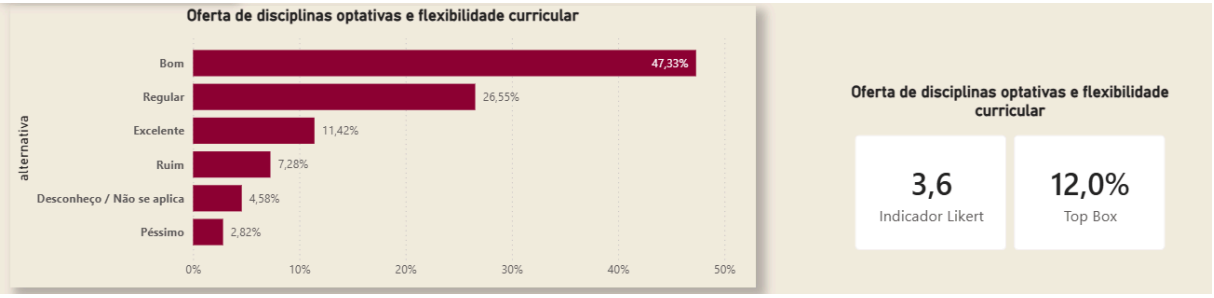
47. Atualização do currículo em relação às demandas do mercado de trabalho e da sociedade:



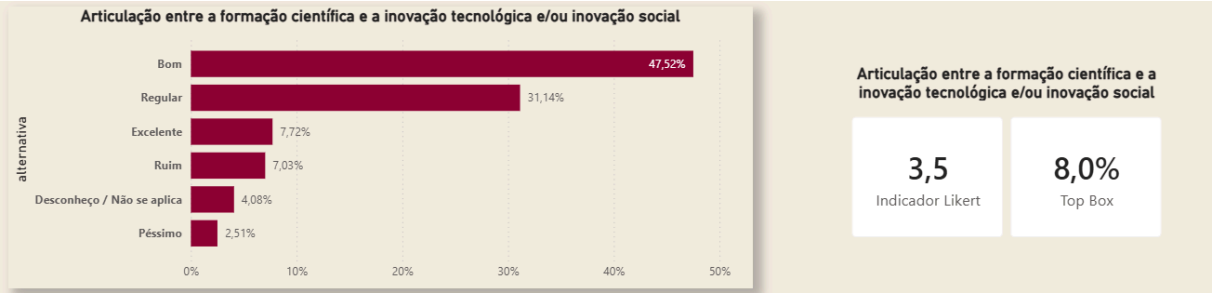
48. Articulação entre as disciplinas teóricas e as atividades práticas (estágios, laboratórios):



49. Oferta de disciplinas optativas e flexibilidade curricular:

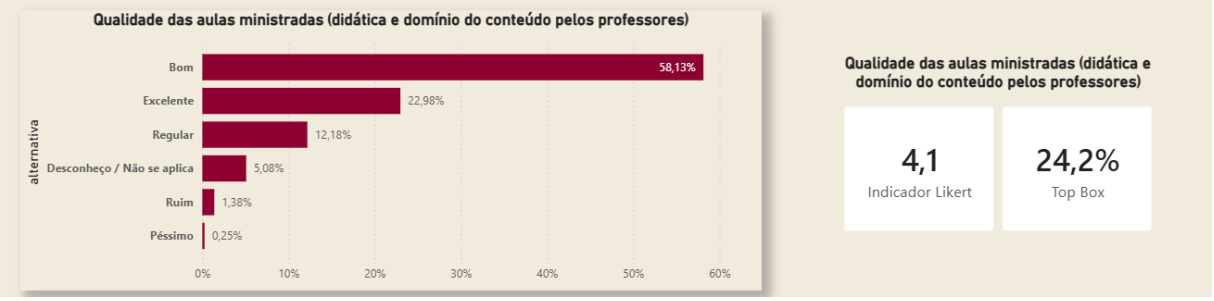


50. Articulação entre a formação científica e a inovação tecnológica e/ou inovação social:

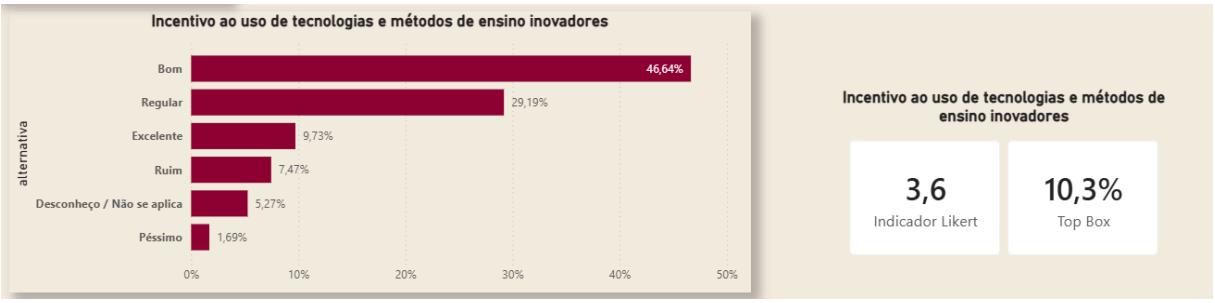


Bloco - Metodologias de Ensino e Avaliação

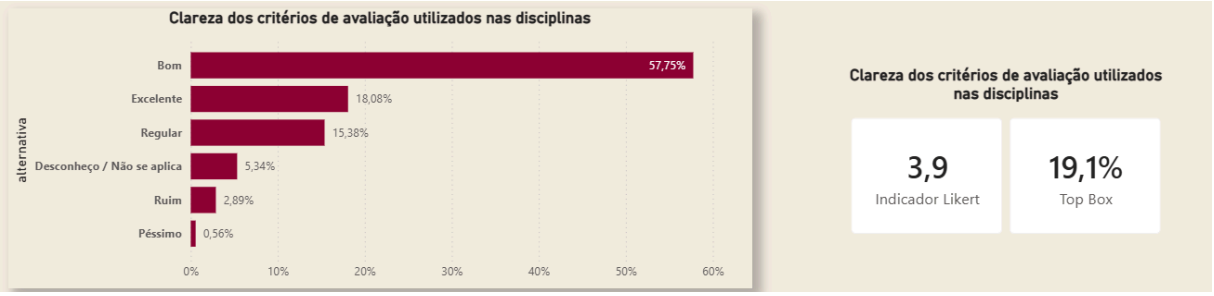
51. Qualidade das aulas ministradas (didática e domínio do conteúdo pelos professores):



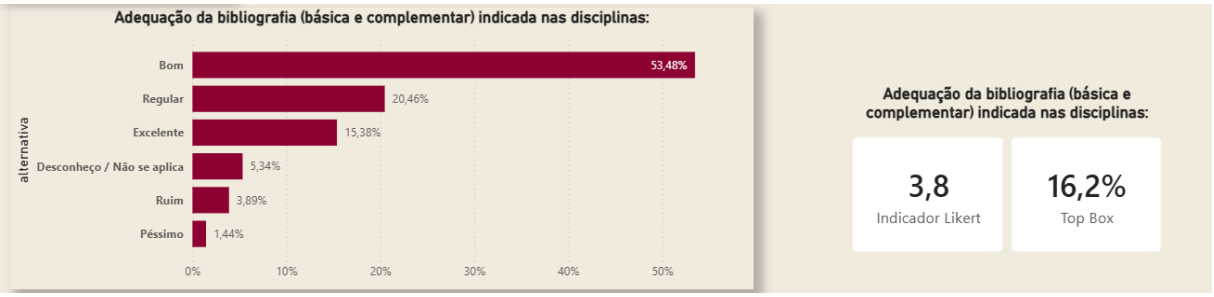
52. Incentivo ao uso de tecnologias e métodos de ensino inovadores:



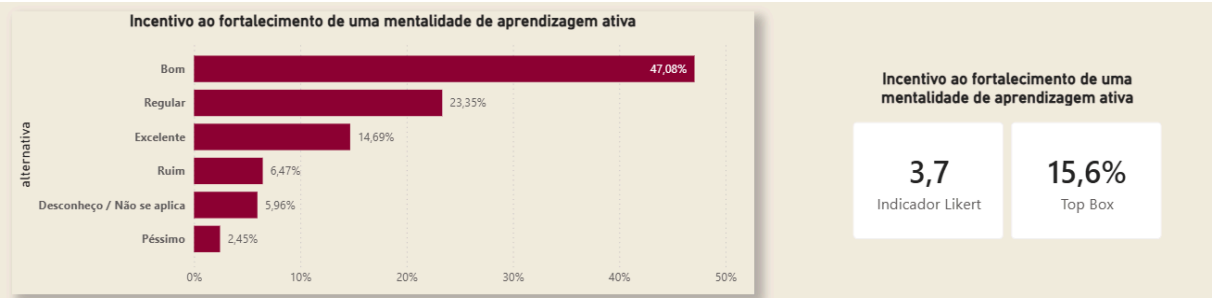
53. Clareza dos critérios de avaliação utilizados nas disciplinas:



54. Adequação da bibliografia (básica e complementar) indicada nas disciplinas:

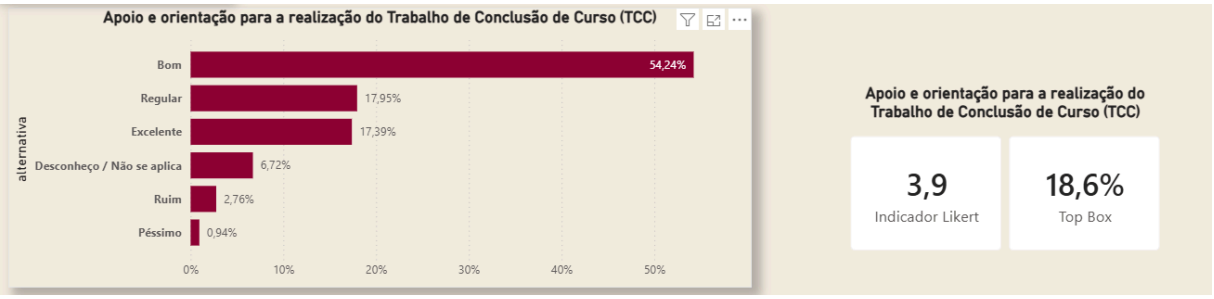


55. Incentivo ao fortalecimento de uma mentalidade de aprendizagem ativa:



Bloco - Programas e Apoio ao Discente de Graduação

57. Apoio e orientação para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):



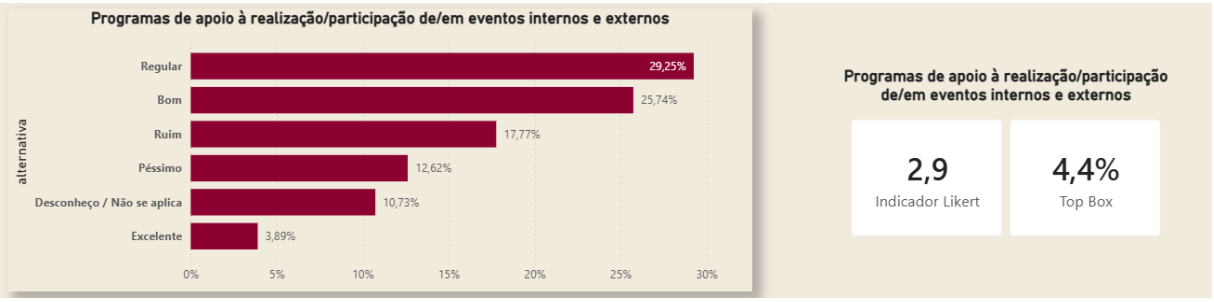
58. Programas de nivelamento e apoio psicopedagógico para estudantes com dificuldades de aprendizagem:



59. Ações institucionais de combate à evasão e retenção de estudantes:

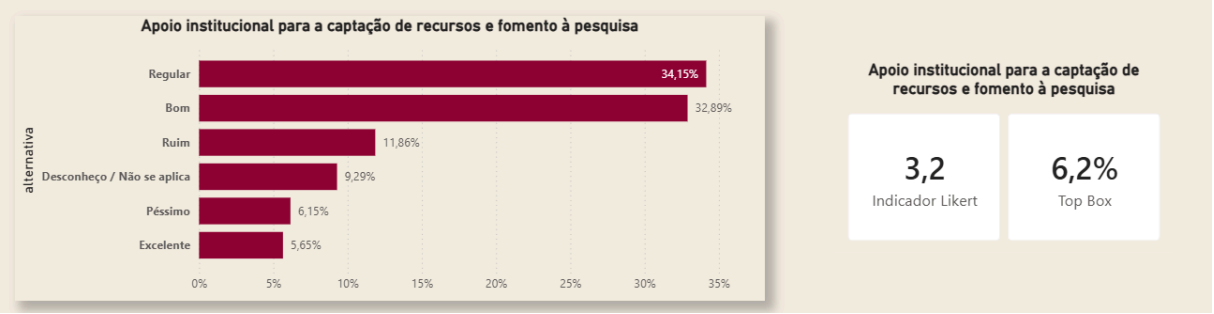


60. Programas de apoio à realização/participação de/em eventos internos e externos:



Bloco - Pesquisa e Pós-Graduação

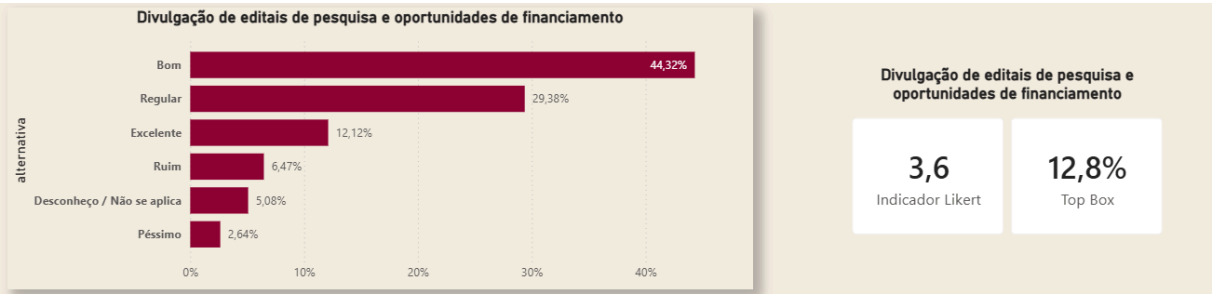
61. Apoio institucional para a captação de recursos e fomento à pesquisa:



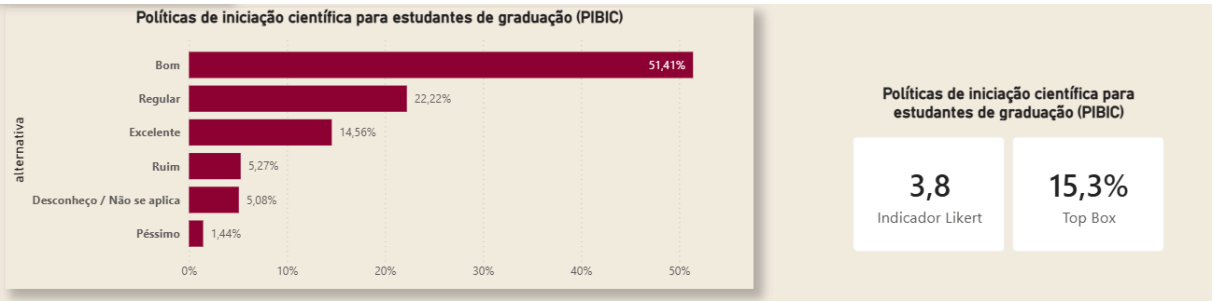
62. Qualidade da infraestrutura (laboratórios e equipamentos) para o desenvolvimento de pesquisas:



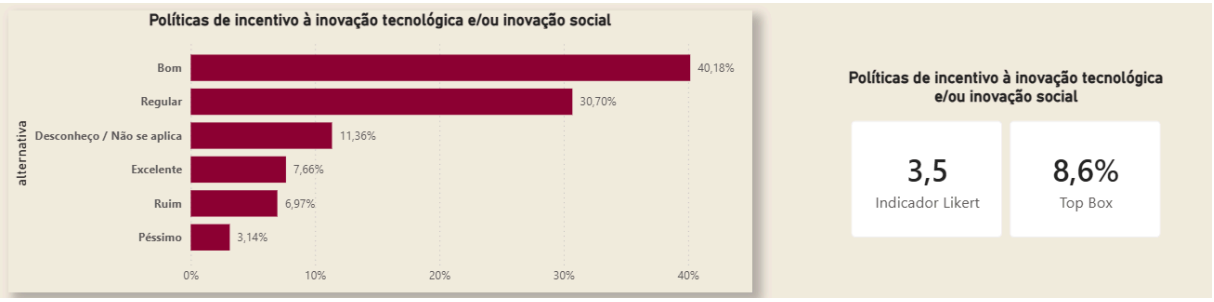
63. Divulgação de editais de pesquisa e oportunidades de financiamento:



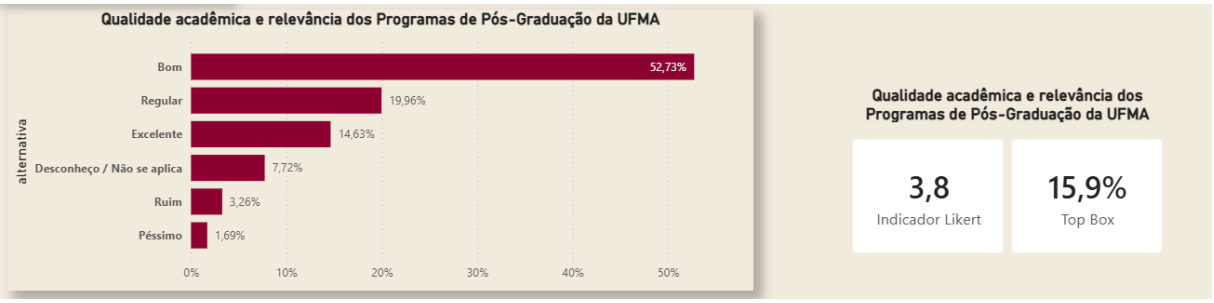
64. Políticas de iniciação científica para estudantes de graduação (PIBIC):



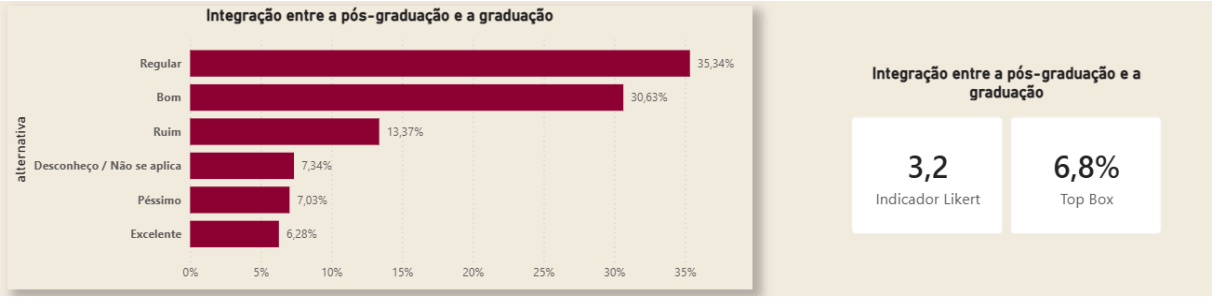
65. Políticas de incentivo à inovação tecnológica e/ou inovação social:



66. Qualidade acadêmica e relevância dos Programas de Pós-Graduação da UFMA:



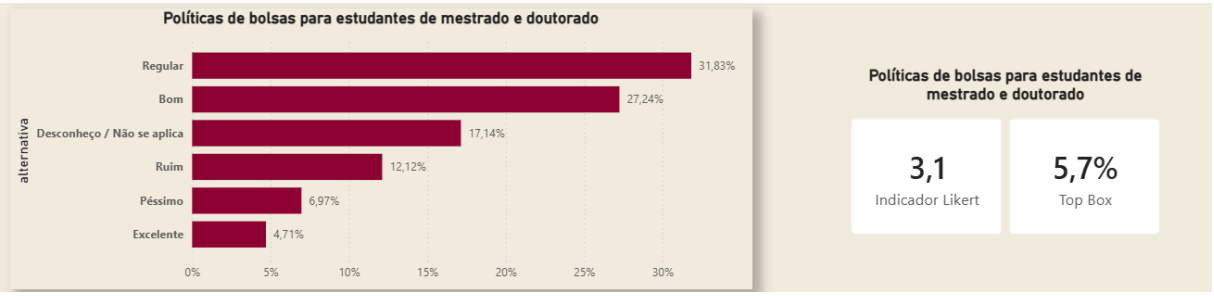
67. Integração entre a pós-graduação e a graduação:



68. Apoio institucional para a publicação científica e participação em eventos acadêmicos:

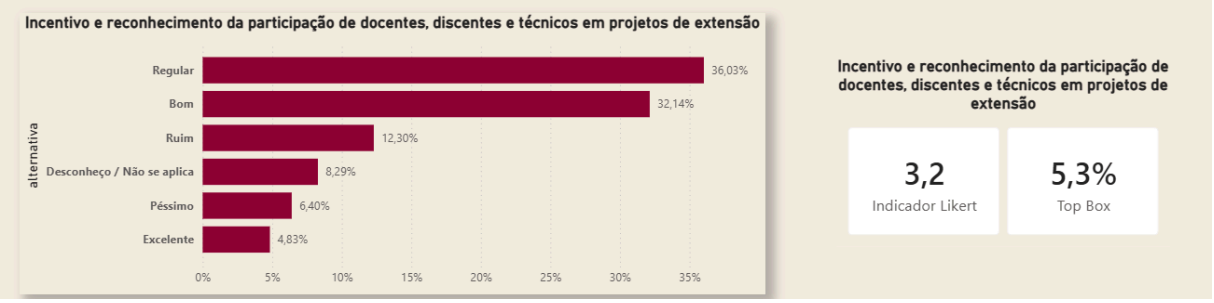


69. Políticas de bolsas para estudantes de mestrado e doutorado:

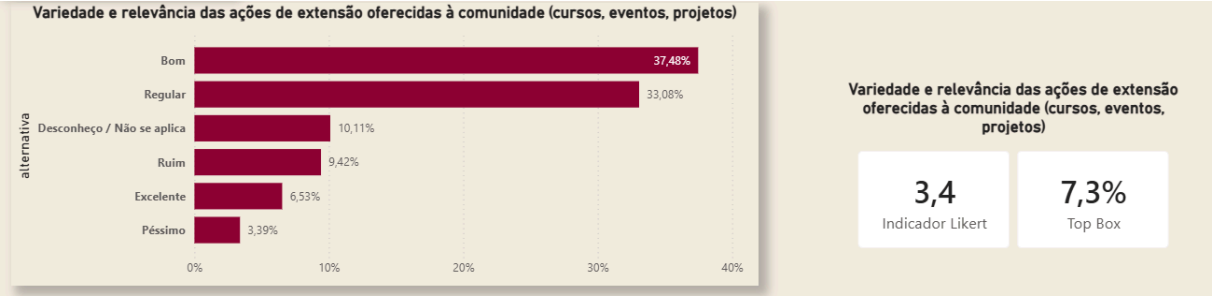


Bloco - Políticas de Extensão, Cultura e Comunicação

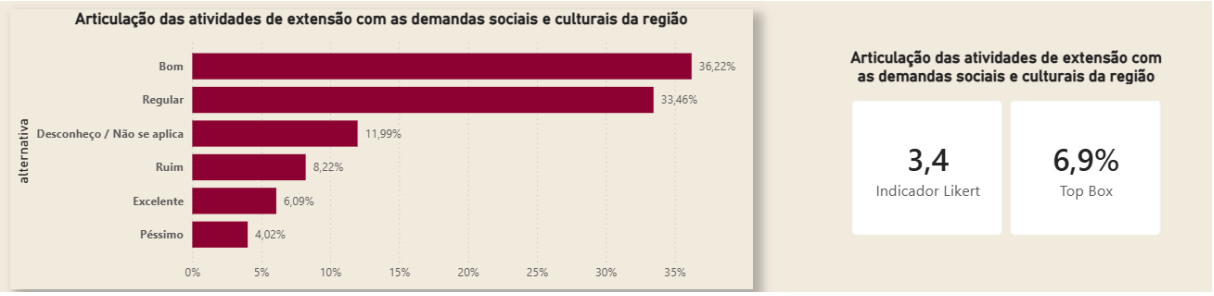
70. Incentivo e reconhecimento da participação de docentes, discentes e técnicos em projetos de extensão:



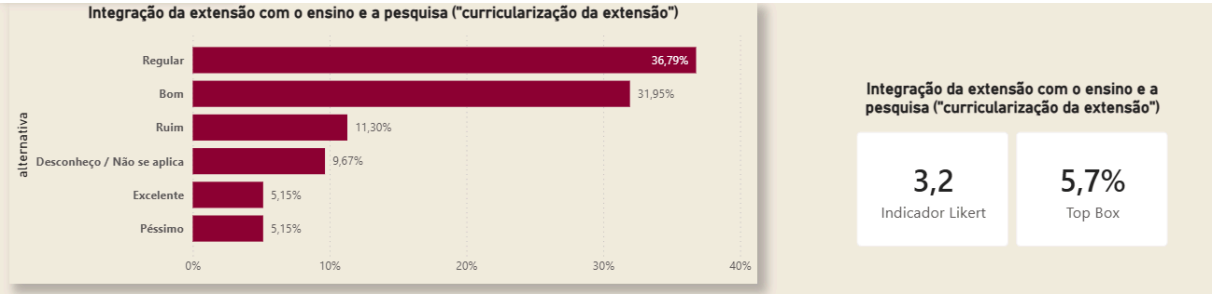
71. Variedade e relevância das ações de extensão oferecidas à comunidade (cursos, eventos, projetos):



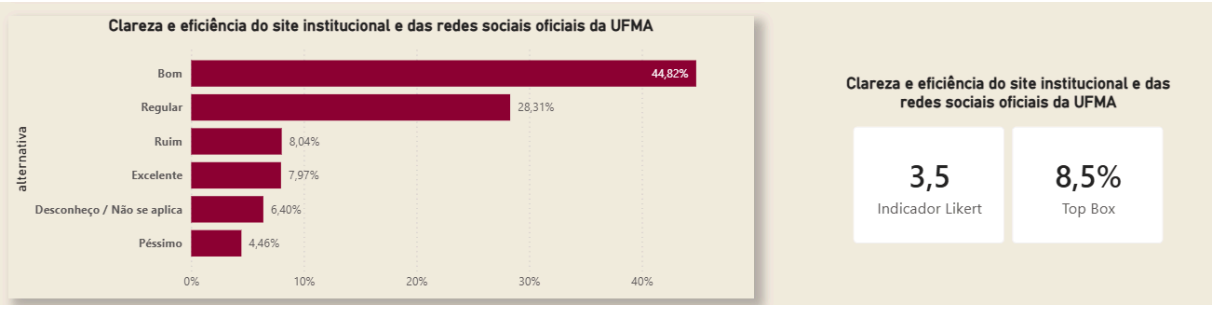
72. Articulação das atividades de extensão com as demandas sociais e culturais da região:



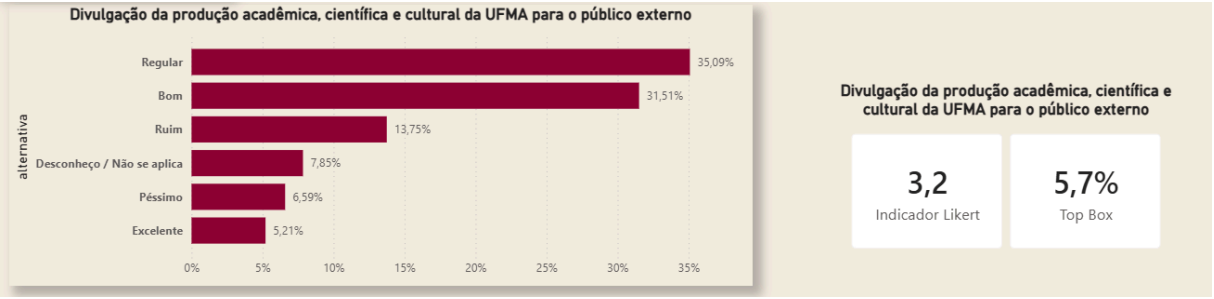
73. Integração da extensão com o ensino e a pesquisa ("curricularização da extensão"):



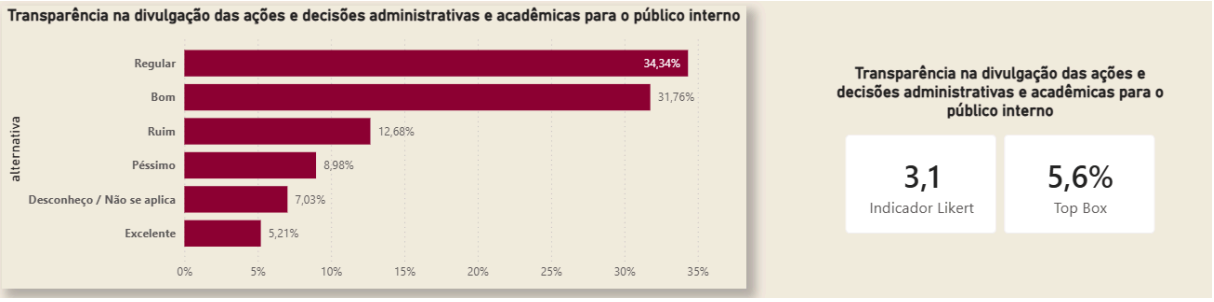
74. Clareza e eficiência do site institucional e das redes sociais oficiais da UFMA:



75. Divulgação da produção acadêmica, científica e cultural da UFMA para o público externo:

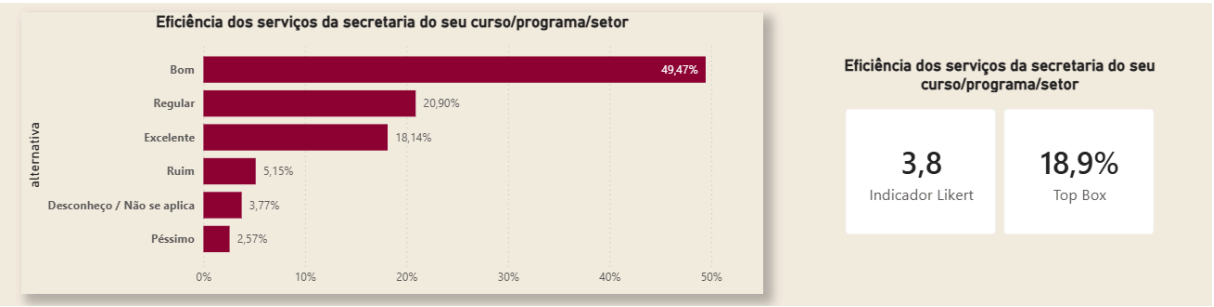


76. Transparência na divulgação das ações e decisões administrativas e acadêmicas para o público interno:

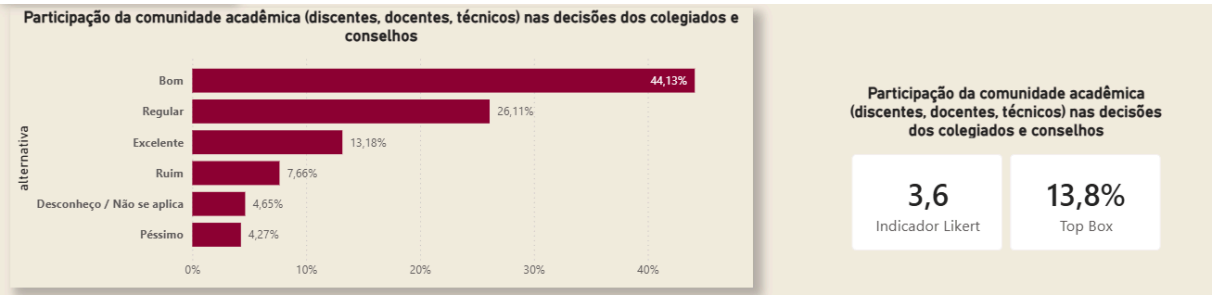


Bloco - Gestão Acadêmica

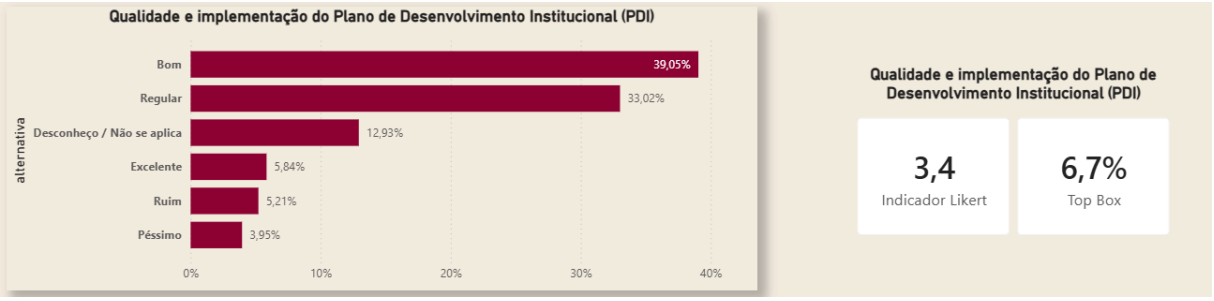
77. Eficiência dos serviços da secretaria do seu curso/programa/setor:



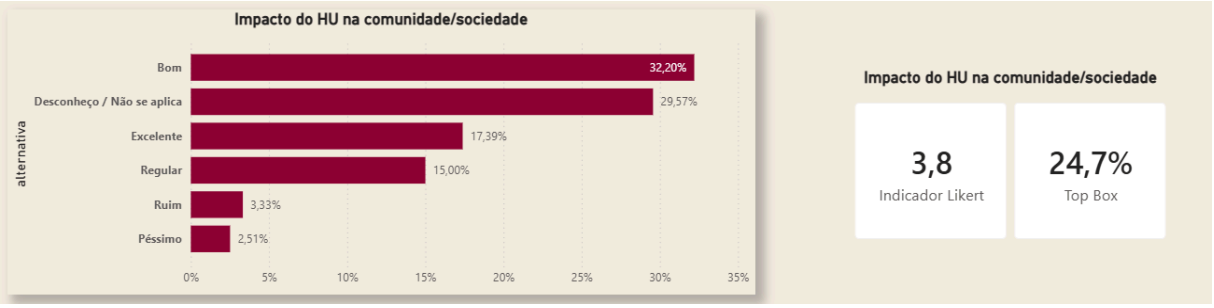
78. Participação da comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos) nas decisões dos colegiados e conselhos:



79. Qualidade e implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):



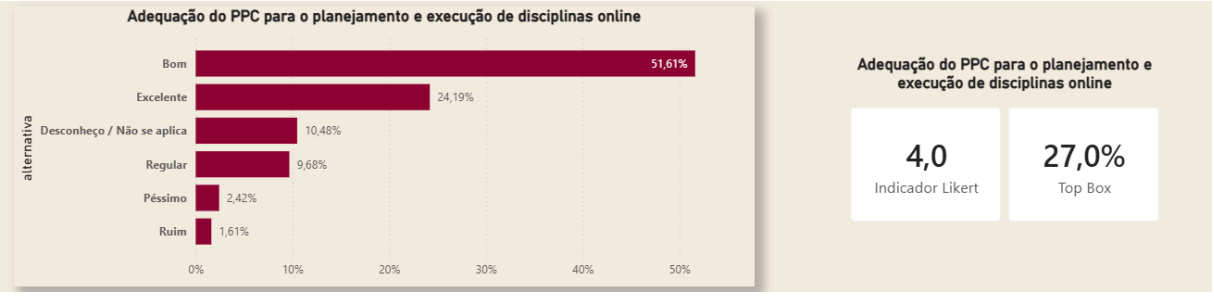
80. Impacto do HU na comunidade/sociedade



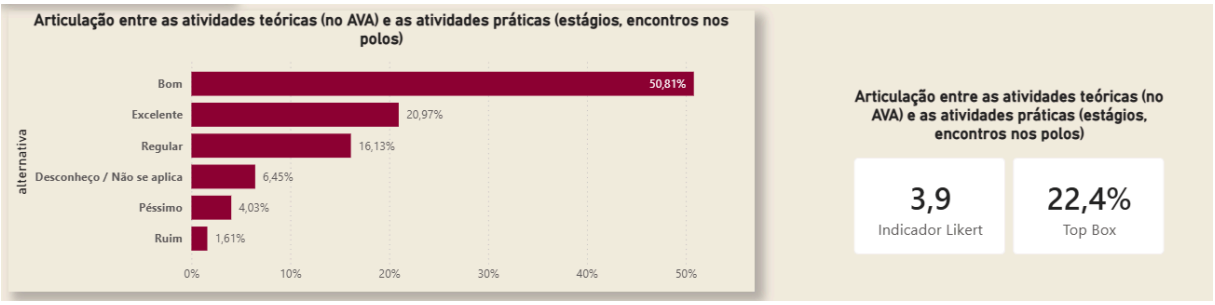
DOCENTES EAD:

Bloco - Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e Estrutura Curricular (EaD)

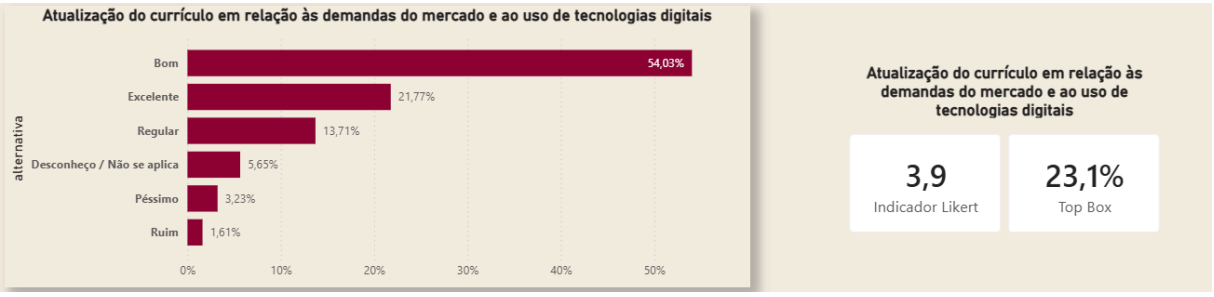
1. Adequação do PPC para o planejamento e execução de disciplinas online:



2. Articulação entre as atividades teóricas (no AVA) e as atividades práticas (estágios, encontros nos polos):

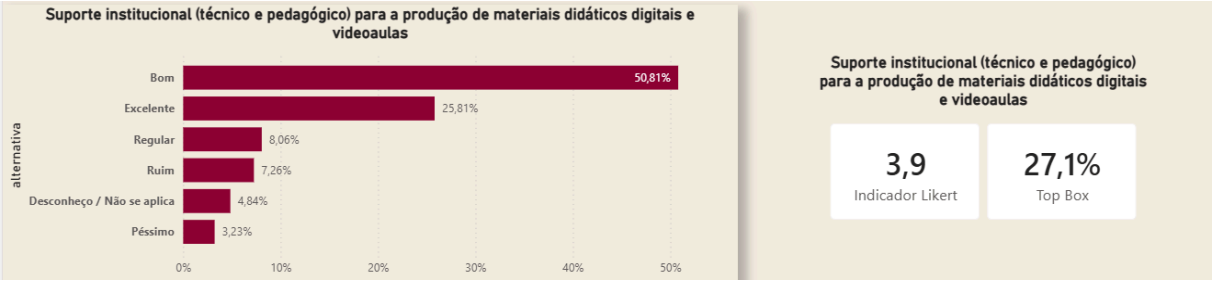


3. Atualização do currículo em relação às demandas do mercado e ao uso de tecnologias digitais:

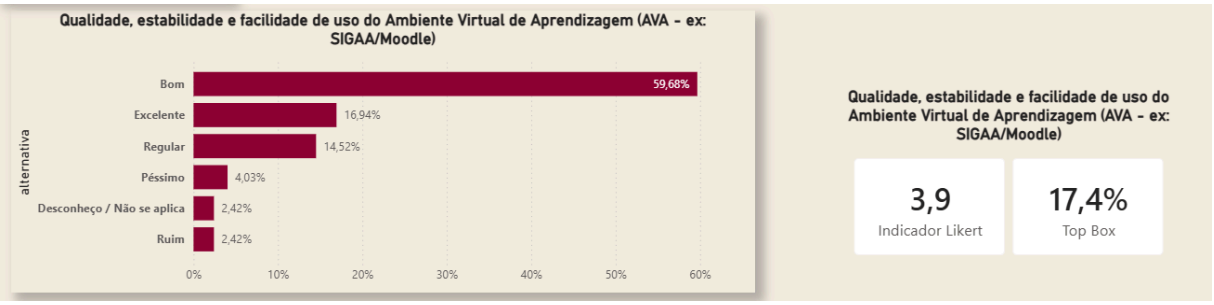


Bloco - Metodologias, Materiais Didáticos e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

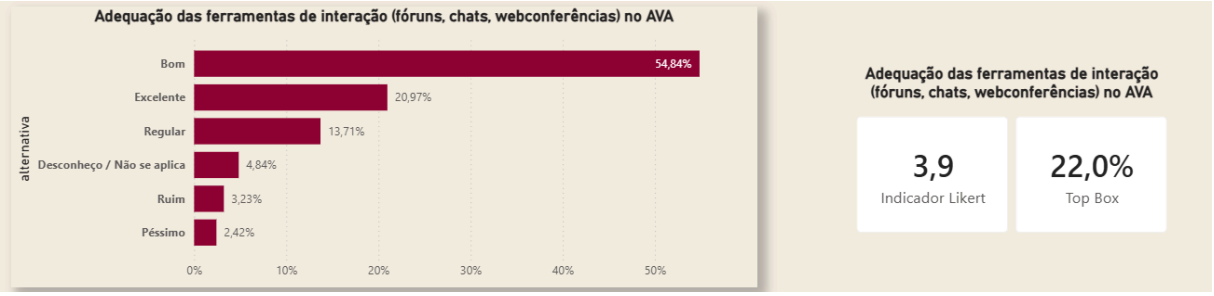
4. Suporte institucional (técnico e pedagógico) para a produção de materiais didáticos digitais e videoaulas:



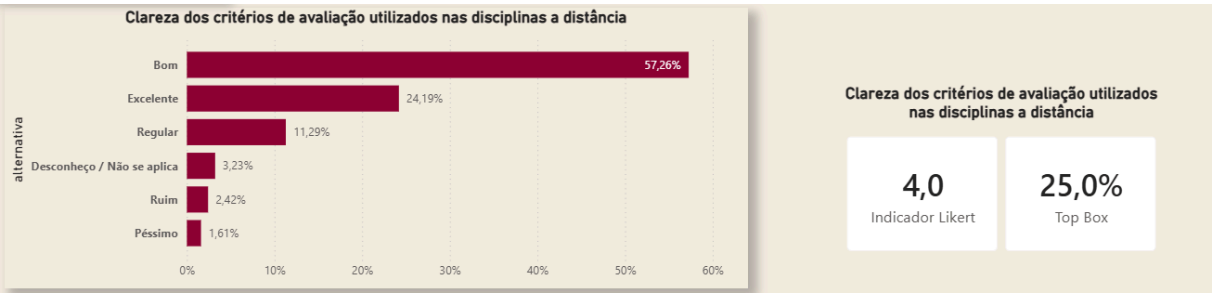
5. Qualidade, estabilidade e facilidade de uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA - ex: SIGAA/Moodle):



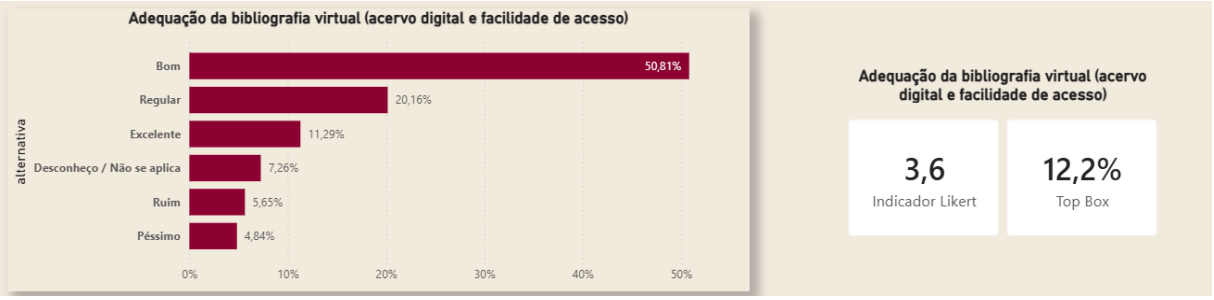
6. Adequação das ferramentas de interação (fóruns, chats, webconferências) no AVA:



7. Clareza dos critérios de avaliação utilizados nas disciplinas a distância:

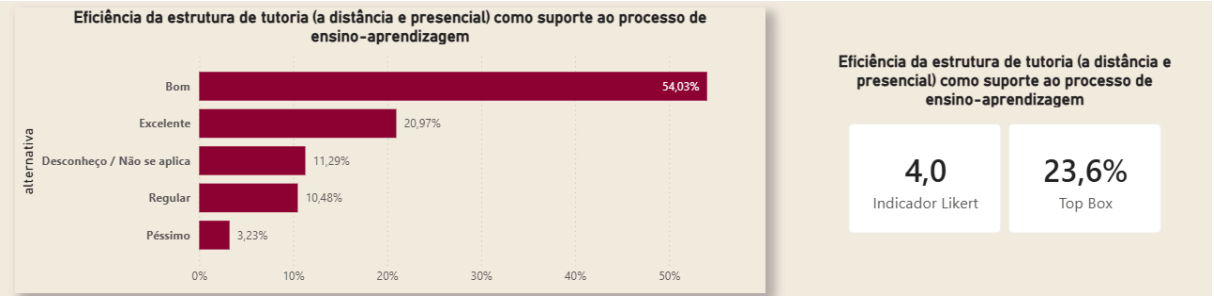


8. Adequação da bibliografia virtual (acervo digital e facilidade de acesso)

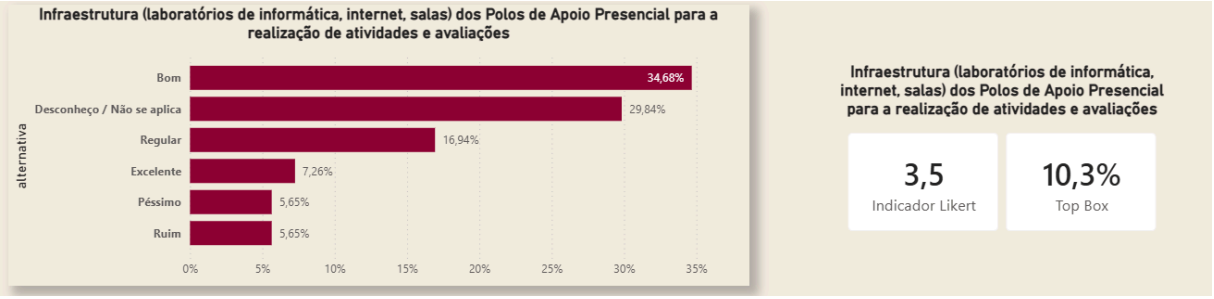


Bloco - Programas e Apoio ao Discente (Tutoria e Polos)

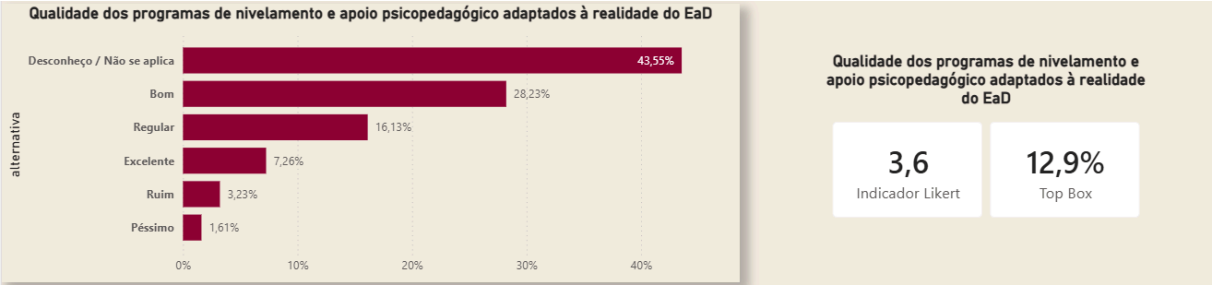
9. Eficiência da estrutura de tutoria (a distância e presencial) como suporte ao processo de ensino-aprendizagem



10. Infraestrutura (laboratórios de informática, internet, salas) dos Polos de Apoio Presencial para a realização de atividades e avaliações:

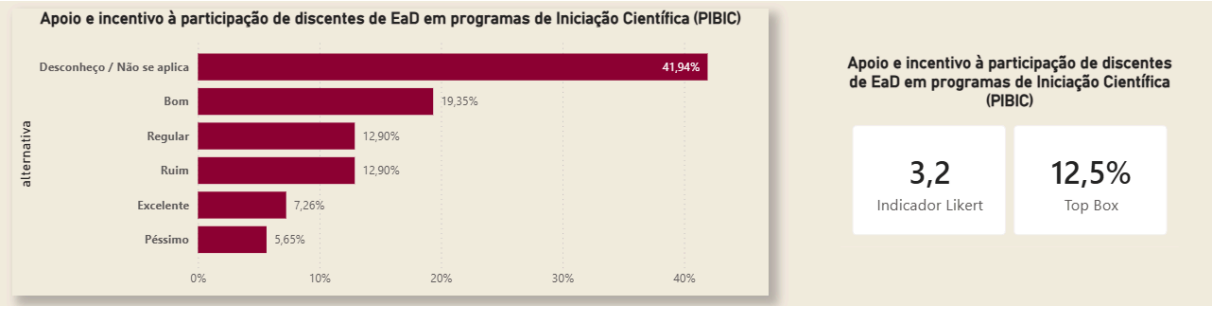


11. Qualidade dos programas de nivelamento e apoio psicopedagógico adaptados à realidade do EaD:

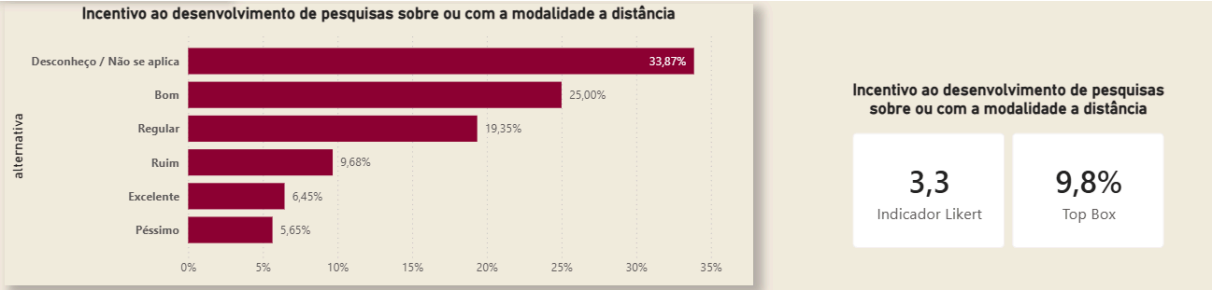


Bloco - Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação (EaD)

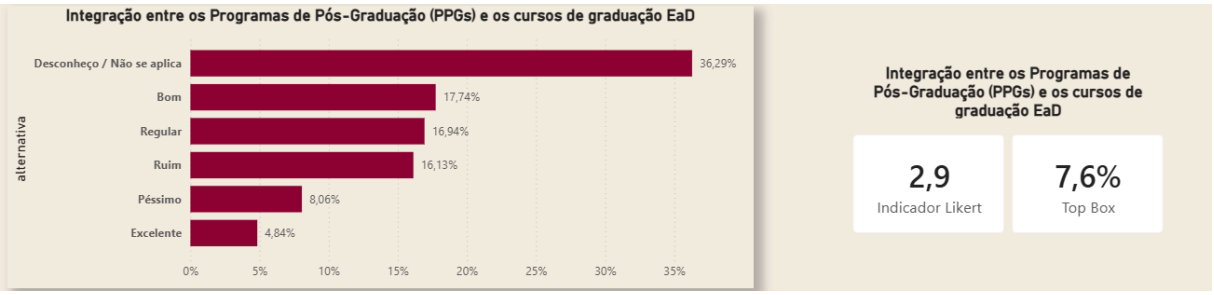
12. Apoio e incentivo à participação de discentes de EaD em programas de Iniciação Científica (PIBIC):



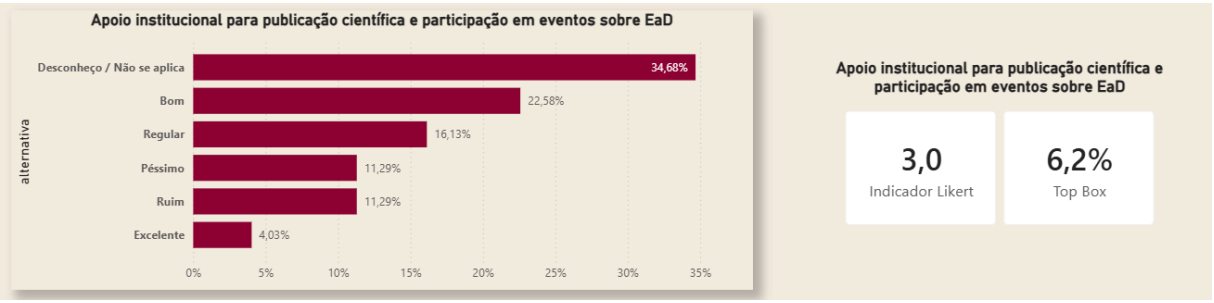
13. Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas sobre ou com a modalidade a distância:



14. Integração entre os Programas de Pós-Graduação (PPGs) e os cursos de graduação EaD:

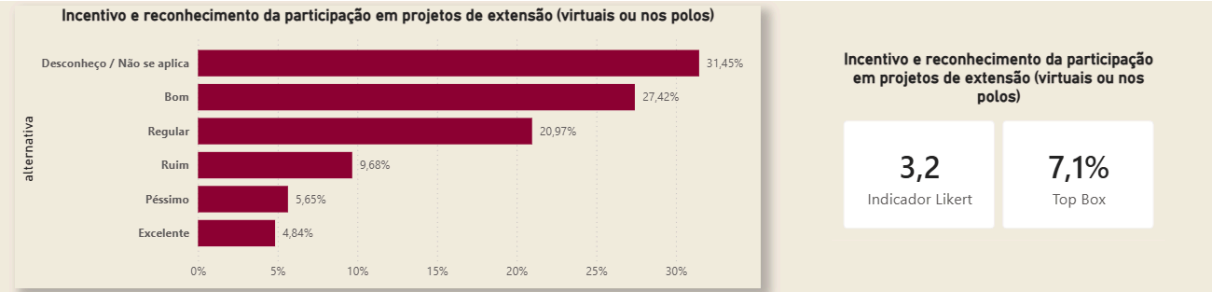


15. Apoio institucional para publicação científica e participação em eventos sobre EaD:

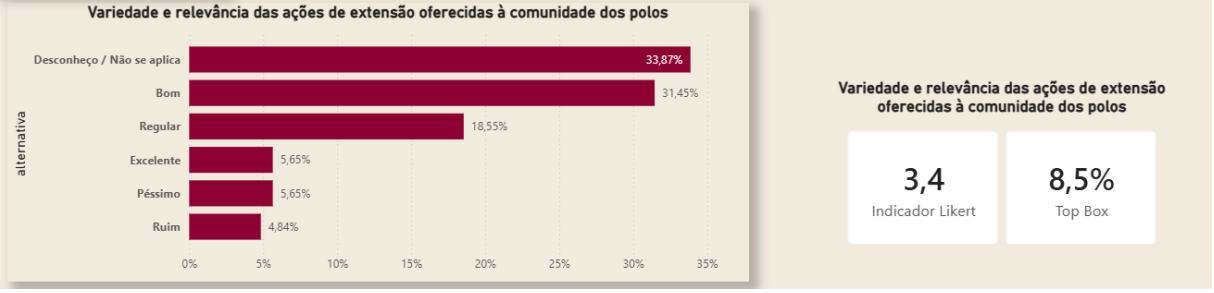


Bloco - Políticas de Extensão (EaD)

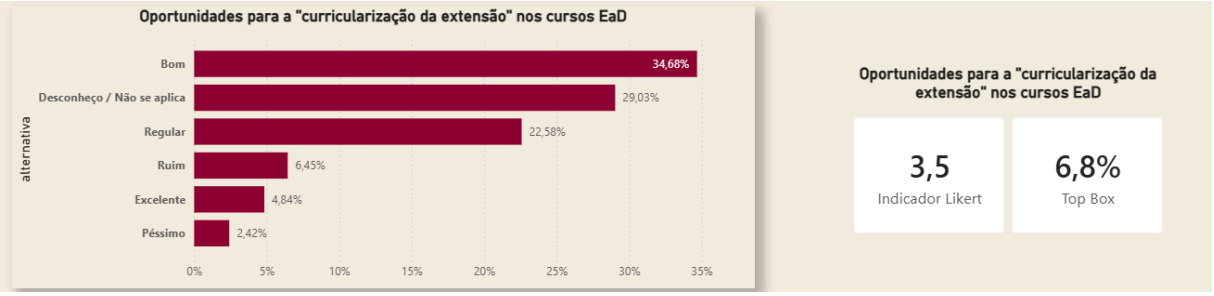
16. Incentivo e reconhecimento da participação em projetos de extensão (virtuais ou nos polos):



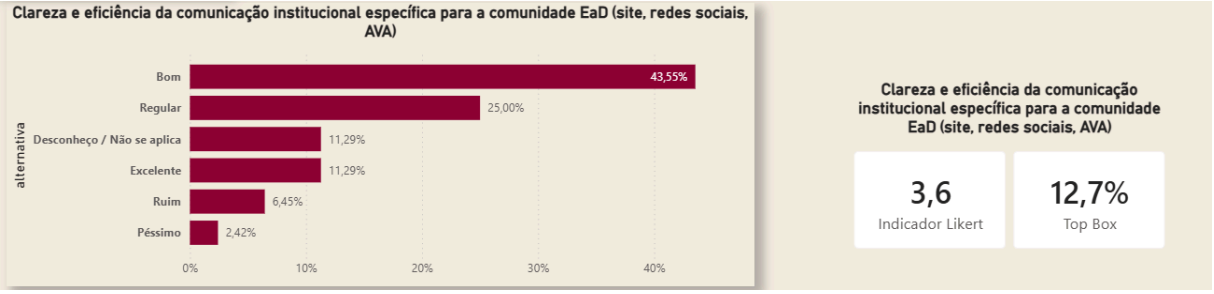
17. Variedade e relevância das ações de extensão oferecidas à comunidade dos polos:



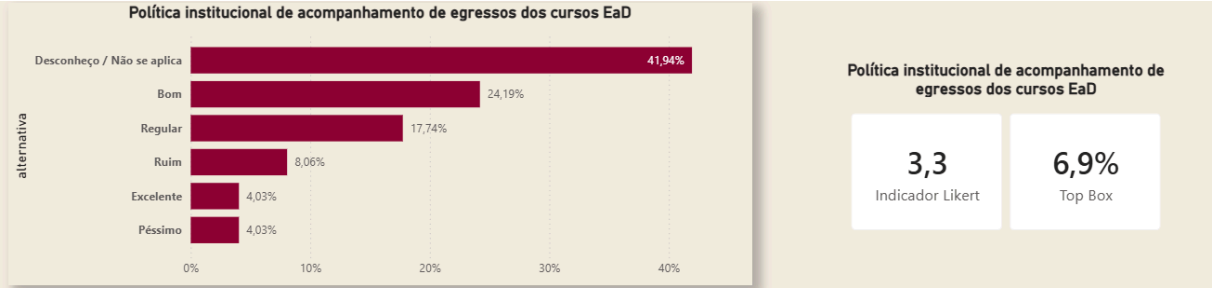
18. Oportunidades para a "curricularização da extensão" nos cursos EaD:



19. Clareza e eficiência da comunicação institucional específica para a comunidade EaD (site, redes sociais, AVA):

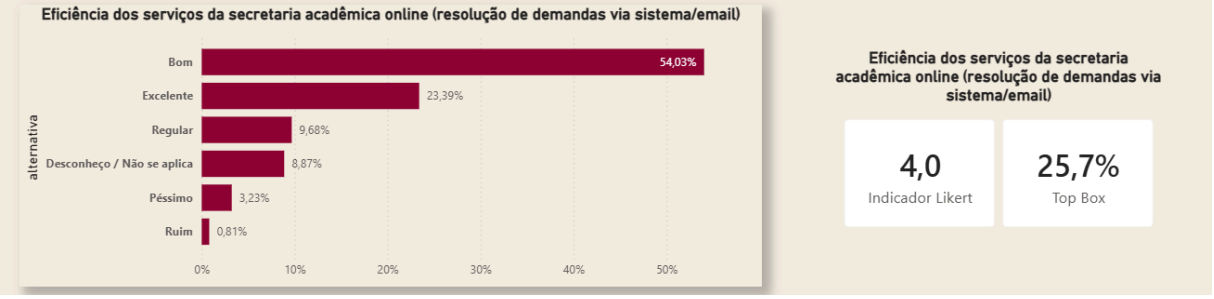


20. Política institucional de acompanhamento de egressos dos cursos EaD:

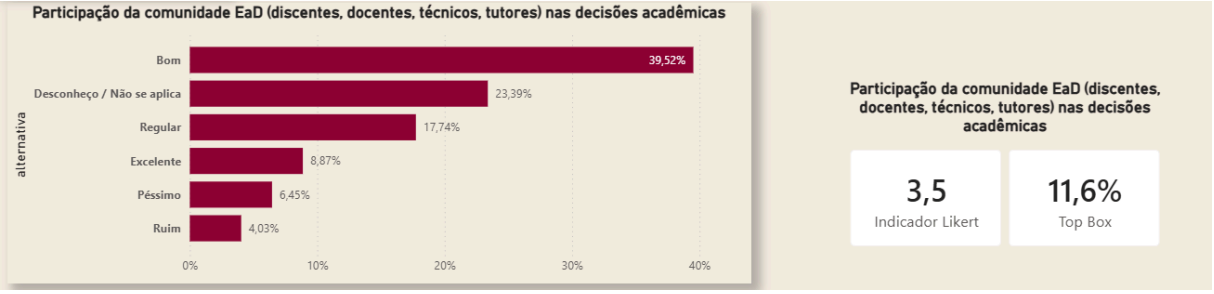


Bloco - Políticas de Gestão e Corpo Profissional (EaD)

21. Eficiência dos serviços da secretaria acadêmica online (resolução de demandas via sistema/email):



22. Participação da comunidade EaD (discentes, docentes, técnicos, tutores) nas decisões acadêmicas:



23. Políticas de formação continuada e qualificação específicas para o ensino a distância:

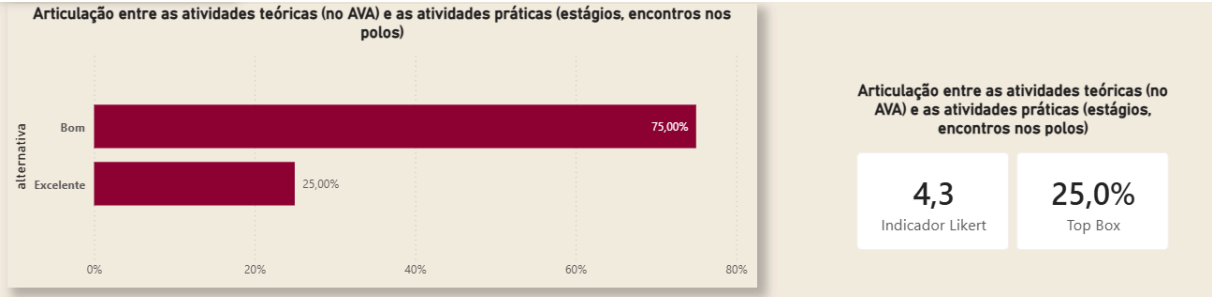


24. Políticas de valorização e desenvolvimento profissional para quem atua na EaD:

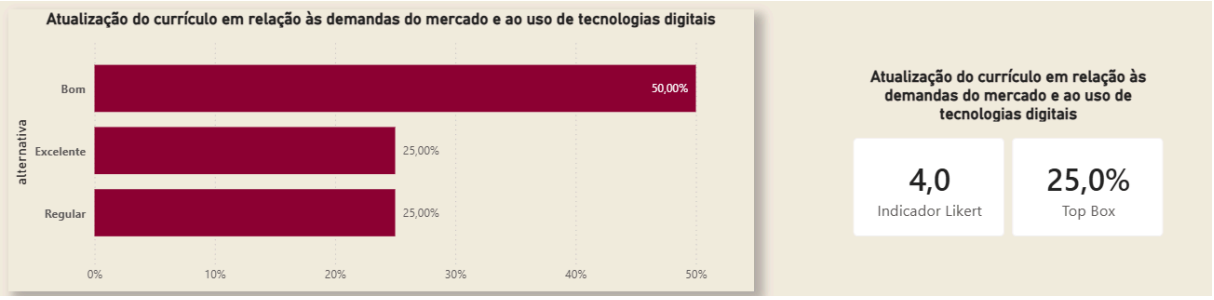


TAES EAD

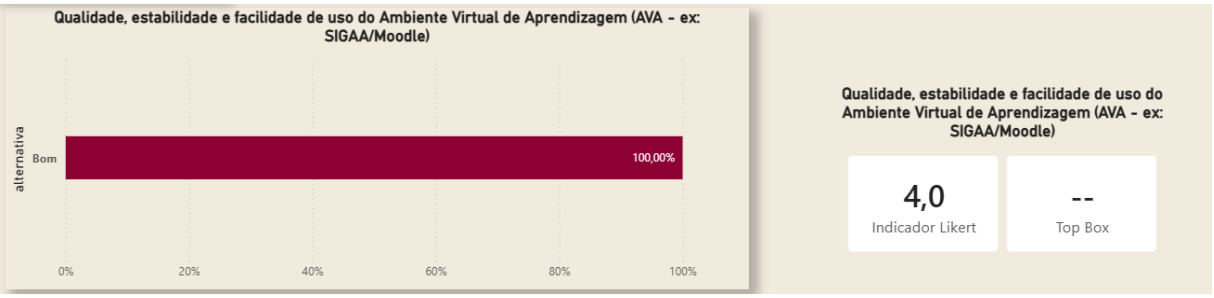
46 - Articulação entre as atividades teóricas (no AVA) e as atividades práticas (estágios, encontros nos polos)



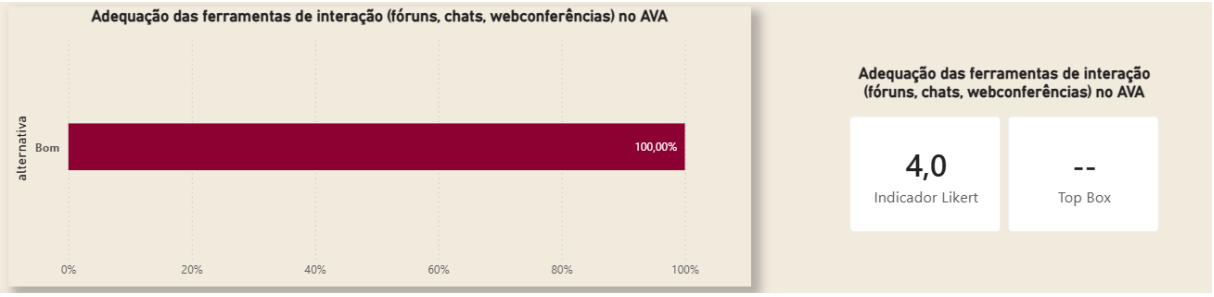
47 - Atualização do currículo em relação às demandas do mercado e ao uso de tecnologias digitais



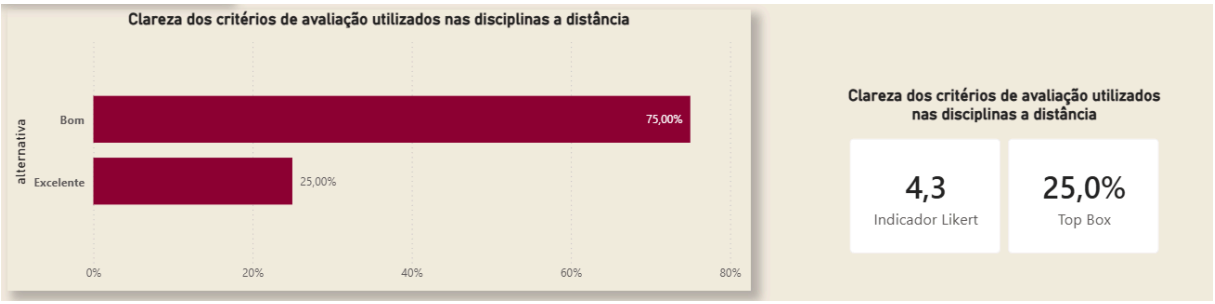
48 - Qualidade, estabilidade e facilidade de uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA - ex: SIGAA/Moodle)



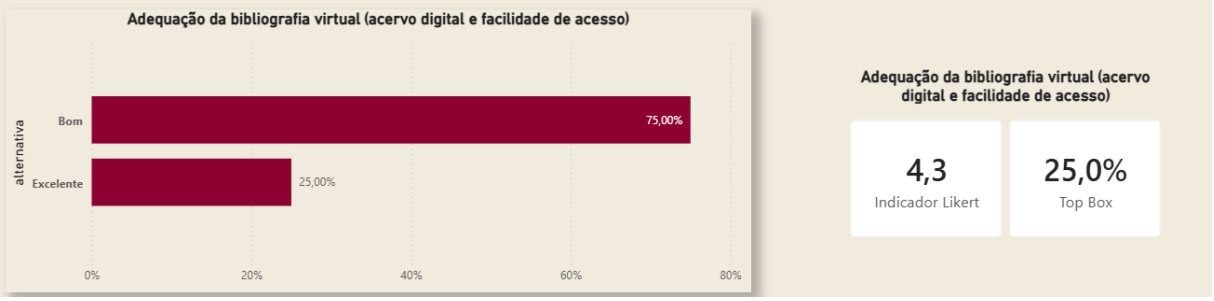
49 - Adequação das ferramentas de interação (fóruns, chats, webconferências) no AVA



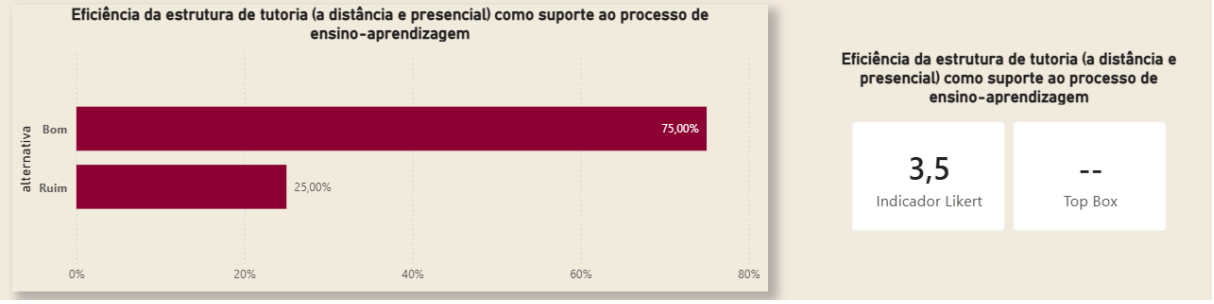
50 - Clareza dos critérios de avaliação utilizados nas disciplinas a distância



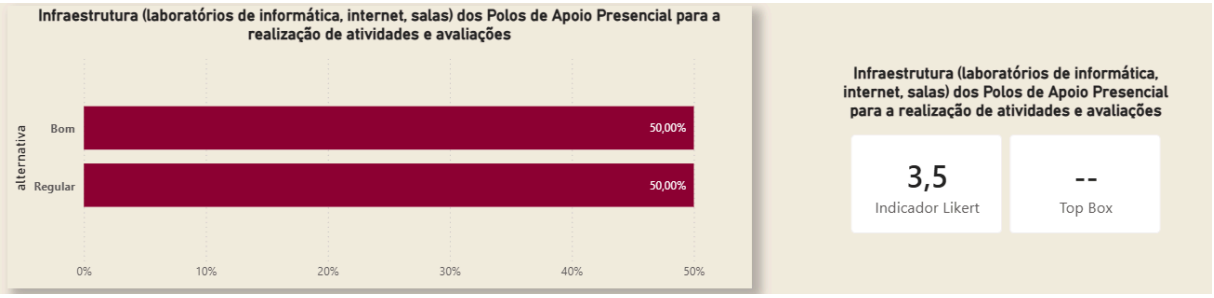
51 - Adequação da bibliografia virtual (acervo digital e facilidade de acesso)



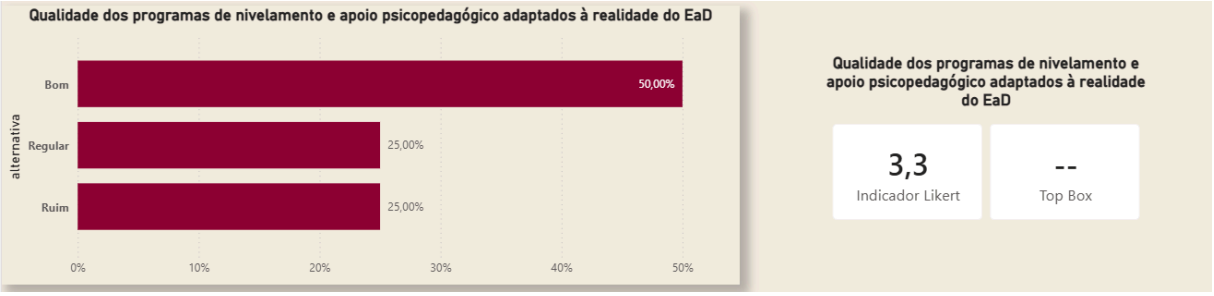
52 - Eficiência da estrutura de tutoria (a distância e presencial) como suporte ao processo de ensino-aprendizagem:



53 - Infraestrutura (laboratórios de informática, internet, salas) dos Polos de Apoio Presencial para a realização de atividades e avaliações:

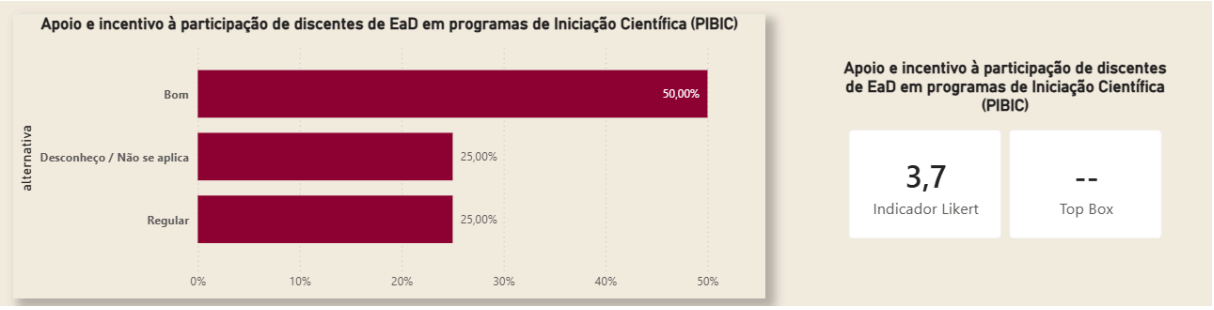


54 - Qualidade dos programas de nivelamento e apoio psicopedagógico adaptados à realidade do EaD:

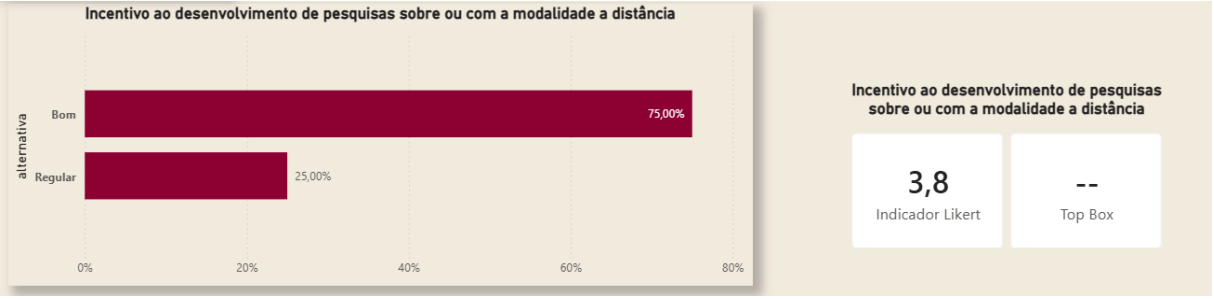


PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

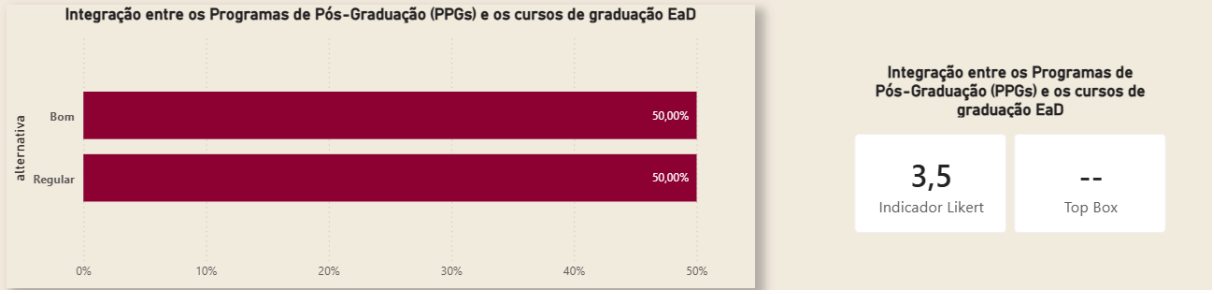
55 - Apoio e incentivo à participação de discentes de EaD em programas de Iniciação Científica (PIBIC):



56 - Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas *sobre* ou *com* a modalidade a distância:

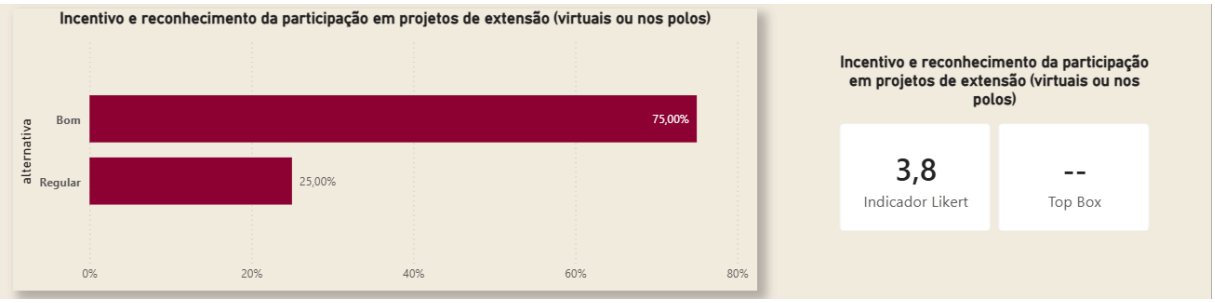


57 - Integração entre os Programas de Pós-Graduação (PPGs) e os cursos de graduação EaD:

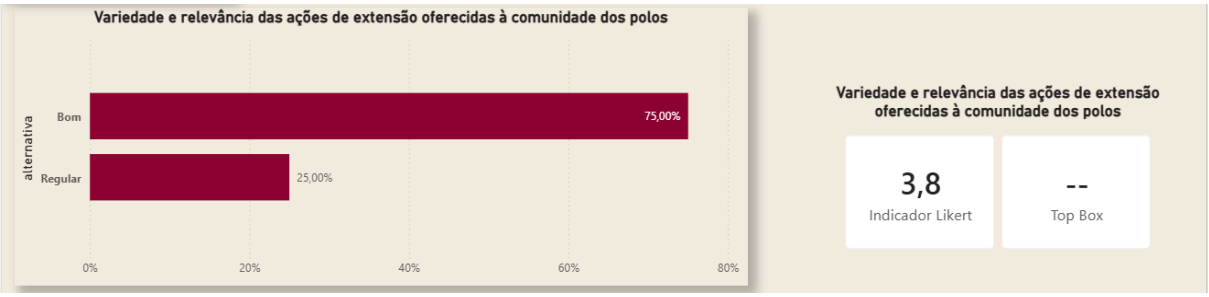


EXTENSÃO

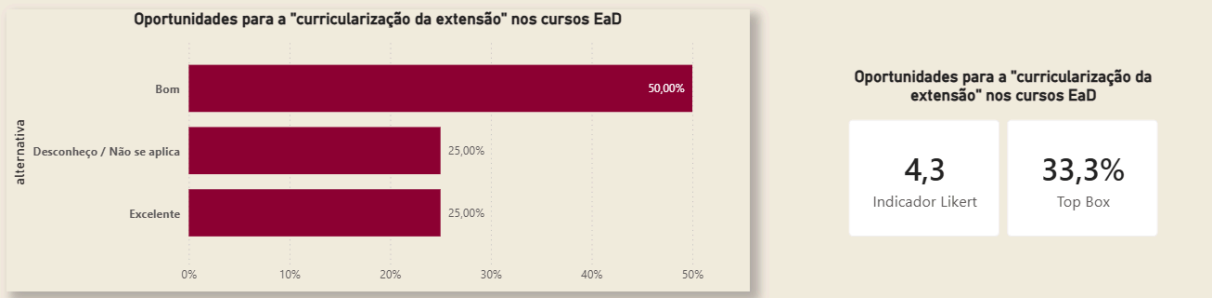
58 - Incentivo e reconhecimento da participação em projetos de extensão (virtuais ou nos polos):



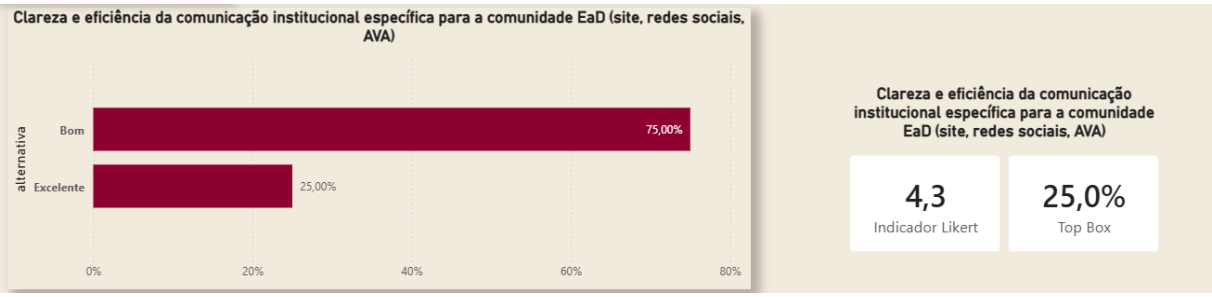
59 - Variedade e relevância das ações de extensão oferecidas à comunidade dos polos:



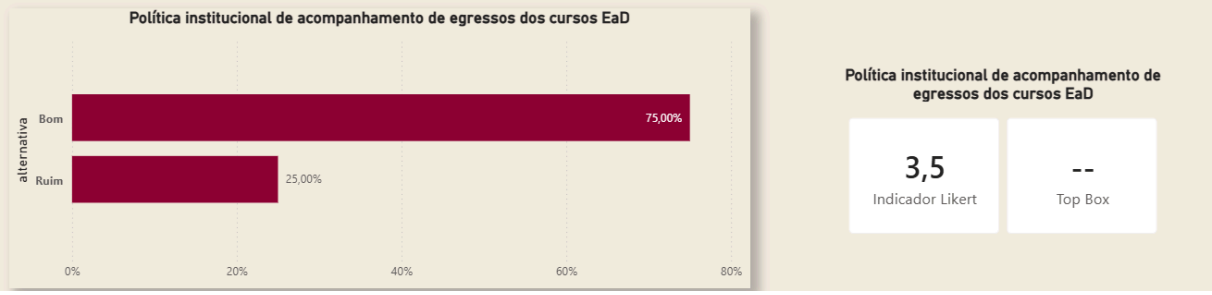
60 - Oportunidades para a "curricularização da extensão" nos cursos EaD



61 - Clareza e eficiência da comunicação institucional específica para a comunidade EaD (site, redes sociais, AVA)

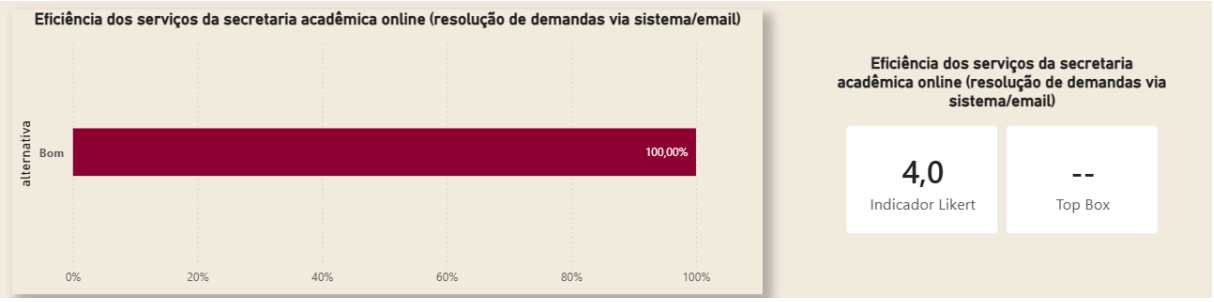


62 - Política institucional de acompanhamento de egressos dos cursos EaD:



GESTÃO

63 - Eficiência dos serviços da secretaria acadêmica online (resolução de demandas via sistema/email):



64 - Participação da comunidade EaD (discentes, docentes, técnicos, tutores) nas decisões acadêmicas:



66 - Políticas de valorização e desenvolvimento profissional para quem atua na EaD:

